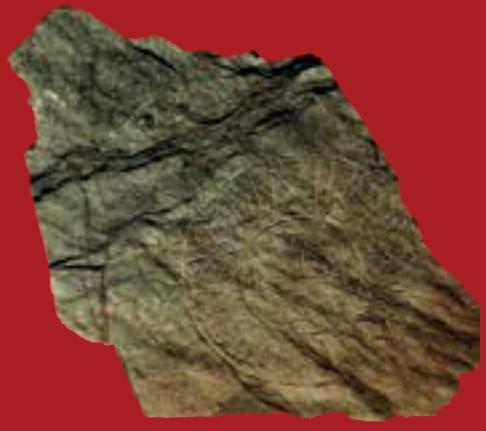
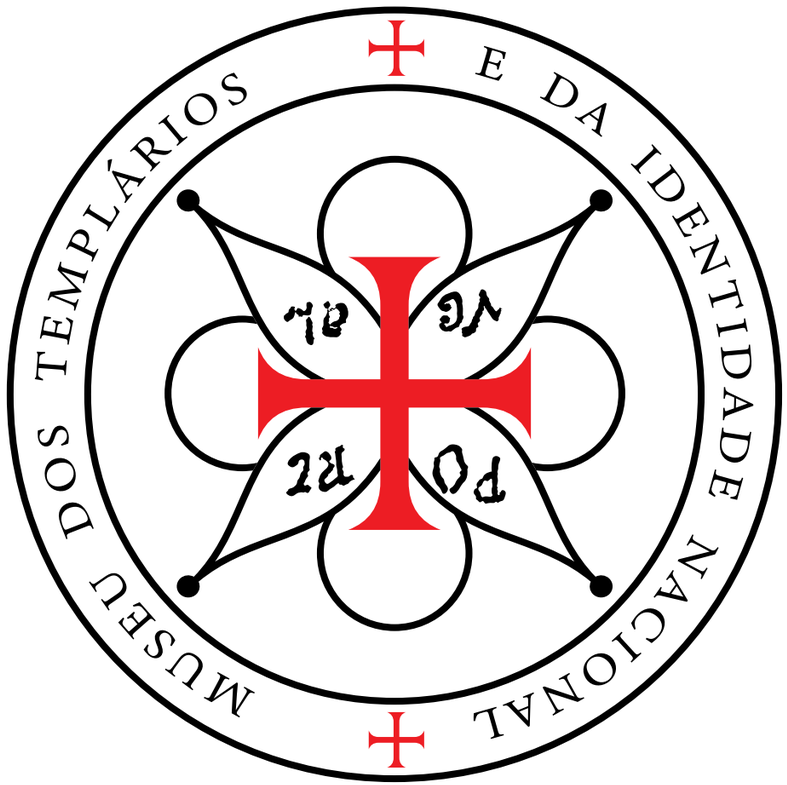
CATÁLOGO

Cadernos Terras Quentes n.º 21 - maio 2025



EM DEUS ESTÁ O PODER

Macedo de Cavaleiros – um concelho Templário


MUSEU DOS TEMPLÁRIOS
E DA IDENTIDADE NACIONAL

Nota de Abertura

O Museu Municipal “dos Templários e da Identidade Nacional” vem homenagear, em primeiro lugar, os cerca de trezentos conterrâneos dos quais, hoje, sabemos o seu nome e em alguns casos o seu ofício e que viveram em terras Macedenses nos finais do século XIII e que, contribuíram decisivamente para que todos nós “Macedenses” pudéssemos usufruir desta área geográfica que hoje habitamos, como fizeram os nosso pais, avós, bisavós.... e tantos outros nossos antepassados.

Com o Museu dos Templários e da Identidade Nacional, pretendemos levar ao conhecimento, Regional, Nacional e quiçá saltando fronteiras, que o Nordeste Transmontano não foi uma área geográfica do País que esteve para aqui esquecida, mas outrossim foi fundamental para a implantação deste nosso País que se chama Portugal.

Com o foco no hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros, onde se concentraram cerca de 50% das localidades, de todo o distrito de Bragança, onde a Ordem dos Templários possuía bens, tendo o seu posicionamento geoestratégico, reforçado a defesa da linha do Douro, agregando ao Condado Portucalense, toda a região Transmontana, por casamento da irmã do Infante Afonso Henriques, a Infanta Sancha Henriques, com o Fernando Mendes II “O Bravo” (Bragação), cerca de 1135.

Foi em 21 de maio do ano de 1213 que por “Breve” emitida pelo Papa Inocêncio II, foi entregue à Ordem dos Templários o Castelo de Balsemão situado na nossa histórica freguesia de Chacim, dando consistência ao que acabámos de afirmar.

Conjuntamente com o Museu “Martim Gonçalves de Macedo” que retrata de forma soberba o que se passou na Batalha de Aljubarrota, a existência em Macedo de Cavaleiros desta nova unidade museológica. Os Macedenses devem orgulhar-se de terem dois museus com temáticas “únicas no País”.

À Associação Terras Quentes aos seus colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para tornar possível esta difícil tarefa que foi conceber e implantar esta unidade museológica, aqui expresso o meu mais profundo agradecimento.

Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Benjamim do Nascimento Rodrigues

Momentos da História, da Nossa História, Macedo de Cavaleiros

"A terra onde, quando alguém bate à porta, a resposta: "Entre quem é" ...

Como dizem na sua obra, "As Farpas" Ramalho Ortigão e Eça de Queirós

*Carlos Santos Mendes
**Miguel Sanches Baêna

A Associação Terras Quentes conta nos seus quadros, desde o ano de 2002, ano da sua fundação, com um leque de excelência nacional de colaboradores em diversas áreas do saber das ciências humanas; Arqueologia (da pré-história à contemporânea); Arqueologia Forense; História Medieval, Moderna e Contemporânea; Genealogia; História de Arte; Antropologia; Conservação e Restauro etc.; bastará, para tanto, visitar o nosso site www.terrasquentes.pt folhear todas as nossas publicações (ao dispor de qualquer pessoa) e verificar quem assina os artigos.

Qualquer actividade, arqueológica, museológica (já concebemos e assestamos duas salas museu, três museus Municipais, esta será a sexta unidade museológica, em Macedo de Cavaleiros) ou literária, que se produz nesta instituição, temos sempre em conta todo o nosso passado, todo o seu currículo e a responsabilidade que isso nos acarreta. Obras perfeitas não há, mas exigimos a todos nós, o máximo de rigor científico e, como não podia deixar de ser, honestidade intelectual.

* ORCID-0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Director dos Cadernos "Terras Quentes", sócio fundador e Presidente da Direção da Associação de Defesa do Património "Terras Quentes".

** Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador e Vice-Presidente da Associação Terras Quentes. Perito em História Militar. Membro do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo "Non, ou A Vã Gloria de Mandar" de Manuel de Oliveira, 1990; *Braveheart* realizado por Mel Gibson, 1995; Linhas de *Wellington*, 2012 (Produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz. Autor de vasta obra publicada).

Este catálogo que agora apresentamos versa um tema, talvez, o mais difícil de toda a história europeia, por se ter passado há mais de 900 anos, o que à partida prossupõe haver pouca bibliografia ou outros registos arqueológicos, iconográficos etc., sobre o tema, ou como diria Paula Pinto Costa "*Será que os Templário teriam querido divulgar a sua história*?" A região geográfica que hoje ocupamos, Portugal, não foge à regra, falamos da presença em solo nacional da Ordem dos Templários.

Muito são os registos escritos e cinematográficos, mas, infelizmente, conta-se pelos dedos das mãos os historiadores que mantiveram a honestidade intelectual, e não enfileiraram por Hollywood, pela via do exoterismo, ou por interesses de outras ordens mais recentes, a tratar do assunto "Ordem dos Templários"

Como diria José Mattoso, "*Pas de documant pas d'histoire!?*" "É claro que há."

O nosso objectivo de há mais de 20 anos é tentarmos desbravar um pouco da história de uma zona do território nacional que muito tem sido esquecida pelos trabalhadores desta ciência – O Nordeste Transmontano.

Não nos podemos esquecer que, no início do século XII, Trás-os-Montes (Distritos de Vila Real e Bragança) era mais de metade (59,89%) do território Português, hoje o Nordeste Transmontano (Distrito de Bragança) é somente 7,25% desse território, isto quando a fronteira mais estabilizada, daquilo que era "O Condado Portucalense", não passava para sul da "linha de defesa do Douro" (não há dúvida que foi um bom negócio que D. Afonso Henriques fez ao casar a sua irmã, a Infanta Sancha Henriques com o Fernando Mendes II "o Bragançon"). E, foi esta questão que nos levou a abalançar-nos para a implantação de um museu "Sobre a Ordem dos Templários e da Identidade Nacional" onde pretendemos avaliar a razão de existência de vinte e duas fortificações acasteladas há época, somente no distrito, hoje, Bragança, entre eles o castelo de Balsemão e a entrega de todas as terras de Ledra e Lampaças à Ordem dos Templários em 21 de maio do ano de 1213. Fizemos a inventariação dos bens da Ordem dos Templários em todo o Distrito de Bragança, mormente pelas inquirições de 1258 e 1288, mas, também em muitos outros documentos, indicados na bibliografia e em outros artigos publicados nos nossos "Cadernos Terras Quentes". Chegámos à conclusão que 41% de todas as localidades com bens da Ordem dos Templários, existentes em localidades do distrito de Bragança se concentravam no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros. Mas, se juntarmos as localidades com bens pertencentes à Ordem dos Hospitalários esse número/concentração sobe para 60,6%. Razão? Por questões sociais? Por questões estratégicas de defesa da fronteira nordestina? O momento que estamos a atravessar, não só em Portugal como no resto do mundo, leva-nos a outras reflexões.

Eduardo Lourenço na sua obra "Labirinto da Saudade" citava Oliveira Martins, dizendo; *"Oliveira Martins percebe e vê Portugal como uma identidade, podia dizer-se como uma pessoa, isto é, visiona o seu País como um fenómeno histórico sem justificação intrínseca própria. Portugal nascido e imposto por obra de uma vontade, de essência épica, um pouco alucinada, ora é encarnada e assumida positivamente pelo herói que reatualiza com felicidade esse acto voluntário (Afonso Henriques, Nuno Álvares, D. João II) ora mergulha em delírios e sonhos compensatórios absurdos transformando-se na pátria de eleição do milagre, do Sebastianismo, sinais equívocos de loucura empírica, com promessa de ressurreição, mas… Oliveira Martins vê-se obrigado a refugiar-se também no mito, nesse Nuno Álvares, com esse Portugal que sempre foi o de um Nuno Álvares, herói, Santo…"*

Mas… também seguimos o pensamento de Eça, na sua obra a Relíquia *"Sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia"*. Não estaria no seu (Eça) pensamento, por certo esta analogia – mas, sempre na nossa história, tivemos dois fardos: o fardo da "nudez forte da verdade" – e o fardo do "manto diáfano da fantasia" – e por regra escolhemos (ou escolheram-nos) sempre o segundo. Quem passou pelo "estado novo" como nós, sempre sentimos andar com o segundo fardo debaixo do braço e, até nos deram uma G-3 para o proteger.

O povo português, com o ADN de nove séculos de história que possui, não se deve imobilizar perante essa história, extasiando-se e iludir-se de forma infantil. Deve enfrentar e aceitar a realidade dos factos sejam eles heroicos, humildes ou mesmo cobardes.

O nascimento do nosso país foi traumático e desse traumatismo nunca, na verdade, nos levantámos, até à maturidade histórica prometida pelos céus e pelos séculos, como também comunga connosco Eduardo Lourenço. Como foi possível esse rebento incrivelmente frágil de perfil freudiano – atente-se ao sacrilégio materno da Teresa à humildade de Egas (ou, digamos) Ermígio Moniz, "tutor" do menino Afonso – resistir ao tempo?

Mas somos uma pequena nação que, desde a hora do nascimento se recusou sê-lo, sem jamais se convencer que se podia transformar numa grande nação, devido à relação por vezes utópica que mantemos connosco.

Poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou (por vezes de forma desordenada, não planeada, sonhadora e desabrida de uma consciência de impotência mascarada de poderio) – um direito tão claro, a ser tido por "grande".

O mundo via-nos "grande" (como dignos de sermos vistos)… E nós?... Não saímos da cadeira de Freud! Sonhando. E foi esse, "estar não estando", que nos tornou – em Tordesilhas – senhores de metade do mundo.

É tempo de fazermos a nossa catarse histórica (dos nove séculos de existência) custe o que custar, doa a quem doer. Fazer a catarse da nossa história é uma questão que supera o nosso ser: (Alguém lembra de se ter assumido colectivamente a chacina a sangue-frio de mais de um milhar de franceses no final do dia 14 de agosto de 1385 em Aljubarrota? Mais recentemente, alguém se lembra e se condoeu com os "homens cesto" e com os "caixões de pedra" da guerra colonial? Pois não. Mas se não formos capazes de assumir e fazermos todas as catarses da nossa história de quase novecentos anos, dificilmente colocaremos os pés no chão e sujeitamo-nos a que um qualquer Belzebu, nos leve pelo seu caminho. E, assim, não faltará muito para passarmos à história, como um pequeno rectângulo que um dia (durante nove séculos) esteve plantado à beira de um grande mar chamado Atlântico.

Este é o momento certo para o combate, de ideias, de mentalidades. Temos que apelar à nossa autoestima como povo – povo com um genoma único no mundo, assim o dizem os geneticistas (A26–B38–DR13 – donde provém o A25-BIS-DR2), no momento em que, um pouco por todo o lado se quer desprezar/destruir a história tentando e, em alguns casos, conseguindo, destruir monumentos ou pior – quando algumas universidades norte americanas deixaram já de lecionar as culturas clássicas; grego, latim, história antiga etc. – "por questões esclavagistas e raciais". Pois se quisermos acabar (com a nossa herança de 900 anos) com Portugal, começando pela língua portuguesa, (que acabou de fazer 725 anos de existência) é por aqui que devem começar. Vamos deixar que isso aconteça? Cabe a cada um de nós não deixar que isso aconteça. Com quê? Que seja com lápis e papel, ou com qualquer outra coisa que tenhamos à mão.

O Contributo Nordestino, na criação da nossa Identidade, mormente Macedo de Cavaleiros e da Ordem dos Templários

... Me faça sempre justo e verdadeiro,
Pronto a fazer falar o coração
Alto e bom som
Contra todas as fórmulas do mal,
Contra tudo que torna o homem precário.
Se és maçon,
Sou mais do que maçon — eu sou templário.
Fernando Pessoa; poema São João

No que é hoje o espaço geográfico do Concelho de Macedo de Cavaleiros, entre o primeiro quarto do século XII e o inícios do século XIV, pertenciam, a saber: Em terras de Ledra: Argana; Guide; Fornos de Ledra; Ala; Meles; Vila Nova (da Rainha); Vilar D'Ouro; Lamalonga, Arcas, Vº Agrochão; Murçós; Nozelos; Edroso; Muymentinha; Comunhas; Corujas, Ferreira, Espadanedo e Soutelo Mourisco; Pinhovelo; Gradíssimo; Azibeiro, Lamas de Podence; Em terras de Lampaças: Chacim; Vila Santa Maria Madalena; Bagueixe; Talhas; Balsemão; Malta; Limãos; Valdrez; Gralhós; Paixão; Morais; Talhinhas; S. Combinha; Sesulfe; Peredo; Cortiços; Vale da Porca; Vale Palácios; Vilar Vedro de Prado Redondo; Vale de Prados; Vale Benfeito; Vale Maior; Amendoeira; Bornes; Burga; Carrapatas; Castrelos; Castelãos; Cernadela; Vinhas.

Dá-se também conta, na obra, [Mendes, 2021] da existência em todo o distrito de Bragança de uma cintura de 22 castelos ou unidades amuralhadas. Isto é, existiram, entre povoações (aldeias) entretanto desaparecidas e as ainda hoje existentes, no século XIII e nos 690 km^2 que constituem hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros, um total de 90 povoações (67 existentes ainda hoje e 23 extintas) o que resulta numa mancha de povoamento, de uma aldeia por cada 8 km^2, "aldeias/povoados" isto, nos séculos XIII/XIV. Sendo que em 25 dessas povoações havia presença de Monges-Cavaleiros da Ordem dos Templários.

Todavia na monumental obra de Francisco Manuel Alves, este autor fez-nos um arrolamento de mais 43 povoados (entretanto extintos), o que perfazia a existência de 133 povoações, Entre povoações vivas ainda hoje, e povoações extintas, mas existentes entre os séculos XII/XIV. Assunto de que nos ocuparemos no próximo Caderno Terras Quentes, nº 22.

Assim, naturalmente, a perspectiva global do povoamento deste concelho transmontano e a noção de que temos, que o nordeste, por ser zona de fronteira e de combates constantes, seria uma região despovoada, o que contraria a lógica, pois, se era região de fronteira e com necessidades acrescidas de defesa teria que ser bastante povoada e para isso teria contribuído para (a existência em tempos) que a Ordem dos Templários, procedido à defesa desta região do País.

O número de pessoas (homens-bons) existentes nas freguesias de Macedo ao tempo das inquirições e inquiridos no século XIII. (entre 1258 e 1284), sendo assim autóctones, donatários ou com propriedades na sua posse ou melhor, "homens inquiridos" no concelho de Macedo de Cavaleiros, somámos o total de 272 pessoas. Atendendo ao elevado índice reprodutivo da época (cada família teria entre 5 a 7 filhos? A Srª Prof Doutora Manuela Mendonça, referindo-se à obra e análise, aplica o coeficiente 4,14. Assim, chegaríamos a 1.126, número mínimo pessoas residentes no Concelho de Macedo de Cavaleiros, entre estas datas.

Vejamos o que nos diz o numeramento de 1527; Aqui, dá-se conta que a cidade (vila) de Bragança tinha no ano de 1527; 5.649 habitantes o que a colocava na **quarta** "cidade" Vila **mais populosa do País**; Assim; a cidade de Lisboa (a macrocefalia acontece, pelo menos desde a sua tomada aos mouros em 1147) tinha 17.034 habitantes; o Porto 13.122 habitantes; Barcelos 9.018 habitantes; Bragança **5.649 habitantes**; Santarém 5.375 habitantes; Guimarães 4.958 Habitantes; e Coimbra 4.570 habitantes.

O conceito de reino

Logo a seguir à batalha de S. Mamede (1128, onde esteve Fernando Mendes II, "O Bravo") a chancelaria de D. Afonso Henriques começa a designá-lo, como Rei e Príncipe "Rex portugalensium" – Rei dos Portugueses o que perdurou até ao final do reinado de Sancho I, Todavia, Afonso II (1211/1223) utiliza outro determinativo "Rex portugaliae e/ou portugalensis", isto é, Rei de Portugal ou rei dos Portugueses. Esta alteração dos usos notariais parece significar que na cúria régia passou a ser habitual considerar o reino não apenas como um conjunto de pessoas dependentes do mesmo rei, mas também como um organismo com a sua própria consistência definido por si mesmo e não apenas pela pessoa do rei ao qual estava sujeito. O reino é, pois, independente do rei. Pensamos, todavia, tratar-se de uma noção precoce.

O conceito de reino aparece-nos arreigado também a noção de Naturalidade, de Pátria, de fronteira, da sucessão régia entre outros. Nas inquirições de Afonso III no julgado de Avelanoso, Terras de Miranda, surgem depoimentos que revelam com clareza que as pessoas conheciam a fronteira e as formas como estava assinalada.

Uma linhagem que participou na fundação de Portugal

A linhagem dos Braganções foi durante muitos séculos uma linhagem mal conhecida, não obstante as notícias dadas pelos nobiliários e por frei António Brandão. Estudada já nos nossos dias, por Almeida Fernandes e por José Mattoso, constituiu o tema único duma obra genealógica por Soares Machado e veio a ser tratada e avaliada no seu papel histórico por Sottomayor Pizarro. Mais recentemente Augusto Ferreira do Amaral, de forma clara e definitiva, nos Cadernos "Terras Quentes".

A associação do território a leste de Trás-os-Montes e do nordeste da Beira Alta, após a batalha de S. Mamede, ao território portucalense, deve-se à captação, para a obediência de D. Afonso Henriques, de um ramo da estirpe proveniente de Mendo Alão, o qual veio a ser chamado *de Bragança* ou *Bragançãos*;

O substancial alargamento territorial e populacional do âmbito dessa obediência, assim como a participação importante que D. Fernando Mendes II, "O Bravo" o Bragação, com dois dos seus irmãos e os numerosos homens que comandavam, estiveram na batalha de S. Mamede e de Ourique, na tomada de Lisboa, foram fatores decisivos para a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, ou seja, para a fundação/proclamação do reino em 1139.

Note-se que, entre a data em que Fernando Mendes II (o Bragação) casou com a irmã de Afonso Henriques, D. Sancha Henriques, (provavelmente cerca de 1135) e o nascimento do primeiro filho legítimo do rei Afonso Henriques, "Infante D. Henrique", *que morreu* criança, nasceu em 1147. **D. Fernando Mendes II "O Bravo" devia ser o maior apoio com que o rei podia contar para, no caso de morrer sem geração, lhe suceder a sua irmã D. Sancha Henriques casada com o Bragação.** Havia uma irmã mais velha, mas dificilmente, o fundador da nacionalidade, veria nela uma sucessora, visto que era casada com Bermudo Peres de Trava, irmão do magnata galego Fernando Peres de Trava, contra cuja ingerência em Portugal ele tão resolutamente lutara.

O Bragação haveria de, aos olhos de D. Afonso Henriques, poder assegurar melhor a independência, nessa época ainda tão periclitante, no caso de ele próprio morrer sem deixar descendência. Além do mais comandava uma poderosa mesnada e estendia as terras que senhoreava por toda a fronteira nordeste do novo reino. *In*, caderno Terras Quentes, nº 17.

Linhas de defesa da fronteira do norte/nordeste transmontano, cerca de 250 km de fronteira constituída por 22 unidades defensivas

1 – Castelo de Bragança – Século XIII.
2 – Rebordãos ou Castelo do Tourão (em ruínas) – 1208.
3 – Vimioso, Fortificação, provavelmente antes da nacionalidade.
4 – Castelo de Santulhão (Já desaparecido – Informação dos "Amigos dos Castelos".
5 – Castelo de Algoso – Século XII.
6 – Castelo Miranda Douro – Século XII.
7 – Castelo de Picote.
8 – Castelo de Bemposta – Século XIII.
9 – Castelo de Penas Róias – Século XII.
10 – Castelo Mogadouro – Século XII.
11 – Castelo de Castelo Branco – Século XIII.
12 – Castelo de Freixo-de-Espada-à-Cinta – Século XII.
13 – Vinhais – Século XII.
14 – Outeiro de Miranda – Século XIII.
15 – Castelo de Milhão (já desaparecido) – informação "amigos dos castelos".
16 – Castelo de Balsemão – Séculos XII/XIII.
17 – Cerca muralhada Torre Moncorvo, D. Dinis, 1295.
18 – Alfândega da Fé (Já desaparecido, provavelmente final do século XIII).
19 – Torre D. Chama – Século XII.
20 – Mirandela – Século XIII.
21 – Vila Flor – Séculos XII/XIII?
22 – Vilarinho da Castanheira – provavelmente século XIII?

Temos que tomar em consideração que o nordeste transmontano era uma zona tampão, tanto da parte norte, com Vinhais e Bragança, como na parte leste desde Rebordão a Freixo de Espada à Cinta, zonas de infiltração de Leão e Castela, como na parte do Douro Sul, contra investidas do Islão. Isto é, até ao final do século XII era cerca de 60% do território Nacional.

A historiografia portuguesa, porventura, não tem dado o devida atenção e valor na criação de Portugal à zona Transmontana, isto é, ao Nordeste Português. Raro é aquele trabalhador da história que fixa a sua atenção a este pedaço tão importante do Pais na criação desta nossa Nação.

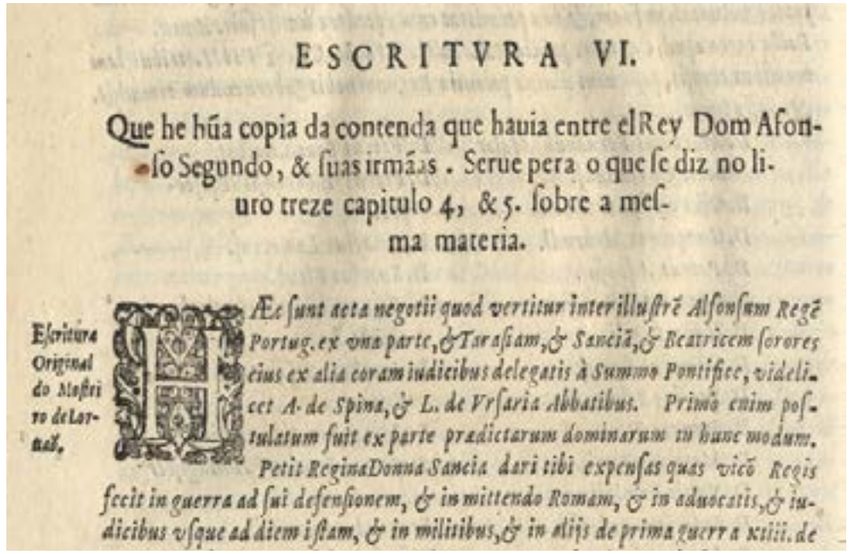
A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português – Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário – (CTQ nº16)

Frei Álvaro Pais: pensamento sobre a guerra nos séculos XIII/XIV

"*Com todas as forças da minha alma desaconselho-vos a guerra, porque é madrasta da paz, rival do Evangelho inimiga da caridade, progénie de Satanás, cisão da pátria e extermínio do género humano, geratriz de cataclismo, extirpadora de corpos e almas, bem como devastadora de bens temporais, sanguessuga da unidade, falha de conselho, perdulária do direito natural, alheada da razão, escrava da sensualidade, pupila de Ismael, despovoadora da terra dos vivos, seita de idólatras, desassossego do coração espírito de desinteligência, prole de vanglória, perseguidora de Cristo e da sua fé. E, da parte do nosso Senhor Jesus Cristo, vo-la proíbo a vós rei católico. A vossa luta não precede de motivo justo. O orgulho está em causa*"

In, Cartas de Frei Álvaro País (1275-1349) e BARBOSA; Estado e Pranto da Igreja; Vol-II, p225 e seg.

O princípio da nossa história (Macedo de Cavaleiros)



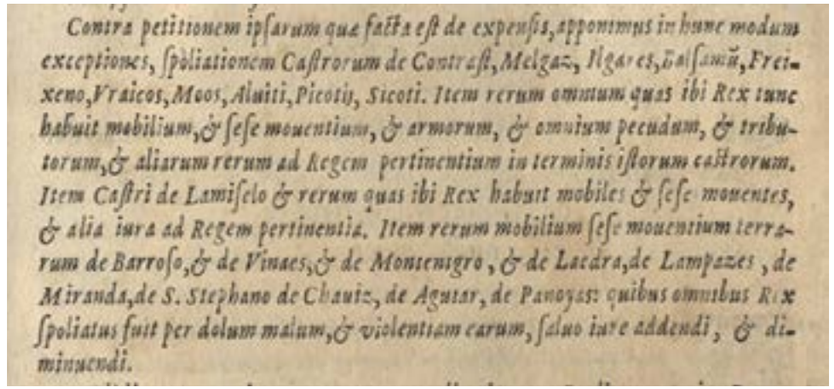
ESCRITVRA VI.

Que he hũa copia da contenda que hauia entre el Rey Dom Afonso Segundo, & suas irmãs. Serue pera o que se diz no liuro treze capitulo 4, & 5. sobre a mesma materia.

Escritura Original do Mosteiro de Lorvão.

Hæ sunt acta negotii quod vertitur inter illustrẽ Alfonsum Regẽ Portug. ex una parte, & Tarasiam, & Sanciã, & Beatricem sorores eius ex alia coram iudicibus delegatis à Summo Pontifice, videlicet A. de Spina, & L. de Vrsaria Abbatibus. Primò enim postulatum fuit ex parte prædictarum dominarum in hunc modum. Petit Regina Donna Sancia dari tibi expensas quas vicõ Regis fecit in guerra ad sui defensionem, & in mittendo Romam, & in aduocatis, & iudicibus vsque ad diem istam, & in militibus, & in aliis de prima guerra xiiii. de

Início da escritura VI a que faz menção ao Castelo de Balsemão
(Quarta parte da Monarchia Lusitana do Fr. António Brandão, pág. 74 e 74V).



Contra petitionem ipsarum quæ facta est de expensis, apponimus in hunc modum exceptiones, spoliationem Castrorum de Contrast, Melgaz, Ilgares, Balsamũ, Freixeno, Vraicos, Moos, Alaiti, Picotij, Sicoti. Item rerum omnium quas ibi Rex tunc habuit mobilium, & sese mouentium, & armorum, & omnium pecudum, & tributorum, & aliarum rerum ad Regem pertinentium in terminis istorum castrorum. Item Castri de Lamisselo & rerum quas ibi Rex habuit mobiles & sese mouentes, & alia iura ad Regem pertinentia. Item rerum mobilium sese mouentium terrarum de Barroso, & de Vinaes, & de Montenegro, & de Ledra, de Lampazes, de Miranda, de S. Stephano de Chauiz, de Agutar, de Panoyas: quibus omnibus Rex spoliatus fuit per dolum malum, & violentiam earum, saluo iure addendi, & diminuendi.

Escritura VI a que faz menção ao Castelo de Balsemão
(Quarta parte da Monarchia Lusitana do Fr. António Brandão, pág. 74 e 74V).

Lê-se, quase no final da segunda linha do texto, os nomes dos castelos, que Afonso IX de Leão tomou em 1212 na sua investida por Trás-os-Montes, entre eles, Balsemão e na oitava linha as terras de Ledra e Lampaças.

A pena corrida, na mesma obra, o autor faz-nos a tradução, (dá-nos conta do entendimento entre D. Afonso II e as suas irmãs), de uma "Breve" que Inocêncio III exarou na Basílica São João de Latrão, (no decorrer do quarto concilio Laterano), em Roma, a 12 das calendas de junho do ano 16 do seu pontificado – ou seja a **21 de maio do ano de 1213** – onde absolve da excomunhão Afonso II. Assim, o autor relata-nos também, na página 74V, um parágrafo da "breve" que se refere ao "acordo" entre as partes informando-nos que os castelos eram entregues à Ordem dos Templários, para que estes os governassem, assim como, a obrigação, das Infantas (irmãs de Afonso II, o Pai de ambos, D. Sancho I tinha falecido em 1211), D. Sancha e D. Tereza "*pagassem a elRey os reaes direitos daquelas villas*". "Breve" que se conserva na Torre do Tombo no livro de pasta vermelha do Rei D. Afonso III a folhas 25 a 27. Resumindo esta "breve" Papal, **não só entrega o castelo de Balsemão, como todas as Terras de Ledra e Lampaças (que formam hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros) nas mãos da Ordem dos Templários.** ***Podemos, portanto, afirmar que toda a área geográfica, hoje, Concelho de Macedo de Cavaleiros é/foi um Concelho Templário.***

Consultando a chancelaria do Rei D. Afonso III, lá encontrámos os originais e a confirmação do que acabámos de referir. Pela sua importância transcrevemos os textos publicados na obra de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira Chancelaria de D. Afonso III, Volume II, p. 290 a 294.

[1212 setembro – finais 1213];

— *Acta das petições apresentadas por D. Teresa, D. Sancha e D. Branca perante os delegados pontifícios, relativas aos prejuízos resultantes do conflito com seu irmão D. Afonso II. – PP25 a 27 livro vermelho da chancelaria de D. Afonso III. [*In, Leontina & Oliveira, Volume II, p.290 a 294].

Do Original:

Lictera super negotio que vertitur inter Alfonsum Regem Portugalie et Tharasiam et Sanciam et Blancam sorores ejus Hec sunt acta negocii que vertitur inter illustris Alfonsum Regem Portugalie ex una parte et Tharasia et Sancia et Blanca sorores ejus ex altera coram judicibus delegatis a summo pontifice videlicet A. de Spina et L. de Ursaria abbatibus. Primo ende postulatum [fl. 26] *fuit ex parte predictarum dominarum in hunc modum: petit Regina domna Sancia dari sibi expensas quas vinco Regis fecit in guerra ad sui defensionem et in mitendo Romam et in advocatis et in judicibus usque ad diem istam et in militibus et in aliis. De prima guerra XIIII de XXVI morabitinos. Et expende in secunda guerra XV d[e] XVII morabitinos salvo jure addendi et diminuendi. Item petit dampna hominum suorum resarciri quod depreciatus est dominus Rex.*

Item petit dampna sibi resarciri illata temporibus obsidionum per incendium domorum per vastationem

segetum et incisionem arborum et vinearum et redemptionem hominum captivorum et spoliationem hominum et dampna vassalorum pecudum et armentorum equorum et aliarum eventionum et quadam prima ap. ellationem Regine facta sunt quadam vero ante. Omnia tamen post ap. ellationem Regine.

Item petit dampna que passa est in diminutione fori quam fecit hominibus de Alamquer prope guerram Regis. Petit etiam restitutionem villa que vocatur Aaveiras in cujus possessione fuit quiete in vita patris et etiam post mortem. Petit etiam satisfieri sibi de injuriis tam injuriose et contumeliose sibi illate tam in, obsidione proprii corporis quam strage hominum et debellatione castri ad minus per IIII menses et eo amplius summo incendio sagittis petrariis et aliis quam pluribus modis.

Item petit restitui securitati castrorum quam sibi reliqui pater suus quam fraudelenter spoliata est que erat murus pacis et concordie junculunt inter ipsas et dominum Regem. Item petit se reduci ad eum statum quo erat tempore ap. ellationis nostre vel Regni ipsius quod est dicere ut ante omnia emendentur dampna pendente ap. ellatione illata sibi et injurie et exprese que superius specificati sunt.

Item petit quod ville que sunt in districtu castri non inpediantur per Regem vel per suos solvere forum suum sibi.

Item petit Regina domna Tharasia restitui securitate castrorum quam ei reliquit pater suus qua fraudulenter spoliata est post ap. ellationem que erat murus pacis et concordie vinculum inter ipsam et dominum Regem.

Item preter expensarum restitutionem quas fecit nimis coacta urgente violencia Regis circa munitionem castrorum quam circa stipendia militum et aliorum qui necessarii sibi erant ad tuitionem sui et quas fecit in mittendo Romam et in advocatis et judicibus usque ad diem istam quórum sumum extimat L aureorum salvo jure addenda et diminuendi. Item petit sibi resarciri dampna illata temporibus obsidionis per incendium domorum et vastationes segetum et incisionem arborum et vinearum et redemptionem hominum captivorum et fractionem navium et spoliationem pecudum armatorum equorum et aliarum eventionum et dampna vasallorum et spoliationem hominum que dampna intulit post suam propriam ap. ellationem.

Item petit satisfieri de injuriis tam injuriose contumeliose sibi illatis tam in strage hominum quam in debellatione castrorum ad minus per IIII menses et eo amplius incendio sagittis pertrariis et aliis quam pluribus modis.

Item petit ad iminutionem fori quam fecit hominibus de Montis Maioris propter guerram Regis rasum ma petit se reduci ad eum statum quo erat tempore ap. ellationis earum vel Regis quod est dicere ut ante omnia dampna emendentur pendente ap. ellatione sibi illata et injurie et expense que superius specificate sunt.

Item petit ut omnia dampna monasterii Lorbani sui restituantur. Contra petitionem earum que facta est de expensis [fl. 25v] *ap. onimus in hunc modum exceptionis spoliationem castrorum de Contrasta, de Melgaz, Ilgosa,* ***Balsamum,*** *Freixeno, Urrios, Moos, Aliun Sicoti (?).*

Item rerum omnium quas ibi Rex tunc habuit mobilium et sesemoventium et armorum et omnium pecudum et tributorum et aliarum rerum ad Regem pertinentium in terminis istorum castrorum.

Item castri de Lanioselo et rerum quas ibi Rex esse habuit mobiles et sesemoventes et alia jura ad Regem pertinencia.

Item rerum mobilium et sesemoventium de predatione terrarum de Barroso et de Vinaes et de Monte Nigro, ***de Laedra de Lampazas****, de Miramda, de Santo Stephano, de Chaviis, de Aguiar, de Panoyas, quibus omnibus Rex spoliatus fuit per dolum malum et violentiam earum, salvo jure addendi et diminuendi. Elidimus exceptionem eorum per replicationem. Replicamus ende Regem prius nos securitate castrorum spoliasse.*

Item de villa de Aaveiras.

Item in obsidione multipliciter nos spoliavit. Et siquis sustinuit ex parte Reginarum ad defensionem sui factum est.

Item securitas castrorum talis est quod si Rex venit contra testamentum patris in aliquo milites qui tenebant castri compellant eum ad emendationem castrorum.

Item nos super hiis et aliis coram nobis propositis hábito consilio providentium interloquimus partem predictorum dominorum admittendam ad replicationem.

Item ex parte Regis in modum exceptionis fuit objectum citra literis contestationem quod non tenebatur sibi respondere quia dolo et facto earum fuerat Rex spoliatus XI castris que Rex legis dolo ceperat.

Item contra replicationes earum duplicamus de spoliatione facta per eas sed de Roderico Nuniz et omnium parentum suorum.

Item Vin[centius] Petriz et fratres sui ante illud quod dicunt de obsidione, salvo jure addendi et diminuendi, ante id quod dicunt de securitate duplicamus de spoliatione juris regalis in castris que dicunt securitati sup. osita, salvo jure addendi et diminuendi.

Item ad petendam securitatem castrorum pro parte reginarum nominata sunt hec: terra domni Gunsalvi Suarii: Elbora, Sanctaren, Turres Novas, Aurem, Portum de Molis; terra domni Gunsalvi Menendiz: Mons Maior Novus, Sesinbria, Ulixbona, Sintria, Turres Veteres, Ablantes, Obedus; terra domni Laurencii Suarii: Pinel, Tromcoso, Moreyra, Penna de Dono, Marialba, Castreiciom, Paredes, Sabadeli, Cernoceli, Lameco, Sanctus Martinus de Mauris.

Item objectum fuit ex parte dominarum quod excepcio Regis contra petitionem

dominarum non debet adjectti quia nec petitio super his que in exceptiones sunt

proposita admittendam esset quia si quod dampnum incurrit culpa sua incurrit. Nos etiam interloquimur quod ex quo replicationem admisimus regis exceptionem non reprobavimus.

Verus567 autem precise sit admittendam post modum vel non ex eventum forte constabit.

Item exactum fuit sacramentum de calumpnia coram nobis sed quia lis coram nobis non fuit contestata super principali nec super aliquo articulo pronunciavimus ipsum non esse prestandum nisi primo littere contestarentur.

Item peciit partes Rege quod innotoriis non admissa exceptione procederemus. Ad hoc dicimus quod exprimant notoria et communicato consilio quod de jure faciendum sic faciemus. Duplicationem autem Regis duxus admittenda ratione earum proposita sunt de novo.

Item dicimus esse notoria obsidiones incendia domorum vastationes segentum inicisiones arborum et [fl. 27] *vinearum expensas factas in defensionem sui et suorum injurias nimis contumeliose eis in obsidione irrogatas.*

Item interrogatus procurator Reginarum ut haberet ratum quod Rex fuerat excomunicatus propter obsidionem

respondet quod sic.

Tradução Livre

[1212 setembro – finais 1213]

– Acta das petições apresentadas por D. Teresa, D. Sancha e D. Branca perante os delegados pontifícios, relativas aos prejuízos resultantes do conflito com seu irmão D. Afonso II. *In*, Leontina & Oliveira, Volume II, p. 290 a 294.

Acta sobre As negociações que se passam entre Afonso, Rei de Portugal e Teresa, Sancha e Branca, suas irmãs. Estes são os atos da negociação que decorreu entre o ilustre Alfonso Rei de Portugal, por um lado, e Teresa, Sancha e Branca, suas irmãs, por outro, perante juízes delegados pelo Sumo Pontífice, a saber, os abades de Osseira *e de Espina*. Em primeiro lugar, o postulado [fl. 26] foi da parte das senhoras acima mencionadas desta forma: A Infanta Sancha pede que lhe sejam dadas as despesas em que o rei incorreu na guerra para sua própria defesa e para pacificar Roma, e em advogados e juízes até hoje, e em soldados e outros. Sobre a primeira guerra 14 das 26 morabitinos. E gastar na segunda guerra 15 das 17 moedas morabitinos, conservando o direito de somar e subtrair. Pede também que os danos causados aos seus homens sejam reparados pelo Senhor. Pede ainda uma indemnização pelos danos que lhe foram causados durante os cercos, pela queima de casas e pela devastação.

A colheita, o corte de árvores e vinhas, a redenção de cativos, a pilhagem de pessoas, os danos no gado, rebanhos e cavalos dos vassalos e outros acontecimentos eram feitos mediante um

primeiro apelo à Rainha, mas antes disso. No entanto, tudo aconteceu após o apelo da Rainha. Ela também reivindica danos que sofreu na diminuição da corte que causou aos homens de Alanquer perto da guerra do Rei. Solicita ainda a restituição da vila chamada Aveiras, em cuja posse esteve discretamente presente durante a vida do seu pai e também após a sua morte. Pede ainda que seja indemnizado pelos ferimentos tão injuriosos e insultuosos que lhe foram infligidos.

Os abades de Espina e Osseira, perante os quais foram apresentadas as petições, foram nomeados juízes apostólicos pela bula de 31 de agosto de 1212, e ainda estavam em funções no início de 1214, quando absolveram Afonso II da excomunhão e levantaram o interdito que pesava sobre o Reino. por um cerco ao seu próprio corpo, pela matança de homens e pela destruição do castelo durante pelo menos quatro meses, e ainda mais pelo fogo intenso de flechas de sílex e mais do que alguns outros métodos. Também pede para ser devolvida à segurança do arraial que o pai lhe deixou, que ele tinha traiçoeiramente roubado e que era um muro de paz e harmonia entre elas e o senhor rei. Pede ainda que seja restaurado ao estado em que se encontrava no momento do nosso apelo ao Reino, o que significa que, em primeiro lugar, os danos que lhe foram infligidos enquanto aguardava o apelo e as lesões e danos expressos especificados acima sejam reparados. Solicita ainda que as cidades dentro do distrito do castelo não sejam impedidas pelo Rei ou pelos seus súbditos de pagar as suas feiras. Da mesma forma, a Rainha Teresa pede que seja restaurada a segurança do acampamento que o seu pai lhe deixou, do qual foi roubada fraudulentamente após o apelo, que era um muro de paz e um laço de harmonia entre ela e o rei senhor. Além disso, para além da restituição das despesas em que incorreu sob a excessiva pressão da violência do Rei, no que diz respeito à fortificação do acampamento, bem como aos salários de soldados e outros que lhe eram necessários para a sua defesa e que incorreu no envio a Roma e em advogados e juízes até hoje, cuja soma estima em 50 moedas de ouro, sujeitas ao direito de serem acrescentadas e subtraídas. Pede ainda para ser compensado pelos danos causados durante o cerco pela queima de casas, devastação de plantações, corte de árvores e vinhas, resgate de cativos, destruição de navios, pilhagem de gado e cavalos, entre outros acontecimentos, para além dos danos nos vassalos e pilhagem de pessoas que infligiu após o seu próprio apelo. Pede também para ser satisfeito pelos ferimentos que lhe foram infligidos de forma tão injuriosa e insultuosa, tanto no massacre de homens como na destruição do acampamento durante pelo menos quatro meses e ainda mais pela queima de flechas e de muitas outros itens. Pede também a redução do tribunal que concedeu aos homens de Mont Maioris por causa da guerra do Rei, mas pede para ser restaurado ao estado em que estava no momento do apelo deles ou do Rei, o que significa que antes que todos os danos sejam reparados enquanto aguardam o apelo, os danos e despesas infligidos a ele devem ser reparados, estão especificados acima. Pede ainda que todos os danos causados ao seu

mosteiro de Lorvão sejam restaurados. Contra a petição que foi feita para despesas [fl. 26v] A esta excepção acrescentamos a pilhagem dos castelos de Melgaz (Melgaço), Ilgosa (Algoso?), **Balsamum (Balsemão)**, Freixenum (Freixo-de-Espada-à-Cinta?), Urrios(Urros), Moos(Mós) e Aliun Sicoti (Picote?). Da mesma forma, todas as coisas que o Rei tinha ali naquele tempo, móveis e imóveis, armas, todo o gado, tributos e outras coisas pertencentes ao Rei dentro dos limites daqueles acampamentos. Da mesma forma o castelo de Laniosello e os bens móveis e imóveis que o Rei ali possuía, e outros direitos pertencentes ao Rei. Do mesmo modo, os bens móveis e imóveis, provenientes da predação das terras de Barroso e Viñaes (Vinhais) e Monte Negro, de Laedra (Ledra), Lampazas (Lampaças), de Miramda (Miranda), de Santo Stephano?, de Chavis (Chaves), de Aguiar, de Panoyas, todas elas roubadas ao Rei por meio de dolo e engano maligno. a sua violência, sem prejuízo do direito de somar e subtrair. Eliminamos a exceção dos mesmos através da replicação. Respondemos que o Rei já nos tinha roubado a segurança do acampamento. Também da cidade de Aveiras. Da mesma forma, durante o cerco, saqueou-nos de muitas maneiras. E se alguém do lado das Rainhas resistiu, foi em legítima defesa. Da mesma forma, a segurança do acampamento é tal que, se o rei agir contra a vontade do seu pai de alguma forma, os soldados que controlavam o acampamento obrigam-no a repará-lo. Da mesma forma, nós, tendo consultado o conselho de providentes, discutimos estas e outras questões propostas perante nós e concordamos em admitir a parte dos senhores acima mencionados para replicação. Da mesma forma, por parte do Rei, a título de exceção, foi objetado que, sem uma contestação por escrito, não era obrigado a responder porque, através de fraude e ação, o Rei tinha sido roubado de onze Castelos, que o Rei tomara por engano. Da mesma forma, contra as suas replicações, redobramos a aposta no saque por eles cometido, mas apenas de Roderico Nuniz e de todos os seus pais. Da mesma forma, Vicente Petriz e os seus irmãos, antes do que dizem sobre o cerco, sem prejuízo do direito de acrescentar e subtrair, antes do que dizem sobre a segurança, duplicamos a pilhagem dos direitos reais nos campos que dizem serem supostos de segurança, sem prejuízo do direito de acrescentar e subtrair. Da mesma forma, para garantir a segurança dos Castelos e Terras, foram nomeados os seguintes em nome das rainhas: a terra do Senhor Gunsalv Suari: Elbora, Sanctare, Turres Novas, Aurem, Port de Moli; terra do senhor Gunsalvi Menendiz: Mons Maior Novus, Sesinbria, Ulixbona, Sintria, Turres Veteres, Ablantes, Obedus; terra Lord Laurence Suari: Pinel, Tromcoso, Moreyra, Penna de Dono, Marialba, Castreiciom, Paredes, Sabadeli, Cernoceli, Lameco, Saint Martin of Mauris.

As senhoras também se opuseram à exclusão do Rei contra a petição.

As senhoras não devem ser acrescentadas porque a petição também não é para estas coisas que são exceções.

A ação proposta seria admissível porque, se houver algum dano, será causado por culpa própria. Defendemos também que, uma vez que admitimos a replicação, não rejeitamos a exceção do rei. Se a verdade deve ser admitida precisamente da forma certa ou não, talvez seja determinado pelo resultado. Da mesma forma, foi feito um juramento de calúnia perante nós, mas como o caso perante nós não foi contestado quanto ao princípio ou a qualquer outro artigo, declaramos que não deveria ser apresentado a menos que fosse contestado por escrito primeiro. Da mesma forma, as partes solicitaram ao Rei que procedesse sem admitir quaisquer exceções às notórias. A isto dizemos que eles exprimem os factos bem conhecidos e, tendo partilhado os seus conselhos, fá-lo-emos de acordo com a lei. Mas a duplicidade do Rei, em virtude da sua admissão, foi novamente proposta. Dizemos também que há cercos notórios, incêndios de casas, devastações de culturas, corte de árvores e [fl. 27] as despesas incorridas na defesa das suas próprias vinhas e os ferimentos infligidos ao seu povo de forma muito insultuosa durante o cerco. Da mesma forma, foi pedido ao Procurador da Rainha que ratificasse que o Rei tinha sido excomungado por causa do cerco. Ele responde que sim.

Transcreve-se também a breve onde o Papa Inocêncio II, absolve de excomunhão o rei D. Afonso II (mas que este não respeitou).

Absolvição da excomunhão (D. Afonso II)

1214, Coimbra — Os abades dos mosteiros de Osseira e de Espina, juizes papais no conflito entre D. Afonso II de Portugal e suas irmãs D. Teresa e D. Sancha, absolvem o rei português e o seu reino da pena de excomunhão e interdito. [fl. 25].

Nota: *Os abades de Espina e de Osseira, perante quem são apresentadas as petições, foram nomeados como juízes apostólicos pela bula de 31 de agosto de 1212, encontrando-se ainda em funções nos inícios de 1214, quando absolvem Afonso II da excomunhão e levantam o interdito que pesava sobre o Reino.*

Lictera absolvitionis domni Alfonsi Regis Portugalie a quibusdam delegatis apostolice sedis In dei nomine. Notum sit presentibus et futuris quod nos L. de Ursaria et A. De Spina dicti abbates judices a domino papa delegate in causa que vertitur inter Alfonsum Illustrem Regem Portugalie ex una parte et Tarasia et Sancia sorores ejus ex altera prestito ab eodem rege corporaliter juramento et recepto a nobis secundum formam apostolici rescripti, absolvimus predictum regem et absolutum denunciamus ab omni vínculo excomunicationis et relaxamus omnis interdicti sententias quibus prefatus Rex et ejus regnum excomunicationis et interdicti vinculis tenebantur. Data apud Colimbriam.

Dominica in septuagesima Era M.a CC.a L.a II.a.

Tradução livre

A absolvição do senhor Afonso II, rei de Portugal. Aos delegados da Sé Apostólica, Em nome de Deus. Que seja do conhecimento das gerações presentes e futuras que nós, Abades de Osseira e de Espina, os ditos abades, juízes delegados pelo senhor papa no processo que está a ser julgado entre Afonso II. O ilustre Rei de Portugal de um lado e as suas irmãs Teresa e Sancha do outro. Tendo feito o juramento o mesmo rei e tendo-o recebido de nós segundo a forma, por rescrito apostólico, absolvemos o rei acima mencionado e declaramo-lo absolvido de todos os laços de excomunhão e todas as sentenças de interdição pelas quais o Rei e o seu reino foi mantido agrilhoado pela excomunhão e interdito. Encontro em Coimbra

Domingo do septuagésimo ano M.CC.LII (1214 da era de cristo).

Carlos Mendes,
Presidente da Associação Terras Quentes

Protagonistas desta história:

Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário

Pela mão do Mestre Fr D. Pedro Alvites

Selo rodado do Mestre Templário Pedro Alvites
1212-1234? – "AGNUS DEI" (Cordeiro de Deus)

"De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás."

Génesis 2. 16-17

Selo do Mestre Pedro Alvites incluso na carta de divisão das dizimas das igrejas de Penas Roias e Mogadouro em que intervieram pela Ordem do Tempo Pedro Alvites; o Arcebispo de Braga e o Cabido da Sé de Braga.
[Prova que em 1265-38 = **1227** Pedro Alvites representava a Ordem do Templo].
[ANTT Gaveta 7, Maço 12, nº 13]. O selo de Pedro Alvites é o primeiro do lado esquerdo.

Salmo adoptado como "Divisa" pela Ordem dos Templários

Texto total do salmo 113-B do antigo testamento

Não a nós, Senhor
Não a nós
Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade

Por que perguntas às nações, onde está o nosso Deus
No céu, está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada

Não a nós, Senhor
Não a nós
Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade

Por que confiam as nações em ouro, prata riquezas e se afastam do Senhor,
que é fonte de todas as bênçãos

Não a nós, Senhor
Não a nós
Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade

Que se resumia no campo da batalha a: **Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao vosso nome dai glória** – em Latim: ***Non nobis, Domine, non nobis, sed nomine tuo da gloriam*.**

Terminavam, antes de iniciarem a carga a cavalo para a batalha e investir contra o infiel (sempre pela voz do Mestre) com o – **Hip; Hip; Hurra;** (ou seja) **Hi**erosolyma Est **P**erdita; **Hi**erosolyma Est **P**erdita; **Hurra** (Esta palavra "Hurra", por sua vez é derivada do eslavo "hu-raj", que quer dizer – ao (**hu**) paraíso) (**raj**).

Traduzindo para português; **Jerusalém está perdida; Jerusalém esta Perdida, Vamos a caminho do Paraíso.** (Tese sem confirmação bibliográfica coeva).

Outra teoria sobre a origem desta expressão é que os europeus aderiram à exclamação mongol "**urra**" como um grito entusiasmado de bravura e encorajamento mútuo. Veja-se o livro de Jack Weatherford, Genghis Khan (1161/1227) and the Making of the Modern World.

O espólio musealizado ou em reserva

Nota dos Autores

Por questões de segurança não indicaremos em nenhuma peça original deste catálogo, a sua origem.

Inventário nºs 806 e 807

Quadro: Figura Conjectural.

Designação: Frei D. Pedro Alvites; Foi o primeiro Mestre da Ordem dos Templários dos três reinos (Portugal, Castela e Leão), Mestre entre os anos de 1212 e a data mais tardia, mas pouco aceitável, 1234?

O Mestre Pedro Alvites nasceu no Norte de Portugal. Não se sabe se "Alvites" era um "patronímico" ou um "toponímico". Existe uma povoação que já pertenceu à freguesia de Sesulfe, Macedo de Cavaleiros, mas, hoje está adstrita ao concelho de Mirandela e que se denomina, ainda hoje, "Alvites". Nas inquirições de Afonso III, encontramos nessa localidade "Alvites", o nome "Fernando Alvites" (PMH1351 – ...habent eam filij de Fernando Alvites et sua fraternitas... "Tradução livre: *É propriedade dos filhos de Fernando Alvites e da sua irmandade*".) o que confirma ter existido nesta localidade uma família de apelido "Alvites". Não provando nada, não deixa ser um bom auspício, de que Pedro Alvites tenha tido aqui a sua progénie.

Sem dúvida, Frei D. Pedro Alvites teve um papel determinante nos acontecimentos de Macedo de Cavaleiros pois, após o acordo (por imposição), que protagonizou o Papa Inocêncio III; entre Afonso IX de Castela, as três irmãs Sanches e o seu irmão o Rei Afonso II, estes entregaram em 21 de maio de 1213, as terras de Ledra de Lampaças (hoje, dentro do espaço geográfico de Macedo) e o Castelo de Balsemão nas suas mãos (Ordem dos Templários).

São estes factos que justificam e dão consistência a esta unidade museológica

Seguiu-se-lhe Fr. D. Martim Sanchez (Baêna) que foi o 2º Mestre Templário dos três reinos e teve o seu mestrado entre 1224? e 1229, tendo renunciado ao Mestrado em março ou abril desse ano. Morre no ano de 1234. Também teve o seu mestrado durante a existências das irmãs Sancha Sanches (1180/1129) e Teresa Sanches (1176-1250).

(In; ***Memória Histórica dos "Sanches de Baêna"****;*
Baêna, Luís Sanches de; e Silva, Maria Teresa Sanches de Baêna Bustorff,
Edição dos Autores, Lisboa, 2022)

Desenho Conjectural de Fr. D. Pedro Alvites

Desenho conjectural de Fr D. Martim Sanches
https://templeiros portugueses. blogspot.-fr-martim-sanches.htm

Inventário nº 800

Quadro: Figura Conjectural.

Designação: Beata Infanta Dª Sancha Sanches, nascida no ano de 1180, filha do Rei D. Sancho I e irmã do Rei D. Afonso II que (por acordo) entregou à Ordem dos Templários o Castelo de Balsemão, as Terras de Ledra e as Terras de Lampaças – Faleceu em 13 de março de 1229, foi inicialmente sepultada no mosteiro de Celas (fundadora), mais tarde o seu corpo foi trasladado para o mosteiro do Lorvão, mandado edificar pela sua Irmã, Rainha consorte de Leão, Teresa Sanches. Foi Beatificada em 13 de dezembro de 1705 pelo Papa Clemente XI. através da bula "Sollicitudo Pastoralis Offici" conjuntamente com a sua irmã, Infanta/rainha consorte Teresa Sanches.

Inventário nº 801

Quadro: Figura conjectural.

Designação: Beata Infanta D. Teresa Sanches, nasceu a 4 de outubro de 1176, filha mais velha do Rei D. Sancho I, irmã do rei D. Afonso II e mulher (Rainha consorte de Leão) do rei Castelhano Afonso IX de quem teve 3 filhos – D. Sancha infanta de Leão; Infante D. Fernando de Leão e D. Dulce infanta de Leão. Foi este rei castelhano que durante o litígio com o rei português Afonso II, tomou as terras de Trás-os--Montes e por acordo com a sua irmã D. Sancha Sanches entregou à Ordem dos Templários o castelo de Balsemão, as Terras de Ledra e Lampaças. Faleceu a 18 de junho de 1250, tendo sido sepultada no mosteiro que fundou, o mosteiro do Lorvão

https://pt.wikipedia.org/wiki/Beata_Teresa_de_Portugal

Inventário nº 810

Quadro: Figura Conjectural.

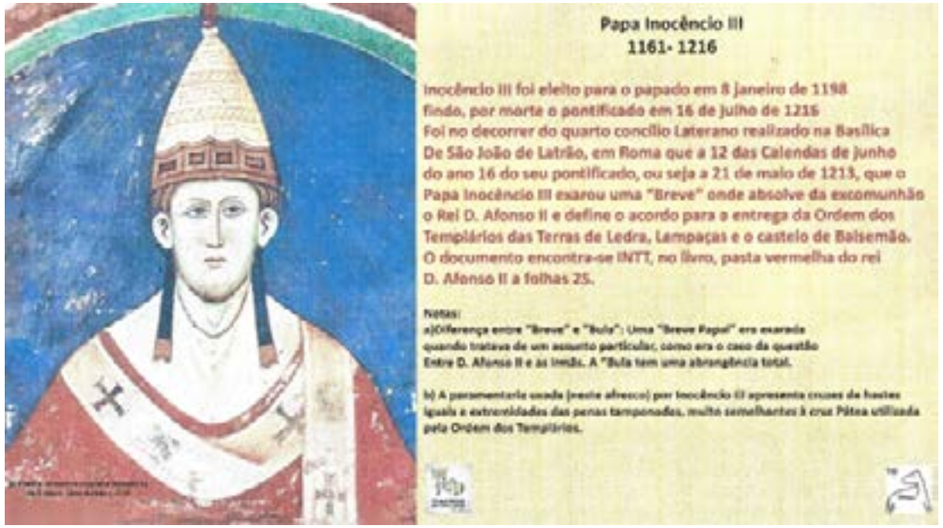
Designação: Beata Infanta Mafalda Sanches, nascida no ano de 1195/97, filha do Rei D. Sancho I e de Dulce de Aragão, casou com Henrique I de Castela, reinando entre 1217 e 1256, sendo ainda assim, considerada pela Igreja Católica como Beata (1793) e venerada sob o nome de Rainha Santa Mafalda. Era monja cisterciense e revitalizou o mosteiro feminino de Arouca, onde veio a falecer a 1 de maio do ano de 1256 e onde tem sepultura.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Mafalda_Sanches_de_Portugal

Inventário nº 802

Quadro: Figura conjectural.

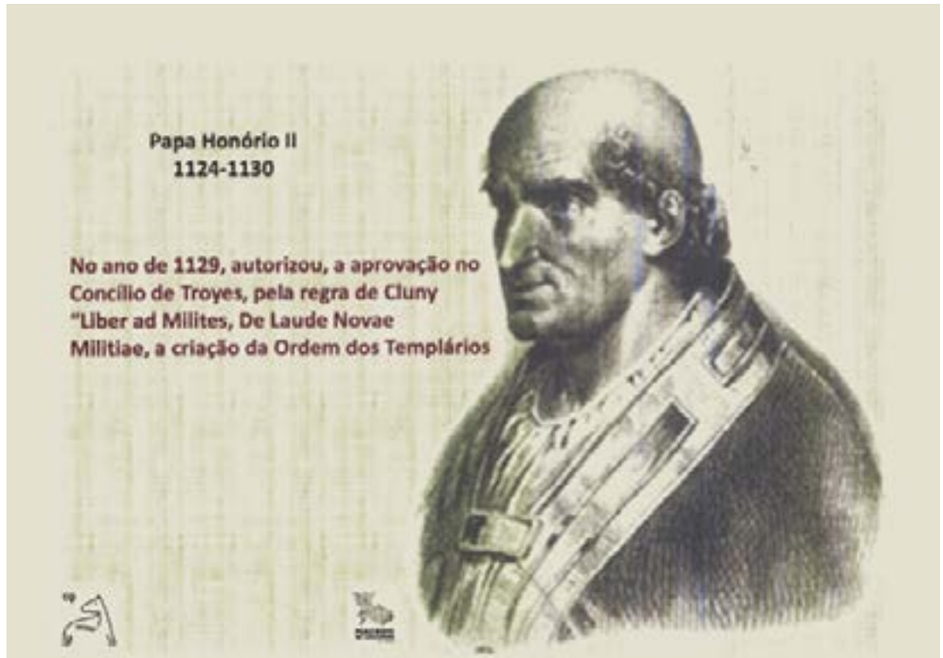
Designação: Papa Inocêncio III – 8/1/1198 a 16/7/1226. Papa que assinou a "Breve" em 21 de maio do ano de 1213, (após acordo do Rei Afonso II as suas irmãs e o Rei Afonso IX de Leão) tendo como finalidade entregar o Castelo de Balsemão e as terras de Ledra e Lampaças à Ordem dos Templários.



Inventário nº 803

Quadro: Figura conjectural.

Designação: Papa Honório II – 1124/1130. Papa que no Concilio de Troyes, autorizou a criação da Ordem dos Templários em 1129, pela regra de Cluny “Liber ad Milites, De Laude Novas Militiae.



Inventário nº 804

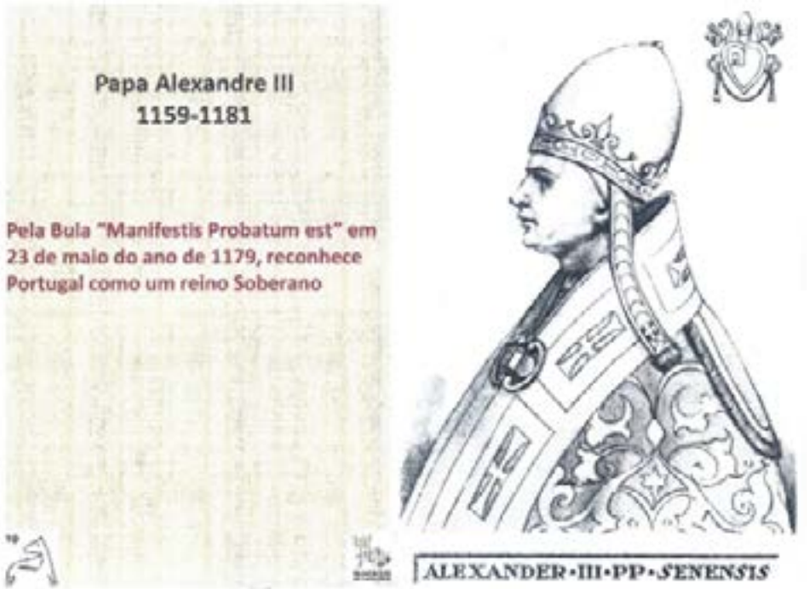
Quadro: Figura conjectural.

Designação: Papa Inocêncio II – 1130-1143 emitiu a bula para a criação da Ordem dos Templários “Omne Datum Optimum” (Toda a boa dádiva) em 28 de março de 1139.

Inventário nº 805

Quadro: Figura conjectural.

Designação: Papa Alexandre III – 1159-1181, pela Bula "Manifestis Probatum est" na qual reconhece Portugal como país soberano, datada de 23 de maio de 1179.



Inventário nº 808

Quadro: Figura conjectural.

Designação: Papa Clemente V – 1305-1314. Pela Ordem "Pastoralis Praeeminentiae" manda Prender, executar e extinguir "a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão; em latim: "*Pauperes commilitones Christi Templique Salomonici*"), conhecida abreviadamente, como Cavaleiros Templários da Ordem do Templo.

Inventário nº 809

Quadro: Figura conjectural.

Designação: Rei D. Afonso II; Afonso VI de Castela foi casado com a Infanta Teresa Sanches, filha de D. Sancho I. Tinha mais duas irmãs, Sancha Sanches e Mafalda Sanches. Afonso II passou todo o seu reinado, não tendo conseguido resolver os problemas testamentários com as irmãs. Afonso VI de Castela no verão de 1212 invade Trás-os-Montes e será na primavera do ano seguinte que o Papa Inocêncio III exara uma "Breve" na Basílica São João de Latrão, (no decorrer do quarto concilio Laterano), em Roma, a 12 das calendas de junho do ano 16 do seu pontificado – ou seja a 21 de maio do ano de 1213 – onde absolve da excomunhão Afonso II. Resultando a entrega das terras de Ledra, Lampaças e o Castelo de Balsemão, às três irmãs, ficando consignado a sua guarda à Ordem dos Templários.

Pintura de Afonso II existente no Mosteiro de Alcobaça

Rei D. Afonso II
1185-1223

Reinou entre os anos de 1211 e 1223

Os primeiros anos do seu reinado foram marcados por violentos conflitos com as suas irmãs; Sancha, Teresa e Mafalda, por questões testamentárias.
Teresa era casada com o Rei de Castela e Leão, Afonso VI, a quem pediu ajuda para a resolução da contenda.
Afonso VI invade Trás-os-Montes e toma toda área Nordestina, inclusive as terras de Ledra, Lampaças e o Castelo de Balsemão.
É excomungado pelo Papa Inocêncio III que, mais tarde, em 12 de maio do ano de 1213, entrega, como salvaguarda dos bens das irmãs, à Ordem dos Templários as Terras de Ledra, Lampaças e o Castelo de Balsamão.

Documentos em Pergaminho e em Velino

Pergaminho e Velino

Síntese Histórica

Pergaminho

É uma pele de animal, geralmente de cabra, carneiro, cordeiro ou ovelha, preparada para nela se escrever. A técnica foi aperfeiçoada no antigo reino de Pérgamo, (Grécia) nome que originou sua denominação.

Velino

Diz-se de papel pergamináceo, que imita o pergaminho. É fabricado com a derme e é extraído de animais mortos no ventre materno (aborto) ou de bezerros ou anhos sendo o pergaminho fabricado com as suas dermes. A pele de vitela, era a mais usada e mais fina do que o pergaminho vulgar, reservada aos manuscritos de luxo.

Encontram-se excecionais incunábulos impressos em velino.

Inventário nº 202

Assinaturas: Da esquerda para a direita.

1ª – Alfonso VI de Leão.

2ª – D. Raimundo (nas exterminadas das varas) 1ª R/A – 2ª M/U – 3ª N/O – (a do meio).

3ª – D. Urraca.

Inventário nº 201

Cronologia: Século XII.

Matéria Prima: Velino.

Proveniência: Reprodução.

Nota Histórica: Assinaturas**,** Conde D. Henrique; D. Teresa.

Sinal Rodado com a cruz templária envolvida por pétalas – Sinal rodado D. Tereja (Teresa) – Teresa de Leão filha legitima de Afonso VI de Leão – Condessa do condado Portucalense 1096-12 maio 1112 e Rainha de Portugal entre 1112 e 1128 – D. Urraca meia-irmã de D. Teresa. – "O selo original, "desenhado" pelo Bispo de Braga, D. João Peculiar, deve ter servido de inspiração? para fazer o selo rodado oferecido por João Peculiar a D. Teresa, tem a seguinte legenda": *Volo enim in te & in femine tuo imperiu Mihi ftabilire* – Tradução livre – "**Pois quero incutir o Meu poder em si e na sua esposa" –** *Dá a entender que quer expressar uma mensagem divina)* (selo abaixo a preto e branco).

Sinal rodado de D. Teresa

Pois quero estabelecer o meu domínio sobre si e sobre a sua esposa

D. HENRIQUE – Hen + ri + c + eu / Perna esquerda em baixo – MHEN – / Perna cima lado esquerda – RN – Perna cima lado direito – C – Perna baixo lado direito – VE –
O Conde D. Henrique de Borgonha (Duque de Borgonha) foi pai de D. Afonso Henriques. Os primeiros membros da 0rdem dos Templários, pensa-se, que tenham vindos da Borgonha, e estabeleceram-se em Braga no ano de 1122, data mais temprana que o autor tem conhecimento.

Inventário nº 204

Designação: Selo de D. Afonso Henriques.

Cronologia: Século XII.

Matéria-prima: Velino.

Proveniência: Reprodução.

Inventário nº 205

Designação: Selo de D. Afonso Henriques, datado de 1134.

Cronologia: Século XII.

Matéria-prima: Velino.

Proveniência: Reprodução.

Inventário nº 200

Designação: Assinatura de D. Sancho I.

Cronologia: Século XII.

Matéria-prima: Velino.

Proveniência: Reprodução.

Nota Histórica: Assinatura, sinete ou sinal rodado de D, Sancho I – Pai de 27 filhos, sendo 7 filhos legítimos, entre os quais; o Rei Afonso II, a Beata Infanta D. Sancha Sanches; Rainha consorte de Leão, D. Teresa Sanches, que, após acordo com a intervenção do Papa, entregaram o castelo de Balsemão as terras de Ledra e Lampaças, hoje Concelho de Macedo à Ordem dos Templários.

Inventário nº 220

Designação: Sinete de D. Dinis, grande defensor da Ordem dos Templários.

Cronologia: Séculos XIII/XIV.

Matéria-prima: Lacre.

Proveniência: Reprodução a partir de documento oficial.

Inventário nº 221

Designação: Sinete do Frei D. Martim Sanches (Baêna), 2º Mestre da Ordem dos Templários dos três Reinos, (Portugal, Castela e Leão) à data de D. Sancha Sanches – 1224/1229 – "*O meu coração é Cristão, é Árabe é Judeu, é essencialmente Lusitano, e Mariano. Não haverá outro Templo onde habite tanta Paz, tanta Saudade, tanta Esperança*". (*atribuído, por alguns autores, a Fr. D. Martim Sanches*).

Cronologia: Século XIII.

Matéria-prima: Lacre.

Proveniência: Reprodução a partir de documento oficial. Documento em que D. Fruíla (ou Froila) Ermiges doa a D, frei Martins Sanches [á Ordem dos Templários] as suas terras de Cira [actuais Povos e Vila Franca de Xira] nas margens do rio Tejo que recebera no ano de 1206? do rei D. Afonso II, bem como todos os seus numerosos bens.

Inventário nº 219

Designação: Sinete de D. Sancha Sanches, irmã de D. Afonso II, que esteve na origem da entrega das terras de Ledra, Lampaças e do Castelo de Balsemão à Ordem dos Templários em 21 de maio de 1213.

Cronologia: Século XIII.

Matéria-prima: Lacre.

Proveniência: Reprodução a partir de documento oficial.

Inventário nº 218

Designação: Sinete do Frei D. Pedro Alvites, Primeiro Mestre Templários dos 3 reinos, Portugal, Castela e Leão entre os anos 1212 e data mais tardia 1234?

Sem dúvida, Pedro Alvites teve um papel determinante nos acontecimentos, pois, após o acordo (por imposição) entre o Papa Inocêncio III; Afonso IX de Leão, as três irmãs, Teresa Sanches (sua mulher) Infanta Sancha Sanches e Mafalda Sanches e o seu irmão o rei Afonso II, estes entregaram à Ordem dos Templários, em 21 de maio de 1213, as terras de Ledra, Lampaças (hoje, formam na sua grande parte o Concelho de Macedo de Cavaleiros) e o Castelo de Balsemão. São estes factos que justificam, sobretudo, esta unidade museológica, pois provam a presença física de cavaleiros-monges Templários na região de Macedo de Cavaleiros.

Cronologia: Século XIII.

Matéria-prima: Sinete/Lacre.

Proveniência: Reprodução.

Sinete copiado de documento oficial

Simbólica relacionada com a Ordem dos Templários

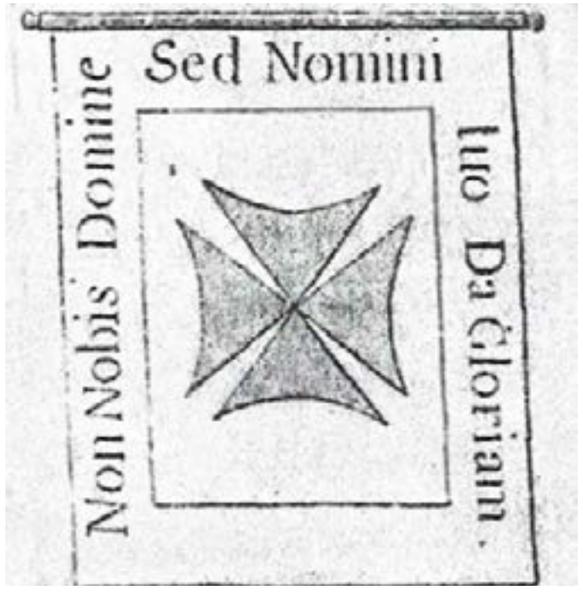
A "Simbólica Templária"

Síntese Histórica

Foi o Papa Eugénio III (Pier Bernardo Pignatelli) – que entre 15 fevereiro 1145 e 8 julho de 1153, instituiu o símbolo templário.

A forma da cruz vermelha dada pelo Papa Eugénio III à ordem dos Templários era octógona muito semelhante à cruz Branca que usavam os cavaleiros da Ordem do Hospital. O padre Filip e Bonani protesta, pela semelhança com a cruz atribuída à Ordem do Hospital, pois no fim de cada parte (oito partes) corta para dentro de forma aguda, e a dos Templários em semicírculo. Pelo oposto, "Cruz Orbicular", como lhe chama [Cruz;22, citando Saul Gomes, 2009 p. 130-131], quão, aliás, encontramos no óculo da igreja de Pitões de Júnias, exactamente o contrário nos terminais das pétalas. (ver artigo no caderno Terras Quentes, nº 19).

Também chamada "Cruz Pátea" – Na configuração mais conhecida, com as bordas das pontas côncavas. Inicialmente usada pela Ordem dos Templários em vermelho.



Cruz outorgada pelo Papa Eugénio III à Ordem dos Templários

Símbolo da Ordem dos Hospitalários com oito pontas mais pronunciadas que a cruz atribuída pelo Papa Eugénio III à Ordem do Templo

No ano de 1319, a 14 de março, no reinado de D. Dinis opera-se a "transferência" de nome e bens da Ordem dos Templários para a Ordem de Cristo que vem a adoptar a mesma cruz usada pelo Ordem dos Templários, com a diferença de ser vazada ao centro, sendo utilizada até aos dias de hoje, mesmo após 1834 quando se deu a extinção das ordens religiosas. Mas, agora, inscrita nas ordens honorificas, atribuídas pelo Presidente da República sendo este o seu grão-mestre. A Ordem Militar de Cristo é concedida para premiar destacados serviços prestados ao País no exercício de funções de soberania.

À esquerda Cruz, adoptada, para a Ordem de Cristo pelo rei D. Dinis. – Igual à simbólica dos Templários, vazada ao centro. À direita numisma com a cruz da Ordem de Cristo, mandada cunhar pelo rei D. Manuel I, como muitas outras numismas cunhadas, por outros monarcas, que também cunharam moedas com a Cruz de Cristo no seu anverso. Este exemplar encontra-se em exposição no museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros foi a primeira moeda "Global" a circular, pois era comercialmente aceite em todo o Mundo. É sem dúvida a moeda Portuguesa mais importante que se cunhou até aos dias de hoje em Portugal.

Inventário nº 900

Designação: Pedra com Símbolo Templários com pedúnculo.

Descrição: Estela funerária em granito de forma rectangular de cercadura irregular, com escoriações e falta de matéria no canto inferior direito e na base.

Campo preenchido por círculo inciso com cruz Pátea (Templária). Prolongamento da linha exterior do círculo em duas linhas verticais paralelas (uma espécie de pedúnculo).

Não foi possível fazer qualquer apreciação mais aprofundada.

Produção: Desconhecida.

Dimensões: Altura 85 cm Largura 64 cm.

Proveniência: Não se conhece a sua proveniência, todavia a classificação geográfica é do Distrito de Bragança.

Proprietário: Museu Abade Baçal.

Cabeceira de sepultura Templária Museu Abade Baçal da Quinta do Lombo, Macedo Cavaleiros

Cabeça sepultura Templária nas reservas do Convento de Cristo em Tomar, com o mesmo pedúnculo

Inventário nº 901

Designação: Pedra de cabeceira de sepultura em granito com cruz templária, em forma discoide com registo na parte superior com elemento cruciforme (cruz Pátea Templária) em forma arredondada e partida.

Dimensões:
– Altura: 65 cm.
– Largura 33 cm.
– Espessura 15 cm.

Estado de Conservação: Classificação de deficiente.

Autoria: De autoria desconhecida, sendo atribuída à Idade medieval, pela ficha de inventário do Museu Abade Baçal.

Proveniência: Quinta do Lombo, fronteira ao Castelo de Balsemão, Macedo de Cavaleiros. O Abade de Baçal, no Tomo X, Pág. 88, refere que a peça se encontrava numa Quinta do Dr. Albino de Sá Vargas que era dono da Quinta do Lombo. Assim, é provavel que esta estela (Cabeceira de sepultura) tenha vindo da Quinta do Lombo.

Proprietário: Museu Abade Baçal.

Cabeceira de sepultura, em exposição provavelmente de Cavaleiro Templário

Provável Cabeceira de Sepultura da Cavaleiro Templário que se encontra à beira da Estrada da localidade de Douro Calvo

Cabeças de sepultura templárias e da Ordem de Cristo do Museu de São Miguel de Odrinhas

Inventário nº **407**

Designação: Cruz da Ordem dos Templários em alto-relevo.

Material: Bloco de granito.

Peso aproximado: 40 kg.

Inventário nº 401

Designação: Selo rodado "Templário.

Cronologia: Provável; séculos XII/XIII.

Matéria-prima: Base geológica em Xisto grauvaque.

Dimensões:

– Comprimento máximo: 29 cm

– Largura máxima: 19 cm

– Diâmetro máximo do selo: 12 cm

– Peso: 2.750 gramas

Síntese histórica: Na cercadura exterior do selo pode-se ler, escrito em Latim, traduzido para Português "**Em Deus é que está o poder"**.

Inventário nº 022

Designação: Sinete original de meados dos séculos XII/XIII da Ordem dos Templários, significando a parábola cristã do Pelicano a dar de comer aos filhotes as suas próprias vísceras. Símbolo do sacrifício e doação. Na Eucaristia, é Jesus Cristo, como pão do céu, da paz e a salvação da humanidade.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Bronze.

Origem: Sinete de Pierre Pellicier, Capelão do Templo, século XIV.

Inventário nº 536

Designação: Original. Cruz Templária, pendente de pescoço.

Cronologia: Provavelmente séculos XII/XIII.

Matéria-prima: Ferro.

Inventário nº 167

Designação: Original. Cruz Templária, pendente de pescoço.

Cronologia: Provavelmente séculos XII/XIII.

Matéria-prima: Ferro.

Inventário nº 168

Designação: Original. Cruz Templária, pendente de pescoço.

Cronologia: Provavelmente séculos XII/XIII.

Matéria-prima: Ferro.

Inventário nº 169

Designação: Original. Cruz Templária, pendente pescoço.

Cronologia: Provavelmente séculos XII/XIII.

Matéria-prima: Ferro.

Inventário nº 085

Designação: Sinete da Ordem dos Templários – o primeiro conhecido com dois cavaleiros Templários montados no mesmo cavalo.

Dizeres: SIGILLVM MILITVM XPISTI – tradução: Selo dos Militares de Cristo.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Bronze.

Inventário nº 405

Designação: Fragmento de Cerâmica, mostrando combatente com espada de lâmina direita com pomo redondo e guardas curvas e bandeira, capacete tipo Qalansuwa também conhecido como Kufi, Topi ou Tapiya.

Cronologia: Séculos IX/XII.

Material: Tipo de pedra/cerâmica n/e.

Inventário nº 561

Designação: Fragmento com gravação de barco à vela.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Cerâmica.

Inventário nº 008

Designação: Original. Cruz cristã.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Pequena história da cruz na Idade Média: A Cruz (em Latim, "Crux" e em Grego "Stauros") é o símbolo primordial de todos os cristãos. Esta cruz que apresentamos, parece-nos ser mais antiga do que a cruz que está em exposição no museu do Tesouro na Sé de Braga, (conforme fotografia abaixo) como afirmam os responsáveis por este museu. Tratar-se-ia da cruz que celebrou a primeira missa aquando os Portugueses "descobriram" a Terra de Santa Cruz (Brasil). Para os cristãos a cruz é o resumo de toda a obra salvadora de Cristo e tornou-se símbolo de fidelidade e profundidade.

Portanto, esta nossa cruz, também nos parece ter feito parte da celebração eucarística em tempo de paz anteriores, provavelmente entre os séculos XII e XIV, atendendo à sua proveniência

Cruz inv. Nº 008
Museu dos Templários e da Identidade Nacional

Cruz existente no Museu do Tesouro da Diocese de Braga. Terá sido a cruz que celebrou a 1ª missa após a chegada dos Portugueses ao Brasil?

Inventário nº 097

Designação: Original. Cruz em ferro.

Material: Ferro.

Cronologia: Medieval.

Pequena síntese histórica: Antes de cada batalha era habitual as tropas serem abençoadas pelos eclesiásticos que as acompanhavam. Geralmente a cavalo e armado de "ponto em branco", o bispo, rodeado por clérigos percorria as fileiras dos homens de armas levando alçada uma cruz e aspergindo os combatentes com o hissopo. Essas cruzes ficaram conhecidas por cruzes de guerra.

Inventário nº 403

Designação: Fragmento de estuque com pintura de Cavaleiro Templário. Notando-se o equipamento da época, como guarda cabeça, um capacete Saucepan, com frontal movível; escudo tipo cometa e equipado com cota de malha.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Vários materiais aglomerantes e reboco finalizante em estuque.

Inventário nº 404

Designação: Fragmento de pedra com inscrições “Ad vitam Aeternam”.

Tradução livre: “Para a vida eterna”.

Material: Lítico desconhecido.

Inventário nº 435

Designação: Fragmento de pedra com inscrições árabes.

Tradução: Efectuada pelo Sr. Prof Doutor Dias Farinha para Língua Francesa:

1ª Linha: "Parez le coup et avancez vers le dos de l'adversaire".
Tradução livre "**Aparar o golpe e avançar para a garupa do adversário".**

2ª Linha:"Mettez-vous debout sur les étriers et frap. ez l'adversaire qui tombera sous les coups"
Tradução livre: "**Erga-se sobre os estribos e golpeie o adversário que cairá com os golpes**".

Inventário nº 435

Designação: Fragmento cerâmico com inscrições árabes, não traduzidas.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Lítico n/e; provavelmente de composição ferrosa.

Inventário nº 433

Designação: Fragmento de estuque com símbolo templário.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Vários materiais aglomerantes e reboco finalizante em estuque (cal, areia e água). Hoje, utiliza-se na sua feitura juntando, também, cimento.

Inventário nº 546

Designação: Candil com bico de pato. (Lucerna Islâmica).

Cronologia: Século IX/século XII.

Material: Cerâmica.

Análogo existente do museu de Mértola: Candil em cerâmica, sem decoração. Tem bordo arredondado, corpo bitroncocónico com uma pronunciada carena, base plana, uma asa e bico de secção aproximadamente pentagonal, com paredes planas e bem facetadas. Os candis com este tipo de bico são os mais tardios conhecidos no al-Andalus. Foi encontrado na encosta do castelo de Mértola

Inventário nº 547

Designação: Lucerna tipo romana com cruz.

Cronologia: a) Período Paleocristão? b) Existem paralelos, também, no século XII.

a) Modelo Análogo, Paleocristão (Espanha)
https://arqueoceramica.blogspot.com/2015/11/taller-lucernario-haciendo-lucernas.html

b) Início do 2º milénio (Croácia)
https://images.ap. .goo.gl/oQkhvh6jewR7LcyF7

Inventário nº 548

Designação: Vaso, com pé, (partido), será provavelmente uma cremeira e/ou molheira.

Material: Liga desconhecida.

Cronologia: Desconhecida (século XII ao século XIV)?

Inventário nº 531

Designação: Pedra com inscrições, aparentemente com símbolo templários.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Lítico n/e.

Inventário nº 537

Designação: Fragmento, provavelmente, de escudo, com pintura cavaleiro templário, provavelmente, de pavê.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Madeira n/e.

Extinção da Ordem dos Templários e o Nascimento da Ordem de Cristo

A extinção da Ordem dos Templários teve como causa próxima a debilidade económica e financeira vivida em França no reinado do rei Filipe IV (O belo) e, a divida que este tinha para com a Ordem dos Templários. Este rei em conjuração com o Papa Clemente V faz publicar em 12 de agosto de 1308 a bula "Regnans in caelis", enviada a todos os reis da cristandade, comunicando os "horrores!! *praticadas pelos membros da Ordem dos Templários a exemplo; prática de homossexualidade, felação e sodomia, crimes de veneração e a utilização de falsos símbolos"*. O que se passava era que, tendo Filipe IV constatado a opulência económica e financeira da Ordem, Filipe IV via ali uma oportunidade para resolver a catástrofe que se vivia em França e, por isso, havia que deitar a mão a esse "Tesouro".

Mas, a ordenação papal não chegava a toda a cristandade, (ou, por certo, muitos reis católicos, não a queriam cumprir) e assim, no final desse ano de 1308, mais propriamente em 30 de dezembro, Clemente V exara nova bula "Callidis serpentis vigil" na qual sua Eminência o Papa Clemente V exige a prisão de todos os membros da Ordem dos Templários.

É nessa altura que o Rei D. Dinis toma conhecimento dessa Bula? D. Dinis não entendia essa diretiva papal de extinguir a Ordem dos Templários que tão bons serviços tinham e estavam a prestar à coroa e a Portugal, por isso, somente no ano de 1314, (atente-se que a bula da fundação da Ordem de Cristo é de 1319) é que se viu obrigado a tomar as necessária providência de respeito às determinações Papais. Assim, extinguiu a Ordem dos Templários, mudando-lhe somente o nome. "A Ordem dos Templários, passou a chamar-se a **Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo** assumindo esta, todos os bens, poderes, direitos e deveres que tinha a Ordem dos Templários, até então, em território Português.

Quem nos explica bem todos os passos dados nessa transferência é Frei Fernando Moraes (Prior Geral) no seu livro editado no ano de 1717 "Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della".

Começa por nos contar a ida dos embaixadores Petrus Petri, canónico em Coimbra e o Nobre Joannes Laurentii, enviados a Roma pelo Rei D. Dinis com uma carta para ser lida ao Papa. Não estando essa carta datada, mas por certo anterior à data da "Bulla Fundationis", ou seja, a 14 de agosto de 1318, dizia:

"*Fazendo o Senhor Rey D. Dinis, de boa memória por meyo de seus embayxadores, & Procuradores, que para esse efeito enviou a Roma, as diligências necessárias para conseguir o intento, que tinha, de alcançar do Papa João XXII que então presidia na Igreja de Deos, a instituição da Ordem & Cavallaria de nosso Senhor Jesu Christo, em lugar da que se extinguio dos irmãos do Templo para que ficasse com os mesmos bens que possuiaõ & por ela vagaraõ & por qualquer outra Militar depois de considerado bem seu requerimento por Sua Santidade, parecendo-lhe justo & necessário ao bem da igreja & exaltação da Santa Fé Catholica como na verdade era…*"

Na bulla outorgada aos catorze dias do mês de agosto de 1318 a Portugal por sua Santidade João XXII dirigida ao Senhor Rey D. Dinis, sobre a Instituição da Ordem de Cristo, lê-se:

Da *bulla Fundationis* emitida pelo Papa João XXII

1 – Ordena o Papa que a cabeça da Ordem de Christo seja na Villa de Castro Marim.

2 – Faz doação à Ordem da Igreja de Santa Maria da dita Villa, com seus Direitos & Pertenças.

3 – Que os cavalleiros desta ordem professem sob a regra de Calatrava & que se chame para sempre a Ordem de Christo dando-lhe por Mestre Gil Martins, que foi Mestre de Calatrava da casa de Aviz.

4 – *Que a dita ordem, Mestre & freyres della gozem dos mesmos privilégios, liberdades & indulgências, que gozam o Mestre & Freyres da Ordem de Calatrava.*

5 – **Faz doação a esta ordem de todos os bens moveis & de raiz, Castelos Villas & lugares com suas jurisdições & direytos Ecelesiasticos & seculares, que a ordem do Templo tinha nestes Reynos de Portugal & Algarve.**

6 – *Doação que os procuradores do Senhor Rey D. Dinis fizeram em seu nome do castello & villa de castro marim & assim do direyto que o Senhor Rey tinha ou podia ter dos Castellos villas, lugares, fortalezas & todos os mais que foraõ da Ordem do Templo que o mesmo Papa unio aqui à dita Ordem.*

7– *Que os abades de Alcobaça tenhaõ o officio de visitadores da Ordem assim em a cabeça, como nos membros, com poder de reforma, ordenar & castigar, segundo a ordem de Cister, na ordem de Calatrava.*

8 – *Quer os abaddes de Alcobaça ou administrador que estiverem em seu lugar receba do mestre, que novamente vier à Ordem, em nome do Papa & Igreja Romana, o juramento de fidelidade & que o envie à Sé Apostólica.*

9 – *Que o Mestre faça outro juramento ao Rey destes reynos de Portugal, antes que comece a administrar & a forma como se fará.*

10 – *Que o Rey seja obrigado a receber o dito juramento ao Mestre dentro de dez dias, depois que por elle lhe for oferecido & que se dentro deles lho não receber possa sem o dar & sem licença do dito rey, exercitar livremente o officio de Mestre.*

11 – *Que o mesmo juramento, façaõ os preceptores inferiores, que novamente entrarem, em suas preceptorias.*

12 – *Que o Mestre, Commendador-mor & mais Commendadores destes Reynos serão obrigados fazer aos Reys deles, tudo o que a Ordem do Hospital de S. João de Hierusalem lhes costumam fazer.*

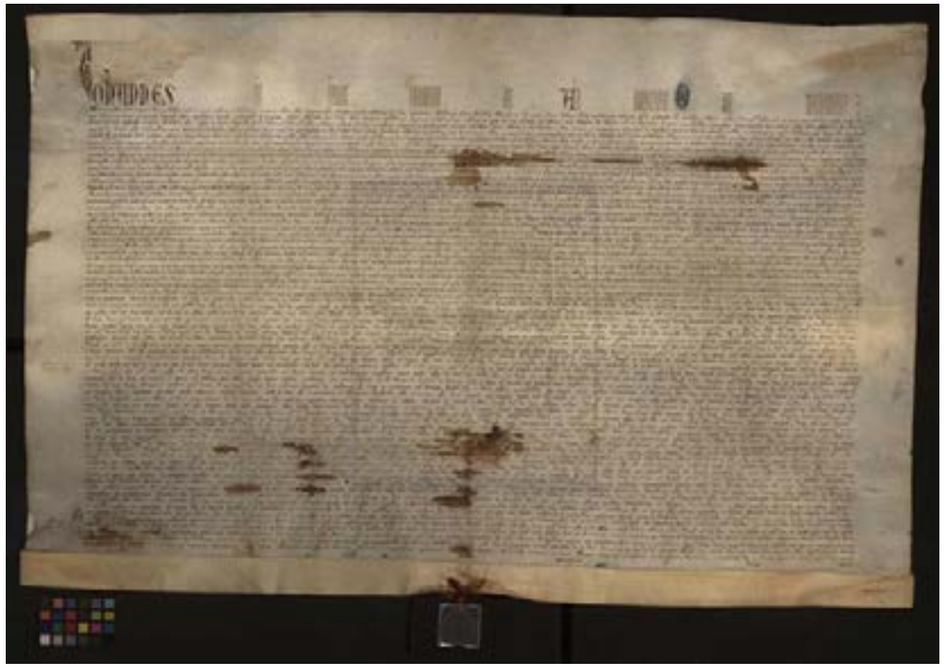
13 – *Que vagando o Mestrado por qualquer via que seja, os Freyres desta nova Ordem elejaõ huma pessoa que seja expressamente professa nella para Mestre.*

14 – *Põem obrigação ao Mestre em cada três anos de visitar per si, ou por outrem as Igrejas de S. Pedro & S. em Roma a ij Joannes.*

Mas será somente a 14 de março do ano de 1319, pela bula pontifícia "Ad ea ex quibus cultus augeatur" outorgada pelo papa João XXII, que se cria de facto a **Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo**.

Em 1319, foi instituída canonicamente a "Ordo Militiae Jesu Christi", Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem de Cristo, fundada pela bula "Ad ea ex quibus", do Papa João XXII, datada de 14 de março de 1319.

Por esta bula, os direitos de visita e de correição foram entregues ao abade de Alcobaça, na medida em que seguiam a Regra de São Bento, na versão transmitida por Cister à Ordem de Calatrava. A referida bula autorizava ainda a incorporação na nova milícia, de Castelo Branco, Longroiva, Tomar, Almourol, e de todos os castelos, bens móveis e de raiz, direitos, jurisdições, honras, homens e vassalos que tinham pertencido à ordem suprimida.



Bula "Ad ea ex quibus", do Papa João XXII, datada de 14 de março de 1319
Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 7, mç. 5, nº 2

Inventário nº 406

Designação: Bloco de granito com a cruz da Ordem de Cristo.

Peso aproximado: 35 kg.

Equipamento

Bélico

Armamento

Síntese histórica

A partir de meados do século XII começaram a entrar e a fixar-se em Portugal colonos vindos da Terra Santa e trazendo com eles conhecimentos e tecnologias avançadas, não só da área bélica, como nos mais diferentes domínios. Esses colonos privaram de perto com as civilizações orientais e rapidamente se aperceberam que em certos domínios os povos orientais estavam muito mais avançados do que os povos do ocidente peninsular, apesar dos muçulmanos ocuparem a maior parte da Península Ibérica. Toda a zona da Andaluzia era tida e reconhecida pelos seus conhecimentos, mas o norte da Península, ocupado pelos reinos das Espanhas e pelo Condado Portucalense, estava imbuída num enorme atraso. Por isso, a vinda e a fixação em Portugal de colonos estrangeiros a quem se deram enormes "benesses" atesta a abertura de Portugal a essas migrações especializadas.

Olhando atentamente para a história desse período, mormente no que respeita à migração para Portugal podemos concluir, com alguma exactidão que os principais fluxos se situavam na **área Atlântica** e **no Nordeste Transmontano**. O sul estava dominado pelos muçulmanos o norte pelos reinos de Espanha, por conseguinte, temos à partida duas entradas para Portugal. Uma que se interligava com a Europa marítima, Grã-Bretanha e países nórdicos e outra que absorvia os povos que vinham do médio oriente. Todos estes movimentos se reflectiram de forma marcante na evolução do armamento em Portugal.

Durante o reinado dos nossos três primeiros reis, centram-se, como já referimos, quatro grandes influências no campo da armaria no nosso país: Uma proveniente do Norte e da Europa Central a que foi chamada influência Atlântica e Continental que deriva fundamentalmente dos avanços técnicos dos países da Liga Hanseática principalmente nos países nórdicos e da área germânica.

A segunda dirigida do Sul da Europa, principalmente via Itália e Andaluzia, denominada influência mediterrânica, e uma terceira conhecida por influência muçulmana que teve os seus principais promotores nos muçulmanos estacionados na península. E, finalmente, uma quarta influência do médio oriente então dominado pelo movimento das cruzadas.

Em matéria de armamento a costa portuguesa atlântica mercê dos seus contactos com os países nórdicos, Grã-Bretanha, Flandres, Bruges, Montpellier, mas sobretudo através das suas relações privilegiadas com a liga hanseática, detinha um avanço técnico notável para a época. Havia muitos e bons "mestres a fazer armas" magníficos produtos e não faltavam locais de armazenamento em castelos da coroa ou da alta nobreza.

E, pelo que toca às zonas do interior nomeadamente por terras transmontanas e de Riba Douro, e nas terras a sul do Douro aí a situação merece uma abordagem diferente, porque ela também era diferente.

Quando em 1096 o Conde D. Henrique recebeu o seu condado, nele ainda não estavam integradas as terras que iam de Chaves até Bragança e daqui até aos limites geográficos a sul do rio Douro. Também não integravam ainda a área que ia desde o rio Távora até ao Côa, portanto já no Douro Sul. Era um território enorme, fortalecido por castelos como o de Penas Róias, Mogadouro, Balsemão, Castelo Branco e Bemposta, todos a norte do rio Douro e no distrito, hoje de Bragança, só seria agregado quando Fernando Mendes II, "O Bravo" Braganção, casou com a irmã de D. Afonso Henriques e com essa união juntou-se ao Nordeste as restantes terras do Condado.

Este imenso território era tido e administrado pela Tenência de Fernando Mendes II, o Braganção. Essa tenência que açambarcava quase 50% da área geográfica do condado estando a parte restante entregue, como vimos também, a famílias nobres que, na altura, detinham um enorme poder, como os "Sousões", os "Maias" os "Riba d'Douro" e os de "Baião". E foram estas cinco famílias que tiveram uma intervenção de monta na constituição do Condado Portucalense.

Dessas cinco linhagens, aquela que mais se destacou para o estudo do Nordeste Transmontano, foram os Braganções.

A manutenção e posse destes enormes domínios obrigavam a um povoamento de monta e uma atenção especial à sua defesa. Com efeito, toda a região do Nordeste Transmontano estava "entalada" a sul pelos muçulmanos e a oriente pelos reinos de Leão e Castela. Conquanto fosse a área mais povoada do Condado Portucalense, havia que atender à sua defesa. E é aqui que as armas vão desempenhar um papel crucial.

Não vamos analisar todo o armamento utilizado nos séculos XII e XIII. A variedade e extensão de tal estudo seria incompatível, para já, com os nossos objectivos. Cavalos, algum armamento ligeiro; tácticas e estratégias, terão que ficar para uma posterior abordagem. Entendemos dever abordar as armas ligeiras neurobalísticas e o papel que elas desempenharam nesse período. As armas neurobalísticas; sobretudo a besta e a funda.

Uma besta de arco composto (como a que expomos), era muito potente. Podia ir até das 350 a 450 libras. Só assim se compreende que em Viseu Fernando o Magno tenha dado ordens para reforçar os escudos com tábuas para fazer frente às bestas muçulmanas, essas de arco composto.

O certo é que, só muitos anos mais tarde, em 1097, ainda no tempo do arco em madeira, e mais à frente, no II concilio de Latrão em 1113, já no tempo do arco composto, os Papas Urbano II e Inocêncio II proibiram o uso desta arma. A besta é verdadeiramente uma invenção diabólica. E o combatente que fosse atingido por um virote morria imediatamente sem sentir nada, nem mesmo o impacto do virote fosse qual fosse a sua força"

Os escudos da época (Séculos XI/XII), denominados escudos de "cometa" (os Ingleses davam-lhe o nome de *Kit-Shape*) devido à sua forma amendoada, tinham cerca de 1,5 metros de altura e era feito, de uma maneira geral, de madeira de choupo e tinha de 3 a 3,5 cm de espessura. Essa espessura era mais que suficiente para parar um virote lançado por uma besta equipada com arco de 80 libras de potência, ou seja, com arco de madeira. Só a partir de finais do século XII, aparecem os escudos, como mostramos mais à frente. Temos a satisfação de possuirmos e poder expor, provavelmente

os únicos escudos originais encontrado no espaço nacional significamente mais curto, ao qual atribuímos o seu aparecimento no pontilhismo do armamento para uma cronologia do século XIII a inícios do século XIV.

O movimento das ordens monástico-militares no Nordeste Transmontano dividiu-se em duas linhas de força: A guerreira que permitiu acompanhar o processo da reconquista e impedir a contraofensiva dos sarracenos e a do povoamento do território.

A grande contribuição dos Templários centrou-se na sofisticação do seu armamento, trazida pela experiência das lutas na Terra Santa. Houve outras razões, decerto, que os creditaram como uma fantástica máquina de guerra; por exemplo a disciplina, a experiência em combate e obediência cega entre muitos outros predicados que, na época não eram vulgares.

Os contactos com os povos do médio oriente, então os grandes mestres no fabrico de armamento, deram-lhes a possibilidade de, embora poucos (Templários), se tornarem temíveis.

No Nordeste Transmontano já se utilizava então armamento sofisticado para a época, mas, as inovações trazidas pelos templários de terras muçulmanas vieram alterar completamente o "status quo" então implantado.

Os templários não eram muitos, mas eram, na verdade, de uma tremenda operacionalidade e de uma eficácia tremenda.

Granada de mão, ou "Zheit"

Síntese histórica

O nome "granada" provém do Francês grenade do Latim *granatum/granum* (Grão) do Árabe "gar-anat" e também do Castelhano "Romã, que se traduz por Granada".

Muitos historiadores dizem que o primeiro uso conhecido do que poderia ter sido chamado de "granada de mão" foi no século VIII d.C. pelos Bizantinos. Mas, granada como arma de arremesso surgiu na China medieval durante o século IX (Dinastia Sung; 960-1279) logo após a descoberta da pólvora, que no ocidente adaptou o neologismo pólvora negra, em língua Inglesa "black power", que consistia numa mistura de enxofre (S) carvão vegetal (C) e nitrato de potássio (salitre KNO3).

Antes do aparecimento dos modelos de granadas em vasos cerâmicos, a bibliografia dá conta de granadas no século IX na China. Os invólucros eram cebolas secas enchidas de pólvora para destruir muros, fortificações e outras construções. O princípio de ignição era o mesmo, adaptado um pavio na boca ao qual se chegava fogo e se lançava à mão, necessariamente a curta distância.

Chineses e Mongóis fizeram avanços importantes no uso da granada. Ambos os povos usavam regularmente flechas de fogo e pequenos foguetes em batalha. Para essas armas adicionavam caixas metálicas que continham material explosivo usadas nas granadas incendiárias.

A infantaria acabou por ser equipada com granadas individuais geralmente feitas em barro e cheias de pólvora com um rastilho que saía pela boca e era aceso no momento oportuno.

Mais tarde, finais do século XIII, início do século XIV em diante começam a aparecer os vasos em ferro que comportavam o cocktail de pólvora negra, essas granadas foram bastante utilizadas pelas tropas muçulmanas na Península onde ficaram conhecidas pelo nome de "Zheit".

Inventário nº 076

Designação: Original, Granada de mão.

Cronologia: séculos XII/XIV.

Material: Cerâmica.

Inventário nº 904

Designação: Original, Granada de mão.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Cerâmica (estado deficiente).

Inventário nº 549

Designação: Original; Granada de mão.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Cerâmica.

A Besta

Síntese histórica

Enquanto na Grã-Bretanha o arco comprido (*Long Bow, existe um exemplar em exposição no museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros*) tornou-se, nos finais do século XIII, com Eduardo I, a arma oficial por excelência, utilizado tanto na guerra como na caça, na Europa, em Portugal, começou a divulgar-se, principalmente a partir do segundo quartel do século XII, uma nova arma bem mais poderosa e eficaz: a besta.

A besta não foi invenção daquela altura. Não sabemos ao certo onde, nem quando apareceu, mas sabemos que os Romanos já a utilizavam. Após vários séculos de eclipse, a besta reapareceu na Europa com a primeira cruzada (1095/1098). Curiosamente, nessa altura já esta arma era utilizada no Ocidente peninsular. A crónica "Silense", ao fazer referência à conquista de Coimbra por Fernando I, o Magno, em 1065, relata-nos o castigo infligido a um mouro que em 1028 matou Afonso V, sogro de Fernando I, com um virote de uma besta.

Durante o II Concílio de Latrão (1139), o papa, reconhecendo o enorme poder mortífero daquela arma, proibiu o seu uso na guerra entre cristãos, sob pena de excomunhão. Contudo, podia e até era aconselhado que fosse usada contra os Infiéis. Assim, à data da Batalha de Ourique (Julho de 1139), já se utilizariam largamente bestas em Portugal.

Uma certeza temos: nos finais do século XII já a besta tinha suplantado amplamente o uso do arco de duas voltas, tanto nas lides da guerra como na caça. Não é de estranhar, por isso, que em muitos dos forais portugueses do século XII se encontre menção a uma milícia municipal cuja arma era a besta. E quando D. Sancho I saía à caça, acompanhava-o açoreiros, falcoeiros e besteiros.

As vantagens de utilização da besta sobre o arco eram nítidas. Para se distender um arco forte, era necessário efectuar movimentos esforçados que, de uma forma geral, eram detectados pelo animal ou pelo inimigo. Com a besta, isso não acontecia, pois podia fazer-se a aproximação com o arco já distendido e pronto a disparar, evitando assim aqueles movimentos que um archeiro tinha de efectuar previamente. Por outro lado, se o arco fosse muito forte, ninguém conseguia mantê-lo distendido durante muito tempo. Isso já não acontecia com a besta, que permitia que o atirador pudesse visar calmamente a sua presa, sem a espantar e com grande precisão. Na caça a sessenta passos, dizia Juan Mateos *"res parada tierra limpia"*, (ou seja, animal parado é animal morto).

Para além disso, a besta era uma arma imensamente mais potente do que o arco. Enquanto um arco muito potente podia ter 80 e em casos excepcionais 100 libras de potência, uma besta equipada com arco de aço atingia as 220 ou mesmo 250 libras e, mesmo em alguns casos 700 libras.

Geralmente o arco destinava-se a ser disparado com uma inclinação de 45 graus de modo a constituir uma barreira que parasse a cavalaria inimiga, enquanto a besta era disparada a direito contra um inimigo. Por isso se dizia que os arcos atingiam mais longe, mas não é verdade que fossem mais potentes. Tinham era finalidades diferentes e bem mortais quando juntas.

Apesar de tudo a besta tinha desvantagens sobre o arco. Era mais pesada – o seu peso oscilava de 5 a 7 Kg – e por isso mais difícil de manejar. E enquanto um archeiro podia disparar 10 a 12 flechas por minuto, a besta raramente no mesmo espaço de tempo disparava mais do que um virote. A corda, contrariamente à do arco, não podia ser retirada em caso de chuva, (pois a corda molhada) tornava a arma frequentemente inútil.

A superioridade sobre o arco fez com que a besta se tornasse numa arma particularmente grata entre os atiradores portugueses, tanto mais que era, como dizia "Espinar", uma "arma que mata e não espanta". Tendo em conta estas vantagens, os portugueses tornaram-se exímios fabricantes de bestas, ao ponto de os Genoveses, na altura considerados como os grandes mestres nessa arte, admirarem os fabricantes de bestas portugueses. Há razões de ordem militar que explicam este facto, como por exemplo, maior potencia e certeza no tiro. Enquanto por toda a Europa prevalecia o feudalismo, em Portugal as estruturas assentavam sobre os municípios. Isto significa que, enquanto no feudalismo era o senhor feudal que tinha de armar os seus homens para a guerra, em Portugal as cartas forais, ao determinarem as obrigações militares dos concelhos, obrigavam a que cada homem possuísse as suas próprias armas. Em 1317, por exemplo, D. Dinis escreveu ao Conselho de Lisboa, determinando o armamento que havia de ter cada individuo na proporção dos valores que possuísse. E curiosamente a besta era a arma que se exigia aos peões mais nobres.

Não admira, portanto, que a besta estivesse tão divulgada entre os portugueses. Podemos considerar que, ao longo dos séculos, a besta foi a arma de guerra e de caça por excelência dos Portugueses.

Os besteiros de monte, tantas vezes mencionados em documentos coevos, mais não eram do que caçadores muito experientes que prestavam serviço tanto na guerra como na caça.

As bestas primitivas pouco mais potentes eram do que um "*long-bow*". O arco era feito em madeira de ácer ou de teixo e tinha o grave inconveniente de, em dias de chuva ou humidade, as cordas e a madeira ficarem lassas e deixarem de funcionar. Foi isso que aconteceu aos besteiros genoveses que alinharam ao lado dos franceses durante a batalha de Crecy (1346), acabando por ditar a vitória dos Ingleses. Como o arco das bestas ainda era relativamente fraco, as cordas podiam ser distendidas à mão. O besteiro colocava os dois pés sobre o arco ou sobre um estribo existente a meio do arco e com as mãos retesava as cordas. Nesse período arcaico, a coronha era muito mais curta e os besteiros disparavam com os dois braços estendidos. Só a partir da segunda metade do século XIII, é se começou a divulgar uma coronha mais comprida, que permitia ser encostada e apoiada à cara. E só muito mais tarde se inventaram as coronhas para encostar ao ombro.

Nos finais do século XII, começaram a aparecer bestas equipadas com arcos compostos e dotadas de uma força imensamente superior à dos arcos de madeira. Esses arcos eram feitos com tiras de madeira de teixo intercaladas com fasquias de chifres ou osso de baleia (a costa portuguesa era particularmente rica em baleias) e tendões de pescoço de cavalo. Tudo isto era colado e enrolado em cabedal fixo com tendões do pescoço de cavalo e envernizado. A corda do arco era feita de linho ou cânhamo enrolado e era geralmente muito grossa, de forma a aguentar as enormes tensões a que estava sujeita.

A partir do século XIV o arco composto foi sendo gradualmente substituído por um arco de aço, que tinha todas as vantagens sobre os anteriores, até mesmo uma força imensamente superior, como podemos apreciar num modelo em exposição no museu Martim Gonçalves de Macedo.

Como os arcos compostos e de aço estes eram fortíssimos. Pois, quando a corda é levada para trás os membros se curvem e armazenem energia, e depois puxarem até ao ponto máximo para, assim, acumularem a energia necessária no tiro. transformando a energia potencial em energia cinética (a energia do movimento). Por esta dificuldade começaram a utilizar-se aparelhos para esse fim, que acabaram por dar o nome à besta, como a gafa, o torno, o polé e a garrucha, descritos por Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I, e mais tarde o cranequim (séculos XV e XVI), mais pesado e lento.

A potência de uma besta equipada com arco em ferro era imensa. Não havia armadura que resistisse a uma virotada, e sabe-se de um caso em que um virote atravessou a perna de um cavaleiro revestida de armadura, e o arreio do cavalo e saiu do outro lado, depois de ter também atravessado a perna contrária. A velocidade inicial de um virote podia atingir entre 50 m a 70 m por segundo. A 40m era vulgar atravessar uma tábua de carvalho com 15 cm de espessura. Por isso, na caça o besteiro podia atirar a grande distância, certo de que o virote acertaria no alvo e que a peça seria atingida mortalmente. Em guerra o virote podia atingir mortalmente um inimigo a 30 m.

Os virotes e as bestas podiam ter diversos tamanhos e feitios, conforme a finalidade a que se destinassem. Ao contrário dos virotes de guerra, que não obedeciam a um critério específico, Excepto no que respeitava ao feitio da ponta, os virotes de caça eram mais aprimorados e concebidos especialmente para um determinado tipo de caça.

O termo "virote" – do verbo virar – provém da existência na sua extremidade de rectrizes em espiral que obrigavam a um movimento de rotação. As rectrizes produziam um efeito semelhante àquela que as estrias do cano de uma espingarda produzem nas balas. Ainda hoje utilizamos a expressão "anda tudo num virote" quando queremos designar uma situação rápida e movimentada. Os virotes de caça tinham geralmente entre 22 e 30 cm de comprimento por 2,5 onças (onça; 28,35 grs) de peso. A sua espessura tinha de ser idêntica à da corda do arco, ou seja, sensivelmente 1 cm. As pontas de ferro podiam ter formas várias, consoante o tipo de caça a que se destinavam, e eram executadas com muito mais cuidado do que as pontas de guerra. Conhecem-se casos em que as pontas eram totalmente lavradas e cinzeladas. Na guerra, também as pontas eram adaptadas a finalidades bem específicas.

De uma maneira geral, os virotes de caça estavam equipados com três rectrizes, feitas de penas de ganso selvagem, de cisne ou outras aves, enquanto os virotes militares tinham só duas, e em caso excepcional três e eram quase sempre executadas em madeira, couro ou chifre.

Os caçadores portugueses costumavam embeber as pontas dos seus virotes no sulco do bolbo de uma planta – a beladona – colhida durante o mês de agosto, que dava origem a um veneno chamado helboro, ou varato branco. Esse veneno actuava por coagulação do sangue, pelo que o animal não andava mais do que 15 a 20 passos. Ao virote envenenado dava-se o nome de virote ervado e ainda hoje a beladona, essa bonita e inofensiva flor que abunda nos nossos campos é conhecida por erva-dos-besteiros. Curiosamente, os portugueses e espanhóis utilizavam virotes ervados tanto na guerra como na caça. Fernão Lopes narra-nos ao longo da crónica de D. João I, casos de portugueses atingidos superficialmente por virotes ervados que, poucos minutos depois começavam a sentir formigueiros nos lábios, acabando por ter uma morte horrorosa. Tornou-se famoso o episódio do combate que Ruy Mendez de Vasconsellos travou com os castelhanos durante o qual *"deram-lhe (a Ruy Mendez de Vasconsellos) com huum viroton huum a pequena ferida acerca do ombro. Entrou tam pouco que andava o viroton pendurado nom curando nenhuma cousa delle. E como veeo a temda e foi desarmado, disse aa queles que eram presentes: por certo eu som ferido de herva (…)* idem cap. XCII.

E mais à frente, aludindo aos combates que os portugueses travavam contra os castelhanos cerca do rio Shança, relata-nos Fernão Lopes que um escudeiro, ao ver virotes de besta, teria

dito: *"ca se aquy mor espaço estamos todos nos ham de ferir com esta mortal herva (…)"* Fernão Lopes, crónica de D. João I, cap.CX vol. II. Acreditava-se naquela altura que o remédio indicado contra virotes ervados fosse beber urina. E se a urina fosse de padre o efeito era garantido.

Os portugueses habituaram-se de tal maneira a envenenar os seus projécteis e acreditavam de tal forma nos seus efeitos, que chegavam a envenenar os projécteis das armas e armas de fogo ligeiras e até mesmo dos canhões. Muitos anos mais tarde, em 1640, foi perpetrada em Lisboa uma tentativa de assassinato contra D. João IV, junto da atual Rua de S. Nicolau. O assassino estava, curiosamente, equipado com uma carabina de repetição de vários tiros, carregada com pelouros ervados, para ter a certeza do resultado do seu acto.

A toponímia Macedense recorda-nos a existência de uma localidade vizinha ao "Castelo de Balsemão" à época denominada "Paradinha de Besteiros", que ainda hoje existe.

A Besta de arco composto

Foi a grande inovação que surgiu em meados do século XI e revolucionou completamente toda a "arte da guerra" de então.

Archeiro e Besteiro (tiro com braços esticados) do livro das aves. Mosteiro do Lorvão, século XII – ANTT.

Inventárionº 073

Designação: Besta com arco composto. – Estes arcos eram feitos com tiras de madeira de teixo intercaladas com fasquias de chifres ou osso de baleia e tendões de pescoço de cavalo. Tudo isto era colado e enrolado em cabedal fino com tendões do pescoço de cavalo e envernizado. A corda do arco era feita de linho ou cânhamo enrolado e era geralmente muito grossa, de forma a aguentar as enormes pressões a que estava sujeita.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Material: Madeira, osso e ferro.

Proveniência: Réplica.

História: A besta (pronuncia-se bésta), balestra ou balesta é uma arma com um arco, adaptado numa das extremidades de uma haste e acionado por um gatilho, o qual projeta virotes – dardos similares a flechas, porém mais curtos. Usados em bestas portáteis, como indicámos na síntese histórica desta arma.

Os virote maiores (como eram estes 4 exemplares que se seguem), tomavam o nome de virotes de balestras porque eram utilizados em bestas não portáteis.

Disparador em osso

Inventário nºs 078, 079, 080, 081 e 094

Designação: Virotes, originais.

Materiais: Madeira e ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Nota: Os virote maiores, como eram estes cinco exemplares, tomavam o nome de virotes ou virotões de balestras porque eram utilizados em bestas não portáteis.

Inventário nºs 101, 110, 143 e144

Designação: Virotes, originais.

Materiais: Madeira e ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nºs 058, 059 e 060

Designação: Pontas de Virotes, originais.

Materiais: Ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nº 550

Designação: Ponta de Virote, original.

Material: Ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nº 551

Designação: Original de ponta de Virotes.

Material: Ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nº 552

Designação: Original de ponta de Virote.

Material: Ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nºs 553,554 e 555

Designação: Pontas de Virotes, originais.

Material: Ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nºs 082, 101, 146 e 147

Designação: Pontas de Virotes, originais.

Materiais: Madeira e ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Inventário nº 556

Designação: Original de ponta de Virote, (Besta de Terreiro).

As bestas de terreiro eram engenhos enormes de grande potência destinadas a encaixar em cordas para fazer frente às bastidas e permitir que, uma vez fixadas as cordas elas ficassem vulneráveis a puxões e obviamente a desequilíbrios.

In; Virote para besta de terreiro (Crónica D. João I Vol. II, p118)

Três Lâminas Comprimento: 16 cm
Abertura para a Haste 2,5

Inventário nºs 119, 120, 121 e 145

Designação: Virotes de besta, originais.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

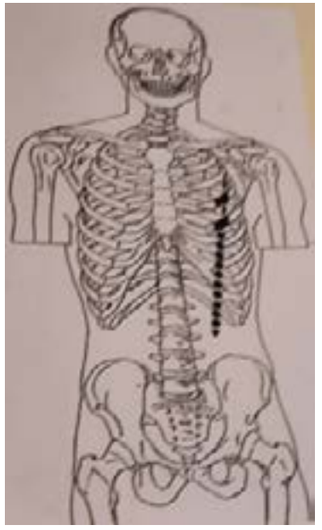
Material: Ferro e madeira.

Inventário nº 067

Designação: Ponta de Virote.original.

Cronologia: Século XIII.

Localização: Silves; encontrada dentro de um cadáver de combatente muçulmano.



Esqueleto de cavaleiro muçulmano escavado em Silves, nos anos 80

Pontas de Setas

A Flecha/Setas

Síntese Histórica

As flechas ou seta – conhecidas entre os muçulmanos por “céamé” ou “nível” era geralmente feita de cana, bambu ou madeira da região e podia ter duas utilizações distintas:

1. Flechas de Guerra;
2. Flechas mistas (guerra e caça).

As flechas de guerra eram mais pesadas e com ponteiras que tanto serviam na guerra como na caça maior. As flechas mistas eram geralmente utilizadas para caça menor e, muitas vezes não tinham “cabeça”.

Mas as flechas também eram perecíveis e à excepção das ponteiras, já nada existe que possa ser estudado.

Ponteiras das flechas dos arcos medieval: Tipologia e metodologia classificativa

A Tipologia que a Associação Terras Quentes estudou assenta na sua colecção privada a qual foi acrescida de mais exemplares em posse particular. Do conjunto destacou os 28 exemplares mais representativos que os dividimos em quatro grandes grupos:

A) Com Espigão;
B) Destinados a fins vários (multiusos);
C) Fins Militares;
D) Caça.

Cada grupo inclui tipos diferenciados, mas todos com a mesma função. Cada exemplar foi estudado, individualmente, de acordo com a sua função e datado. A variação das ponteiras dentro de cada grupo pode parecer considerável. No entanto, as ponteiras dentro de cada grupo possuem todas as mesmas características básicas e o mesmo perfil o que nos permite distinguir funções, tipo e datação.

Grupo A – Ponteiras com espigão

Eram geralmente manufaturadas a partir de uma barra de aço achatada. Recortadas e afiadas requeriam menos trabalho de manufaturação que as ponteiras do século XII/XV, equipadas com pedúnculos.

1. Séculos IX/XI – Esta ponteira é composta por uma lâmina fina em forma de folha, triangular numa secção em cruz. A lâmina forma um ligeiro ombro que liga ao espigão com um formato redondo ou circular.
2. Séculos XI/XII – Trata-se de uma ponta em forma de folha com um espigão de secção rectangular.
3. Séculos XII/XIII – A forma desta ponta é o desenvolvimento da ponteira nº 2. A lamina é de formato triangular com um corte transversal oval e com espigão rectangular afunilado.

Grupo B – Ponteiras multiusos destinadas a fins vários

Destacamos 10 tipos de ponteiras que classificamos como multiuso. Neste grupo incluímos ponteiras destinadas quer à guerra, quer à caça, porque serviam indistintamente para ambos os fins. Todos os tipos classificados neste grupo possuíam pedúnculos o que lhes garantia uma muito maior vantagem sobre qualquer dos tipos do grupo A.

Tipo 1 – Séculos XI/XV – Esta ponteira tem uma lâmina triangular com corte em diamante e pedúnculo ôco.

Tipo 2 – Séculos XI/XIV – Esta Ponteira é semelhante à nº 1. A lâmina possui uma forma triangular com corte em diamante, mas o pedúnculo ôco é mais cumprido.

Tipo 3 – Séculos X/XVI – Era uma forma muito comum para a época. A lâmina tinha um formato triangular, mas os "ombros" arredondavam. A lâmina era de secção de diamante ou oval, possuía pedúnculo ôco.

Tipo 4 – Meados do século XIII – Nesta ponteira a lâmina tema a forma de uma folha com secção em diamante e pedúnculo ôco curto.

Tipo 5 – Finais do século XI – Esta ponteira tem o pedúnculo ôco e lamina de feitio triangular terminando na base em corte de angulo obtuso.

Tipo 6 – Meados do século XI – Ponteira triangular com pontas na base salientes curvando para baixo. Tem pedúnculo ôco e a lâmina de secção triangular ou oval.

Tipo 7 – Inícios do século XIII – Ponteira barbelada de secção oval ou em diamante. Possui pedúnculo ôco. Há uma enorme variedade de ponteiras barbeladas com os mais diversos formatos e comprimentos do pedúnculo.

Tipo 8 – Séculos XII/XV – A forma desta ponteira é idêntica à nº 7. Tem, todavia, uma expunha central a todo o comprimento da lâmina de formato triangular, terminando em bicos para baixo que podiam variar de comprimento.

Tipo 9 – Séculos XII/XV – Esta ponteira possui a forma de um pequeno pedúnculo concoidal. Uma versão atarracada do nº 6.

Tipo 10 – Século XVI (?) – Esta ponteira é idêntica à nº 9. É um pedúnculo ôco com a forma de um projectil.

Grupo C – Ponteiras para fins militares

Tipo 1 – Meados século XIV – Esta ponteira tem uma forma pequena e composta terminando em duas barbelas. A lâmina é em corte de diamante ou oval com pedúnculo.

Tipo 2 – Meados do século XIII – Esta ponteira tem um pedúnculo que termina no fim da lâmina em secção triangular.

Tipo 3 – Séculos XI/XIV – Esta forma de ponteira é longa e estreita com uma ponta cónica e pedúnculo.

Tipo 4 – Séculos XI/XIV – Esta ponteira tem um pedúnculo curto e circular que estreita ao longo de uma lâmina comprida com secção e corte em diamante.

Tipo 5 – Meados dos séculos XIII/XV – Esta ponteira possui uma lamina de secção em diamante estrita e comprida que pode terminar no pedúnculo suavemente ou em "ombros" pronunciados.

Tipo 6 – Esta ponteira é semelhante à nº 8. Possui uma lamina espessa de secção em diamante com um largo pedúnculo.

Tipo 7 – Ponteira curta com lâmina estreita de secção em diamante.

Grupo D – Ponteiras para Caça

Tipo 1 – Século XIII. Ponteira em meia-lua com pedúnculo curto. O interior de meia-lua é afiado.

Tipo 2 – Finais do século XIV – Esta ponteira é da mesma família da do tipo 1. A lâmina já não é meia-lua, mas em "V" com pedúnculo. O interior do "V" é afiado.

Tipo 3 – Meados do século XIII – Este tipo de ponteira possui um pedúnculo central a partir do qual se projectam duas largas rectas e afiadas barbelas. Lamina de secção em diamante.

Tipo 4 – Século XIV – Esta ponteira pertence à mesma família do tipo 3, mas as laminas não são direitas, mas encurvadas com longas e afiadas barbelas.

Tipo 5 – Séculos XII/XIII – Ponteira embotada com pedúnculo.

Os tipos um e dois eram conhecidos como “forquilhas” devido as suas pontas barbeladas em meia lua e em “V”. A sua exacta função é ainda hoje desconhecida supondo-se, no entanto que eram utilizadas para a caça de aves de rapina. As ponteiras maiores (nºs 3 e 4) eram conhecidas por “ponteiras de cabeça larga”. As suas enormes barbela produziam feridas terríveis que originavam grandes perdas de sangue e que por isso tinha enormes vantagens na caça e perseguição de animais de grande porte.

Na iluminura do besteiro do “livro das aves” do mosteiro do Lorvão a besta está equipada com um virote de mesmo tipo de cabeça barbelada, já que essas ponteiras podiam ser utilizadas, tanto em arcos como em bestas. No que diz respeito ao tipo D-5, ou seja, ponteira destinada a caça menor, não há nenhuma evidência arqueológica da sua existência. Por outras palavras: não se conhece nenhum exemplar, provavelmente porque eram feitas de materiais orgânicos, como madeira ou cabedal e, por isso, perecíveis. No entanto justifica-se a sua inclusão nos tipos do grupo D.

In, Caderno Terras Quentes, nº 16

Inventário nº 905

Designação: Ponta de seta muçulmana, original.

Material: Ferro.

Uma pequena síntese histórica do arco e seta Muçulmana

Em desenho feito a partir de gravura existente num manuscrito Iraquiano do Século XIII existente na biblioteca Nacional de Viena, Áustria. Os arqueiros montados foram utilizados em toda a extensão do mundo islâmico medieval. Não são uma criação muçulmana, mas, a continuação da utilização de um contingente extremamente móvel, por influência dos povos das estepes Euro-Asiáticas. Foram conhecidos na Península Ibérica, também entre os exércitos cristãos. A figura aqui representada tem as características orientais, tanto no vestuário quanto no estojo que levava as setas e também o arco, e é apenas um exemplo desse tipo de combatentes. O arco curto utilizado pelas tropas árabes na península ibérica chamado “Quebade” era feito de três peças unidas longitudinalmente e ligadas com tendões de pescoço de cavalo, usava-se o bambu, a madeira e uma goma especial, elástica, formada de resina de uma árvore chamada “Neba” e misturada com vinagre da Síria e raspas de corno de veado, as cordas eram de seda, algodão, tiras de pele ou tripa. O seu poder de perfuração, era enorme.

Inventário nºs 116, 117 e 118

Designação: Pontas de seta de vários modelos.

Proveniência: (Réplicas).

Material: Madeira e ferro.

Inventário nºs 027, 028, 029, 030 e 031

Designação: Original de cinco pontas de seta de diferentes modelos.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 179

Designação: Original de ponta de flecha muçulmana, utilizada para cortar os artelhos dos cavalos.

Material: Ferro.

Inventário nº 440

Designação: Fragmentos de arco em madeira, ainda se notam as marcas do encaixe da corda de amarração.

Pequena nota histórica: O arco curto desapareceu das lides das guerras e da cena venatória em Portugal logo na segunda metade do século XII, dando lugar à besta. Por outro lado, os Ingleses (Templários, a caminho da Terra Santa) quando apareceram em 1147 na conquista de Lisboa, vinham equipados com arcos "Long Bow" com uma capacidade de disparo muitas vezes superior ao arco curto o que liquidou definitivamente esta arma neurobalística.

Encaixe do cordame extensor

Pontas de Lança

A Lança

Síntese Histórica

No século XII a lança era a arma mais importante do cavaleiro. A carga começava sempre com lança, quando esta se quebrasse o combate continuava com as fachas e só no fim vinham as espadas, uma boa lança tinha, no século XII, cerca de três metros de comprimento e no século XIV, cinco metros. Uma carga com lança era terrível. Raramente a peonagem resistia a uma carga em massa da cavalaria. Tudo em volta desaparecia. Antes do cavaleiro carregar, a lança era mantida na vertical apoiada no estribo direito. Na altura da carga, no século II, a lança era colocada não sob o braço direito, mas numa posição horizontal ao cavalo ao nível da anca. O ferro da lança podia ter diferentes feitios, mas a madeira entrava sempre dentro do ferro para se obter uma maior resistência. Muitas vezes, era posta na ponta uma pequena bandeira, que desapareceu totalmente das lides de guerra em meados do século XIII. Uma lança com 5 metros era pesada, incómoda e difícil de se manter na horizontal, durante muito tempo. Por isso, no século XIII, começou a tornar-se necessário apoiar a lança durante a carga. Este apoio não podia estar fixo sobre a loriga que era mole. Então, prendiam uma correia de cabedal ao pescoço em que se enfiava a lança a fim de não terem de suportar o peso durante a carga. A lança era, de uma maneira geral, feita de madeira de freixo pelo que era conhecida pelo nome de “freisnin” e ao ferro da lança dava-se, no século XIII, o nome de “arestol”.

No fim do século XIII, aparece um disco de aço em forma convexa, chamado arundela que se enfiava na madeira da lança destinada a proteger a mão do cavaleiro. O impacto produzido por um cavalo em carga era imenso e o choque imprima um movimento de recuo, tão pronunciado que a lança era projetada violentamente para a retaguarda. Para evitar que a lança escorregasse da mão começou a aparecer um sulco, em forma de concavidade, feito na empunhadura, na ponta do qual se fixada um colar em aço a que se dava o nome de grape.

Inventário nºs 011, 012 e 090

Designação: Pontas de lança em ferro.

Cronologia: Séculos XI/XIV.

Material: Ferro – Encabamento em madeira.

Inventário nºs 064, 065 e 108

Designação: Pontas de lança de torneio.

Cronologia: Séculos XII/XVI.

Material: Ferro – Encabamento em madeira.

Pequena síntese deste tipo de lança: Este tipo de ponta trilobada destinava-se a justas ou torneio" à plaisanse". O seu formato foi concebido de forma a evitar perfurações graves. Todavia, apesar destes cuidados, não raro era haver mortes causados por ferimentos profundos.

Na crónica de D. João I, relata-nos Fernão Lopes a justa entre Mosse Joham e um francês no caminho entre Salamanca e Ledesma.

…."Emtam cavalgou e foram outra vez; e emcontrou Mosse Joham tam baixo o outro, hã levamdo a lamça no reste que lhe ferio o cavallo no pescoço de guissa que morreo. (Fernão Lopes, crónica de D. João I, Vol II, Cap. CXI".

Inventário nº 557

Designação: Original de ponta de lança de torneio.

Cronologia: Séculos XII/XVI.

Material: Ferro – Encabamento em madeira.

Inventário nº 558

Designação: Original de ponta de lança de torneio.

Cronologia: Séculos XII/XVI.

Material: Ferro – Fragmento de encabamento em madeira.

Inventário nº 071

Designação: Ponta de lança; original.

Material: Ferro.

Inventário nº 095

Designação: Ponta de lança, original.

Material: Ferro.

Inventário nº 107

Designação: Fragmento de lança.

Material: Ferro. Com resto do encabamento em madeira.

Inventário nº 128

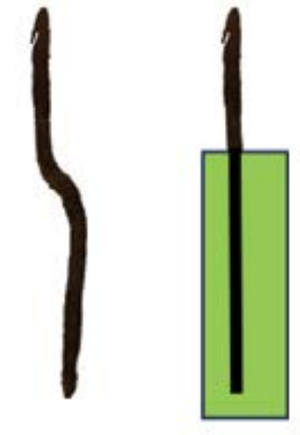
Designação: Estrepe ou abrolho.

Cronologia: Arma usada já em tempo Romano – Original.

Material: Ferro.

Nota Histórica: Trata-se de uma arma antipessoal ou contra a cavalaria feita de um espeto dentado em aço geralmente fixo numa haste de madeira e colocada de tal maneira que ficava sempre apontada para cima. O estrepe pode ser considerado como a mina terrestre da antiguidade, tendo como objectivo demorar o avanço das tropas apeadas e montadas. De acordo com Quintus Curtius teriam sido utilizadas estrepes de ferro já em 331 a.C na batalha de Gangamelo. Era conhecido pelos Romanos como "*Tribulus* ou como *murex ferreus*" (ferro denticulado). O estrepe continuou a ser utilizado na Idade Média. Foi usado com grande sucesso pelos Escoceses na Batalha de Bannockburn (1314) para incapacitar os cavaleiros Ingleses. Os escoceses empregaram estrepes feitos com pregos caldeados parando a cavalaria Inglesa e impedindo-a de chegar à infantaria Escocesa.

Em Portugal sabe-se que foram utilizados estrepes provavelmente por influência Inglesa durante a batalha de Aljubarrota.



Era espetada num tronco de árvore que ficava enterrado na terra, a ponteira ficava voltada para cima

Inventário nºs 023 a 027

Designação: Caltrops; Estrepes ou pés de Galinha.

Material: Ferro.

Nota: Historicamente, os estrepes faziam parte das defesas que serviam para retardar o avanço das tropas, especialmente cavalos e camelos. Nos tempos modernos, os estrepes são eficazes quando usados contra veículos de rodas com pneus pneumáticos.

Inventário: 559

Designação: Caltrops; Estrepes ou pés de Galinha.

Material: Ferro.

Nota: Estrepe grande, ver nota inv. 023 a 027.

As Espadas

A Espada

Síntese histórica

Até, praticamente, ao último quartel do século XII, as espadas pouco evoluíram desde os séculos anteriores. Eram armas curtas medindo entre 80 cm e 110 cm e muito leves, raramente excedendo 1,2 kg. A lâmina era larga e concebida para talhar, isto é, não tinha bico. As guardas eram rectas, podendo eventualmente encurvar-se nas pontas por influência oriental e o pomo podia ser de diferentes tipos, também reflexo de regiões geográficas diferentes.

As espadas deste período, conhecido por "período da cota de malha", foram concebidas para fazer frente às armas defensivas então existentes. Como a malha ou a loriga feita de materiais leves, embora resistentes, eram relativamente vulneráveis, a espada podia actuar de gume com a máxima eficácia. Por isso, quase todas as lâminas dessa época eram desprovidas de ponta.

Durante esse período – que vai desde 1110 até cerca de 1185 e que coincide com o início do reinado de D. Sancho I e com o aparecimento das primeiras peças de armadura em Portugal – registam-se no nosso país três grandes influências: uma proveniente do Norte e da Europa Central: foi a chamada influência Atlântica e Continental, deriva fundamentalmente do movimento das cruzadas. A segunda, com origem no Sul da Europa, principalmente via Espanha e Itália, denominada influência mediterrânea e, finalmente, uma terceira conhecida por influência oriental, que teve os principais progenitores nos Árabes estacionados na Península.

Essas três influências convergiram para o nosso país e, em maior ou menor escala, refletiram-se no nosso armamento.

Infelizmente não existe um único exemplar de espada do século XII encontrada em Portugal. Há algumas espadas desse período, em colecções particulares, mas adquiridas no estrangeiro. O mais antigo e único exemplar completo que se conhece encontrado no nosso país é uma espada de meados do século XIII levantada de um túmulo de Igreja de S. Nicolau, em Santarém, e presentemente no Museu Militar de Lisboa. Apesar de não existirem exemplares do Século XII existe, no entanto, uma vasta iconografia que nos permite reconstituir as espadas desse período.

A observação atenta de alguma dessa iconografia, principalmente as iluminuras existentes no "livro das Aves" e no "Apocalipse" do Mosteiro do Lorvão e uma comparação atenta com outras existentes em Espanha do mesmo período permite-nos rapidamente concluir pela sobreposição daquelas três influências.

A partir do século XIII, começaram a aparecer por toda a Europa placas de reforço à loriga. Portugal e Espanha foram, talvez, os países que mais cedo adoptaram ou criaram essas primeiras peças de armadura. O documento mais antigo de que tivemos conhecimento em que se mencionam essas peças data de 1189 e está inserido no Codicilo de D. Sancho I elaborado ao partir para a conquista do Algarve, onde se refere, entre outras peças de armamento, "*loriga & lorigone, genoleiras*…

"*Loriga e Lorigão. Sob a couraça, um espécie de camisa acolchoado que chegava cintura ou era mesmo mais comprida o que permitia grande mobilidade ao soldado que a carregava. Seu principal defeito é que não protegiam as axilas e nem totalmente as pernas; Genoleiras; joelheiras*".

In, Elucidário …. Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

O aparecimento e uso de placas de armadura forçou os espadeiros a desenvolverem uma nova forma de lâmina, dando assim origem a um novo tipo de espada.

Temos então, desde a primeira metade do século XIII, uma espada mais comprida equipada com guardas que começaram e encurvar-se levemente e com uma lâmina terminando em bico.

A partir sensivelmente de 1250, o comércio e o desenvolvimento da Liga Hanseática no norte da Europa vão trazer para Portugal uma nítida influência da Europa Central e do Norte, em detrimento da influência oriental, que acaba por se esvair gradualmente. A Liga Hanseática foi a mais importante associação comercial do século XIII. Fundada em 1241 em duas das mais importantes cidades mercantis alemãs, Hamburgo e Lubeck, que assinaram entre si um tratado de aliança e proteção mútua com objectivos comerciais, a Hansa cresceu desmesuradamente e poucos anos depois abrangia 19 cidades desde Reval (Rússia) e Riga (Letónia), até Colónia, junto ao Reno.

A Europa Medieval era, na altura, predominantemente católica, e os frequentes dias de jejum e abstinência de carne davam azo a um imenso mercado de peixe que os mercadores se apressaram a explorar. Salgado e fumado, o arenque era exportado com o trigo e o centeio da Polónia e da Rússia por via fluvial até aos portos da Hansa, como Danzing ou Riga. Para o regresso, os mercadores carregavam vinhos, têxteis e outros produtos.

Para conservar o arenque necessitavam de sal que iam carregar às minas de Salzburgo. Como na travessia fluvial tinham que passar por diversos reinos, principados ou condados, onde tinham que pagar elevadas taxas, o sal chegava aos portos de origem por um preço exorbitante, tornando o arenque quase inacessível.

Então, as Cogas (Liga) Hanseáticas começaram a derivar para sul em direcção a Portugal, onde carregavam sal, no Sado, a preços muito mais baixos. A partir daí, começaram a considerar o nosso país como parceiro privilegiado, e os navios que aportavam a Portugal estabeleceram connosco um contacto comercial importante, em que as armas desempenhavam uma posição de relevo.

A grande revolução na categoria das espadas inicia-se no reinado de D. Dinis (1279-1325), com a divulgação das peças de armadura que ao longo do século XIV se começaram a articular até formarem, já no final desse século, a armadura completa.

Durante esse período, divulgaram-se três tipos de espadas:

1. A espada cinta;
2. A espada de armas;
3. A espada de armas de duas mãos.

Inventário nº 061

Designação: Réplica da espada, feita com o mesmo molde da peça, em exposição no Museu Militar do Porto e atribuída, erradamente, a D. Afonso Henriques.

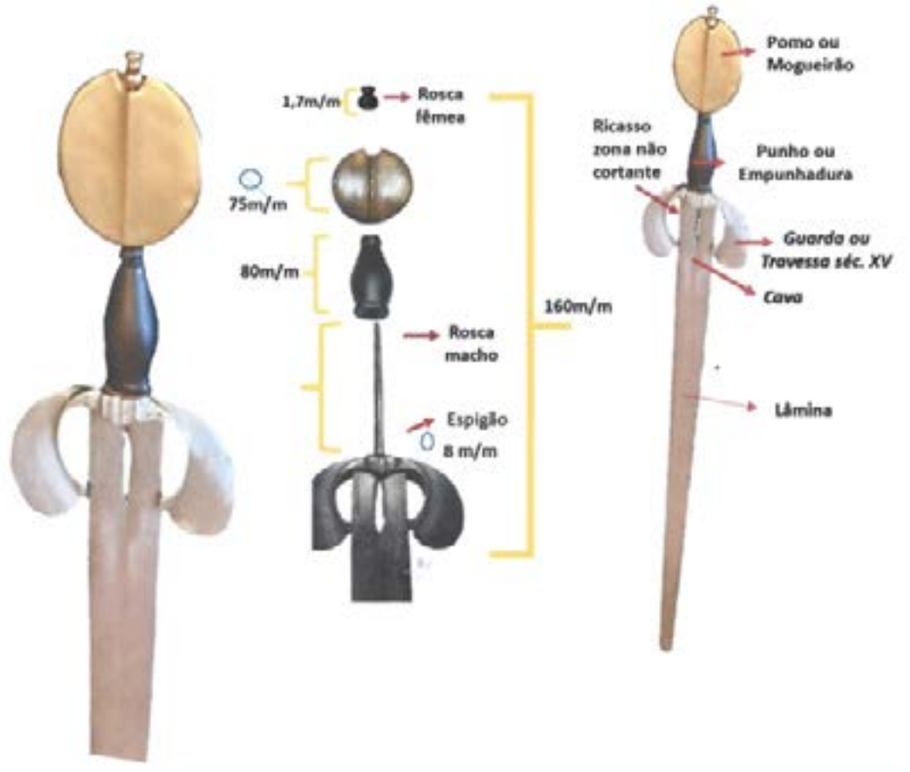
Material: Ferro/aço, madeira.

Nota Histórica: "*A espada e o escudo de D. Affonso Henriques conservaram-se sobre o seu tumulo, até D. Sebastião as pedir emprestadas ao prior de Santa Cruz para as levar na sua última e infeliz expedição a Africa. A carta authentica d'Este rei, publicada ha poucos anos pelo sr. padre Manuel da Cruz Pereira Coutinho, em fac-simile no Antiquário conimbricense (1842, n." 6, pag. 48), foi no capítulo celebrado a 14 de março de 1578, que resolveu emprestar ao monarcha portuguez aquellas armas, que lhe seriam entregues por dois religiosos, cobrando recibo, e pedindo a sua alteza o voto de diligenciar a canonização de D. Affonso I, D. Nicolau de Santa Maria diz na Chronica da ordem dos cónegos regrantes (Liv. X, Cap. XXI § 24.»): « que a espada e o escudo ficaram na armada por esquecimento (o que não é acreditável), sendo na volta restituídas ao mosteiro de Santa Cruz»; mas o cónego regrante merece pouco credito, e não se conhece documento algum de tal entrega. Do escudo, que cita Brandão na Monarchia (parte no, liv. x, cap. vii), e Faria e Sousa no Epitome da história de Portugal (parte ni, cap, i, in fine), ser branco com cruz azul, não houve mais noticia. Quando em 1834 se extinguiram as ordens religiosas foi encontrada sobre o tumulo do fundador da monarchia uma espada, que posteriormente colocaram no* ***museu portuense****, e se, por falta de documento, se lhe não podia garantir a authenticidade antes de D. Sebastião a levar para Africa, hoje é mais que duvidosa*." Tom. IV, Cap. II, pag. 15 e tab. A, n.» 1.» Observ. de Dipl. Port., observ. x, art. v. de Porl., tom. i, pag. 489 a 492, nota, *in*; A.C. Teixeira Aragão, Tomo I Moedas cunhadas em nome dos reis...pag. 48. 1874.

Inventário nº 062

Designação: Réplica de espada do modelo utilizado no século XII/XIII, provavelmente o modelo usado por D. Afonso Henriques.

Material: Ferro/Aço; Couro na empunhadura.



Réplica da espada atribuída a D. Afonso Henriques (1º Rei de Portugal). Símbolo Nacional do Exército Português que se encontra no Museu Militar do Porto. Esta espada, em exposição, pertence ao espólio da Associação Terras Quentes. Foi fabricada pelo espadeiro Jorge Santos a partir do mesmo molde.

Nota: Incoerências entre os modelos inv. 061 e 062.
1 – A guarda mão do modelo Inv. 061 é do século XV;
2 – Esse modelo apresenta ricasso, que permitia esgrimir, o que aconteceu somente a partir do século XIV;
3 – o espigão do topo do pomo é de atarraxar e não batido o que só se verifica a partir do século XIV.

Espada que se encontra no Museu Militar do Porto,
erradamente atribuída a D. Afonso Henriques
In, http://www.reiseberichte.bplaced.net/portugal/porto-portugal-militaermuseum-museu-militar-do-porto.html

Inventário nº 091

Designação: Modelo de espada do século XII.

Material: Ferro; Couro na empunhadura.

Inventário nºs 020, 066 e 084

Designação: Três fragmentos, originais, de espadas.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nºs 086, 087, 088

Designação: Originais; fragmentos espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

086

0087

088

Inventário nº 016

Designação: Original: Fragmento de bainha de espada, parte exterior e cimeira.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro e forro interior em tecido n/e.

Inventário nº 123

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 142

Designação: Original de espada fragmentada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 163

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 020

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro .

Inventário nº 066

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 070

Designação: Original de Fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 170

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 171

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 172

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 173

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 100

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 106

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 099

Designação: Original de fragmento de espada, parte do pomo.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 017

Designação: Original de fragmento de espada com anel de ouro na empunhadura.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro e Ouro.

Nota: Era hábito na idade média quando um combatente ia para o campo de batalha colocar a sua aliança de casamento na base da empunhadura, como é exemplo esta peça, que depois, provavelmente, era (a empunhadura) coberta com couro.

Inventário nº 103

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 106

Designação: Original de fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 014

Designação: Original de pomo de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 084

Designação: Original de fragmento espada.

Cronologia: Séculos XII e XIII.

Material: Ferro.

Inventário nº 115

Designação: Original, fragmento de espada. Também apresenta um anel de ouro na base da empunhadura.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Ferro e Ouro.

Inventário: nº 105

Designação: Original: Fragmento de espada.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Ferro.

A Espada Muçulmana

SAYF

Pequena síntese histórica

Sayf é uma palavra usada no mundo árabe para designar, (na idade média) genericamente, uma espada, sem se referir a qualquer tipo em particular. Nessa época (séculos XII/XIII) o modelo mais comum de espada árabe, possuía uma lâmina larga e direita com gumes em ambos os lados ou só num. A guarda terminava em secção curva acabando num encaixe metálico. Embora fosse esse formato mais comum, no mundo medieval árabe desenvolveram-se variações locais, por vezes, em quantidades muito reduzidas. Por isso as espadas árabes são hoje muito raras. *In*; caderno TQ nº 17.

Inventário nº 083

Original: Original de fragmento espada muçulmana.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 074

Designação: Original de espada muçulmana (proveniente de uma sepultura), ainda com restos calcificados, provavelmente humanos.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 001

Síntese Histórica: da Igreja de Santa Maria dos Olivais (ou) do Olival

A origem da Igreja de Santa Maria dos Olivais, segundo os cronistas, remonta ao século VII da era cristã. O nome desta igreja Santa Maria dos Olivais sofreu uma alteração de designação, ainda no século XII, pois existia ali uma grande "cerrada" de oliveiras, passando a ser conhecida pelo nome de Santa Maria do Olival ainda neste século, atribuída pela população de "colonos" que em Tomar. Passou a ser o panteão dos mestres Templários existindo no início do século XVI, 29 mestres Templários ali sepultados.

D. João III nomeou e incumbiu Fr. António de Lisboa, monge de S. Jerónimo e provincial da sua ordem, de reformar a Ordem de Cristo. Na sua acção, Fr. António de Lisboa, reformou igualmente e descaracterizou o espaço sagrado do Panteão Templários, destruindo levantando as 29 sepulturas ali existentes.

Pelo Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº 27, datado de março de 1942, sabemos como se fez a segunda grande desfiguração à Igreja de Santa Maria dos Olivais: foram movimentados 1.000m³ de terras e dos entulhos que foi forçoso remover (sic) no parte do adro, em certos lugares foram retirados mais de 1,90m de altura de terras. O Boletim da DGMEN, explica bem toda a intervenção de obra, em nosso entender a leviandade que foi cometida, por certo, como sempre, com boa intenção. Restam algumas peças que, entretanto, durante o período das obras dos anos 40 do século passado foram recolhidos, senão já teriam desaparecido para sempre. E termina o autor do texto deste boletim da DGEMN Sr. D. João de Castro, quadro da DGMEN, com voz dissonante...: "*A Igreja de Santa Maria dos Olivais, berço das energias monástico-militares que na infância de Portugal tanto concorreram para a formação moral e para a emancipação política do povo português...*"

Designação: Original de espada muçulmana.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 096

Designação: Original de fragmento de espada muçulmana com guarda curva.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 124

Designação: Original de espada muçulmana – Alfange.

Alfange é um termo espanhol que vem do árabe al-Janyar, que significa “o punhal” e, designa uma espada com lâmina larga e curva, com uma borda em apenas um lado (ou contrabordo no seu último terço), que durante a Idade Média e até ao Renascimento, foi usada na Península Ibérica e em grande parte da zona Mediterrânica.

Cronologia: Séculos XI/XVII.

Material: Ferro.

Cumprimento médio: 70 a 110 cm

Peso médio: 0,90 kg a 1,4 kg.

Tipo de lâmina: Largo, de borda única e curvo.

Inventário nº 400

Designação: Escudo Tipo Francês, por terminar em bico. Salientamos no verso do escudo os buracos ainda visíveis onde as ferragens prendiam as correias, destinadas a empunhar o escudo. Estes eram divididas em dois grupos. O primeiro era constituído por uma longa tira de cabedal, cuja função era manter o escudo pendurado do lado esquerdo em torno do pescoço. A essa correia, os espanhóis davam o nome de *tira col* (tira de pescoço) e os ingleses de *guige*. Esta guige era feita de forma a poder ser ajustada através de uma fivela interior.

O segundo grupo de correias eram os enarmes. Essas correias pouco diferiam das usadas pelos Gregos, Celtas ou Lusitanos muitos séculos antes. Basicamente, os enarmes eram compostos por três correias: uma, à esquerda do escudo, outra, próxima da direita e outra, consideravelmente mais pequena, na ponta da direita. O antebraço passava através das duas primeiras – a primeira tira à esquerda fixava o braço perto do cotovelo e a outra o pulso. A terceira tira podia ser agarrada pelos dedos. No caso de o cavaleiro necessitar de empunhar as rédeas, largava esta terceira correia e o escudo continuava fixo ao nível do cotovelo e do pulso

Cronologia: Por análise feita a um pequeno fragmento, em madeira solto da peça, em Inglaterra comprovou-se que é do século XIII.

Materiais: Madeira, pano, provavelmente Cânhamo.

Frente escudo

verso do escudo, com buracos das ferragens do Guide e dos Enarmes

Fragmentos de tecido que cobriam o escudo

Inventário nº 417

Designação: Escudo, original.

Cronologia: Provavelmente finais dos séculos XIII/XIV.

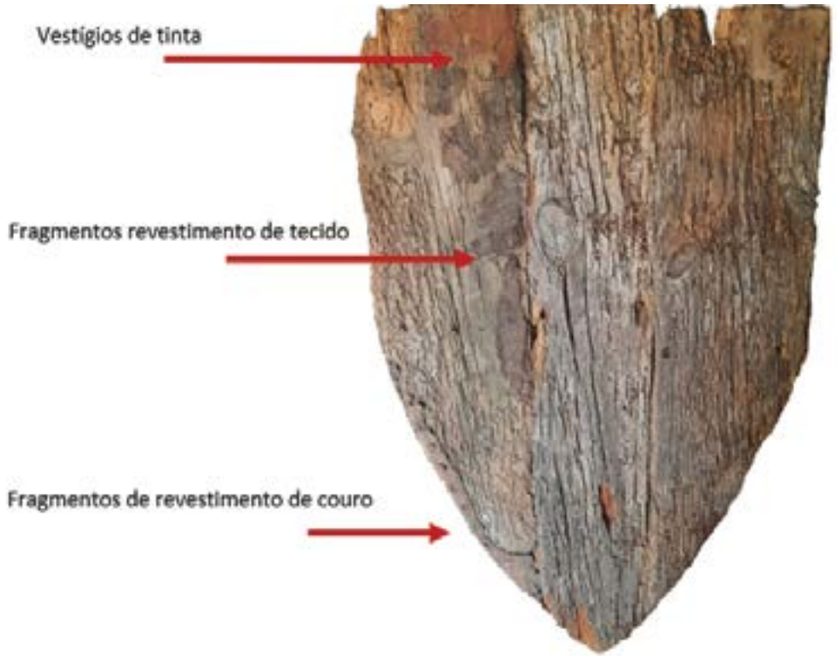
Materiais: Madeira, couro, pano, tinta.

Modelo do escudo: É um Escudo tipo Francês, pois tem a terminação em bico. Os modelos portugueses dessa época tinham um formato semelhante, mas terminavam em redondo. Aparecem depois do escudo tipo cometa (Século XI).

Selo D. Dinis
Escudo tipo Português, terminal arredondado

Nota: Referências ao escudo de D. Afonso Henriques: Lê-se na crónica dos Cónegos Regantes de Santo Agostinho, pelas palavras de D. Nicolau de Santa Maria, Liv. XI, Cap. XXXII, pág 513 o seguinte sobre o escudo que se encontrava no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra.

"A espada he larga, & curta de cinco palmos. O Escudo é de pau de figueira, forrado de coiro de boi cru, oleado, pintado e tem de comprimento cinco palmos e meio e de largo, três palmos. Não refere o cronista quais eram as cores, asseverando, porém, Fr. António Brandão na Monarchia; 3ª parte. Liv. 10, Cap 7 que era branco assentando nele uma cruz azul, d'aquelle feitio a que chamam potentêa, por ter a haste mais comprida que os braços".



Inventário nº 077

Designação: Fragmento de punhal.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Cabo madeira, lamina em ferro.

Maça de Armas

Síntese histórica

Foi a mais terrível e devastadora arma da Idade Média e talvez, por isso, a preferida pelos cavaleiros. Apesar de tudo, a cavalaria feudal não utilizou antes do século XIII, porque a considerava como uma arma própria de vilão.

A partir do século XIII começaram a ser feitas maças de ferro, bronze e chumbo. Por melhor que fosse a malha da cota, ou por mais resistente que fosse o cambais eram impotentes para suster os efeitos dessa arma. Um golpe de maça era suficiente para esmagar um crânio ou cortar um braço.

A fim de se protegerem, os cavaleiros começaram a reforçar a cota de malha com placas de metal, chifre ou cuir-bouilli (coiro moldado e enrijecido com água e coberto com cera quente). Mas à medida que as armaduras se foram desenvolvendo, também as maças se foram aperfeiçoando.

Nos finais do século XIII e no século XIV, já as maças eram feitas com pontas de ferro semeadas de longos bicos. Este tipo de arma não foi utilizado por muito tempo. Bem fabricada a maça podia desferir golpes muito perigosos. Mas as maças de ferro dessa época tinham um problema. É que os ferreiros não conseguiam caldear devidamente os bicos do corpo central, nem os forjar em conjunto, pelo que estes ficavam sempre levemente esquinados, acabando por se partir com relativa facilidade, com um golpe forte. Perante esta dificuldade os fabricantes optaram por criar maças de bronze fundido.

Todavia essas maças, além de serem caras, rapidamente se deterioravam contra as peças de ferro dos arneses. Por outro lado, começou-se a verificar que as maças de bico tinham um grande inconveniente: prendiam-se nos falsos da armadura e nas intricadas peças do vestuário do combatente. Começaram então a substituir os bicos por lâminas, inicialmente de forma rectangular, depois arredondadas e, finalmente triangulares. Os portugueses criaram um tipo de maça muito peculiar, feitas de chumbo, material barato e extremamente denso, pelo que uma pancada tinha efeitos demolidores.

A essas armas foi dado o nome de fachas. Fernão Lopes ao longo da crónica de D. João I refere-se bastas vezes às fachas e amiúde às fachas de chumbo. *"(…) E leixadas as lamças das mãaos que huuns e a outros pouco nojo fez e jazendo huum grande vallo dellas amtre huuma aaz e outra, veheram as fachas e espadas d'armas"* Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Vol. I, Cap. XLVIII.

Inventário nº 013

Designação: Ponta de Maça de Armas de bicos.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.

Inventário nº 185

Designação: Ponta de Maça de Armas de lâminas.

Cronologia: Séculos XII/XV.

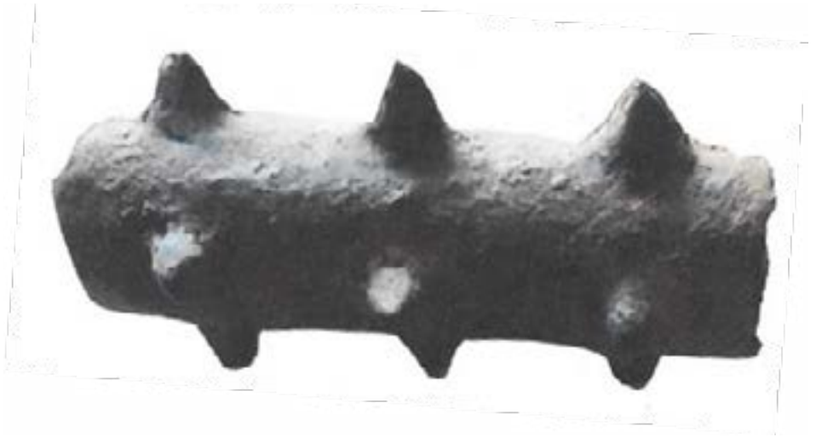
Material: Ferro.

Inventário nº 068

Designação: Original de maça de arma de bicos.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.



Inventário nº 174

Designação: Original de maça de arma de bicos.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.

Inventário nº 915

Designação: Original de maça de Armas de Bicos.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.

Inventário nº 018

Designação: Machado em ferro, sem cabo.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 177

Designação: Machado, sem cabo.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 019

Designação: Fragmento de machado, sem encabamento.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 063

Designação: Fragmento de machado.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 057

Designação: Original de Canhão de mão, portátil (Exemplar raríssimo).

Cronologia: Século XIII.

Síntese histórica: As primeiras armas "*lançadores de fogo*", através do carregamento pela boca de pólvora apareceram na China no século X (as armas pirobalísticas são introduzidas na Europa entre 1240/1241 durante as invasões mongóis) ás quais podemos chamar os proto canhões. À medida que a produção da pólvora (composta por 75% de salitre, 12,5% de carvão e 12,5% de enxofre) evoluiu, a descarga explosiva foi aumentada e detritos ou pelotas adicionados, mas com um alcance muito curto cerca de 3 metros.

O canhão de mão (portátil) que não se pode confundir com a bombarda pois esta chegou à europa no final do século XIII início do século XIV. O canhão de mão, tinha um modelo de ignição externo, manual e directa, através de um orifício de toque sem qualquer tipo de mecanismo de disparo.

O *canhão de mão* evoluiu para se tornar o arcabuz de fecho de mecha, que se tornou a primeira arma de fogo a ter um gatilho. O *canhão de mão* também pode ser considerado um precursor das armas curtas.

A peça em exposição, por ser original, é um exemplar raro.

Inventário nº 109

Designação: Fragmento de Foice.

Material: Ferro.

Síntese história: Na construção da sociedade da época medieval competia aos “laboratore” trabalharem, aos “oratores” rezarem e aos “Milites” fazerem a guerra. Os “laboratores, ou seja, os que trabalhavam tinham de possuir as suas ferramentas próprias. Estas foices estiveram nas mãos calejadas de homens e mulheres que há cerca 900 anos ajudaram a construir um Portugal independente. Estes homens e estas mulheres, como não tinham posses, utilizavam todos os apetrechos agrícolas que possuíam para se defenderem e/ou atacarem em combate.

Inventário nº 111

Designação: Fragmento original de foice.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 112

Designação: Fragmento original de foice.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Proteções de Cabeças

O Elmo Fechado

O primeiro passo para esta evolução foi a adição ao capelo de uma proteção para a nuca. Por volta do ano de 1220, essa placa contornava a cabeça e juntou-se à búcula, dando origem ao elmo cilíndrico totalmente fechado que no nosso país ficou conhecido por Baul. Este elmo permaneceu com o topo chato até cerca de 1260/80. Por vezes a búcula era reforçada por duas tiras em forma de cruz, sobre as quais eram abertos os orifícios oculares, embora nem sempre isso acontecesse.

O elmo era usado sobre o chamado *arming cap* ou virol, isto é, uma tira de tecido enrolado que os cavaleiros colocavam sobre cabeça para suportar o peso do elmo. Um destes elmos podia pesar cerca de 6 kg aos quais se devia acrescentar a cimeira completa.

Os primeiros elmos eram geralmente feitos de 5 chapas rebitadas juntas às outras, a calote, a testeira, a face, a banda superior occipital e a cobre-nuca. Cada uma dessas chapas tinha uma espessura própria. Assim, por exemplo. a calote, a face e a banda superior occipital eram mais grossas – tinham geralmente cerca de 4 mm de espessura – para poderem aguentar os mais violentos golpes, enquanto as restantes não tinham mais de 2 mm – O seu peso era difícil de suportar.

O emprego de pesadas maças de armas, em meados do século XIII tornou os topos planos extremamente vulneráveis. Assim, depois de 1250 começámos a ver esses topos a projetarem-se para cima, para permitirem que os golpes resvalassem, até que, nos finais desse seculo, a parte superior do elmo tornou-se completamente cónica.

Com a cabeça toda coberta, o nobre torna-se irreconhecível para os seus homens de guerra. Começou então a desenvolver-se a moda de colocar-se sobre o elmo ornamentos bem visíveis que o identificassem. Nos primeiros elmos de cara dos finais do século XII, inícios do século XIII os timbres não eram muito visíveis. Mas nos finais do século XIII começam a tomar forma, adquirindo uma enorme importância. Esses timbres ou cimeiras eram geralmente feitos de *Cuir builli, papier maché* ou outros materiais leves. Eram fixados por meio de um ou dois parafusos com porcas, para que facilmente pudessem ser movíveis.

Essas cimeiras, que na maior parte das vezes tinham formas bizarras e enormes eram um incómodo, pouco práticas, pelo que acabaram por ser quase exclusivamente utilizadas em torneios. Em caso de guerra, a cimeira era quase sempre substituída por plumas (os prumões, citados por Fernão Lopes nas crónicas de D. João I) ou por uma crista de cores variadas feita de crinas de cavalo em forma de leque. Para além disso, os elmos podiam ser pintados de uma ou mais cores vivas.

A partir dos finais do século XIII, o elmo foi descendo em profundidade até se apoiar completamente sobre os ombros. Desenvolveram-se também elmos de topo arredondado nos séculos XIII e XIV, mas eram menos comuns que o elmo cónico. Temos dois bons exemplares de elmos cónicos retratados na escultura tumular de Cristo morto e no cavaleiro de Oliveira do Hospital ambos no museu Machado de Castro em Coimbra. Para além destas representações, Não se conhece nenhum exemplar em Portugal. O elmo ostentado pelo cavaleiro de Oliveira do Hospital. Juan Domingos no Museu Machado de Castro (Coimbra) tem um interesse muito particular por ter uma viseira móvel. Tivemos ocasião de apreciar um documento datado de 1298 com as contas de Odo de Roussillir, onde vem mencionado um heaume a vissìere. Havia, realmente neste período (1300-1340) grandes elmos com viseira. Ilustrações desses elmos não são invulgares. Como eram muito pesados, o elmo era transportado numa sela ou nos carros do nobre.

Na altura do combate era preso a uma corrente que estava fixa, inicialmente, ao cinto, e mais tarde, com o advento das coiraças, ao peito do cavaleiro, na extremidade da qual havia uma cruzeta – Essa cruzeta enganchava numa cruz rasgada na parte inferior da face do elmo, permitindo que este fosse transportado e suspenso às costas do cavaleiro. O peso de um bom elmo era tal que na Alemanha e na Grã-Bretanha começaram a fabricar-se como alternativa, elmos de cuir builli, isto é, de couro moldado em óleo e cera quente, bem mais leves, embora com uma enorme dimensão destinados a serem colocados sobre o bacinete. Estes grandes elmos, apesar de terem sido também usados na guerra eram, contudo pouco práticos pelo que o seu uso acabou por se restringir quase só às justas e torneios. Em combate os elmos não eram tão grandes e tinham uma forma mais baixa.

O golpe de uma facha ou de um chicote de armas era violentíssimo, e por isso os armeiros começaram a forjar elmos de uma só peça, quase sem rebites. O facto de serem feitos com placas rebitadas de várias espessuras podia dar origem a que se deslocassem com uma pancada violenta, Mas, feitos de uma só peça isso não acontecia" Os mais afamados fabricantes de elmos foram os armeiros do Norte de Itália e Alemanha, que se notabilizaram pela excelência no seu fabrico, embora também fossem feitas magnificas peças em França, Inglaterra, Espanha e Países Nórdicos.

Inventário nº 004

Designação: Capacete Saucepan.

Cronologia: 1º quartel século XIII.

Material: Ferro.

Inventário nº 032

Designação: Fragmento quase completo de Saucepan.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 127

Designação: Fragmento capacete Saucepan.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 010

Designação: Capelo fragmentado.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 165

Designação: Capelo fragmentado.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 104

Designação: Capelo de nasal.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Ferro.

Inventário nº 005

Designação: Capelo nasal.

Cronologia: 1º quartel século XIII.

Matéria-prima: Ferro.

Proveniência: Réplica do original que se encontra no museu de Torres Novas.

Equipamento de proteção Pessoal e Animal

Inventário nº 002

Designação: Chanfro de Cavalo.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.

Síntese Histórica: Até à segunda metade do século XIII os cavalos estavam quase totalmente despidos de proteções.

A primeira referência que em Portugal há memória de proteções para cavalos localiza-se no reinado de D. Dinis. Essas primeiras proteções genericamente conhecidas por “gualdrapos” e que em Portugal tinham o nome de coberturas tinham uma peça metálica cozida no interior da cabeçada que, pelo facto de se destinarem a proteger o chanfro do cavalo, passou a ser conhecida por chanfro. Só mais tarde o chanfro se individualizou da restante cobertura.

Inventário nº 102

Designação: Chanfro de cavalo.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Material: Ferro.

Inventário nº 125 e 126

Designação: Estribos “apetrecho cavalar”.

Cronologia: Desconhecida.

Material: Ferro.

Inventário nº 003

Designação: Acicate, espora de bico.

Cronologia: Desconhecida (modelo usado entre os séculos XII/XV).

Material: Ferro.

Inventário nº 009

Designação: Fragmento em ferro e revestimento, de ombreira simples.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Ferro e estopa.

Inventário nº 195

Designação: Acicate, espora de bico.

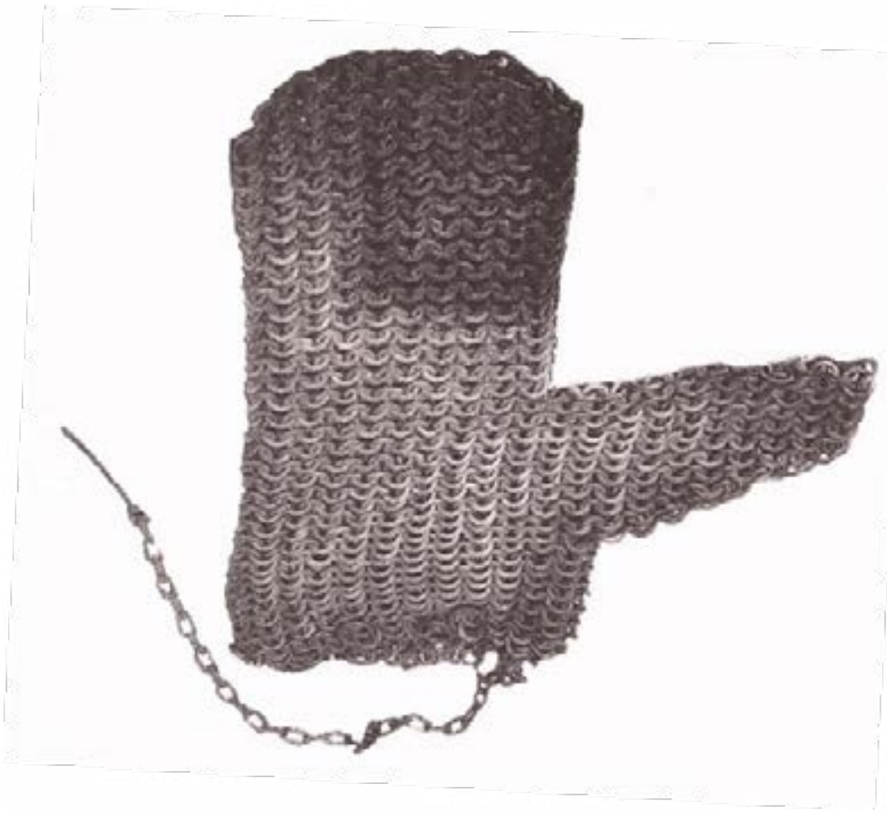
Cronologia: Desconhecida (modelo usado entre os séculos XII/XV).

Material: Ferro.

Inventário nº 160

Designação: Luva em malha simples (contemporânea).

Material: Argolas em aço simples.



Inventário nº 161

Designação: Coifa com argolas cravadas (contemporânea).

Material: Argole em ferro cravadas.

Inventário nº 162

Designação: Coifa com argola simples (contemporânea).

Material: Ferro.

Inventário nº 021

Designação: Fragmento de uma cota de armadura século XII. Com oito escamas em ferro. Provavelmente muçulmana.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Ferro e estopa.

Inventário nº 191

Designação: Oito escamas em ferro, de uma armadura. Soltas.

Cronologia: Séculos XII/XIII.

Material: Ferro.

Os Fundibulários

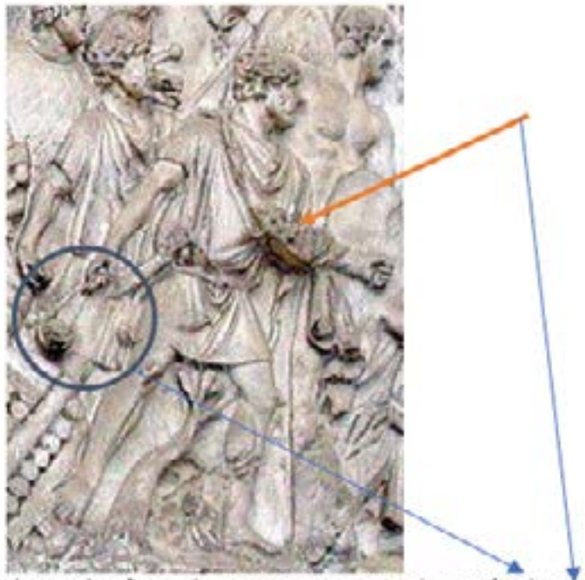
Fundas – os Fundeiros e Fundibulários

Síntese Histórica

Para falarmos de fundas (arma de arremesso), dos Fundeiros (os fabricantes das fundas), e dos fundibulários (utilizadores destas armas) temos de viajar até ao fundo dos tempos, ao mundo das lendas e dos mitos, mas também, olhar esta arma de arremesso dentro dum processo evolutivo do "homo", não só no aspecto da sua sobrevivência (subsistência), como também sob o aspecto bélico e até sob o aspecto lúdico. Tudo se prende com a questão de atingir o adversário ou a presa (peça de caça) de forma eficaz e a uma distância que lhe permitisse uma maior segurança pessoal. Ser humano.

Assim, o ser humano, teve de aguçar o engenho para resolver o problema da sobrevivência e da subsistência. Talvez tenha começado com o simples arremesso de uma pedra, sistema que perdurou até aos dias de hoje, recordemo-nos da "intifada". Ficou para a história a frase de Jesus Cristo?… "*quem não pecou que atire a primeira pedra*".

A primeira grande referência operacional à existência da funda iremos encontrar no mundo do maravilhoso e do fantástico, o mundo das lendas e dos mitos, mundo que tanto os arqueólogos como os historiadores têm de ter certos cuidados de não os descartar de imediato pois, haverá quase sempre algum fundo de verdade a aproveitar. Na contenda o adversário, David, um jovem pastor abasteceu o seu alforge com 5 pedras. Golias ao vê-lo, desdenhou: "*Sou eu algum cão para tu vires a mim com paus? Vem a mim, e darei a tua carne às aves do céu e às bestas do campo*". E lá ocorreu a peleja; *David meteu a mão no alforje e tomou dali uma pedra e com a funda lha atirou, e feriu Golias na testa, a pedra cravou-se na testa, e este caiu sobre o seu rosto em terra*. Mas a existência da Funda leva-nos até à coluna de Trajano. Coluna com cerca de 40 metros de altura e 4 metros de diâmetro onde está representado um soldado munido de uma funda, obra do Arquitecto Apollodoro de Damasco e que está localizada no Fórum de Trajano em Roma.



Na coluna de Trajano está gravada a figura de um guerreiro equipado com funda e saco ao pescoço, saco onde guardava as glandes e aparentemente com outra funda à cintura. Nas suas costas uma figura que parece ter uma pedra na mão direita.

Os fundibulários eram, ao tempo, considerados como uma tropa "especial", famosa pela perícia dos seus homens no manejo da funda, uma arma simples, mas terrível, capaz de grande precisão e dotada de uma potencia tal que podia, com alguma facilidade, esmagar elmos e couraças.

O manejo da funda não era fácil, como se disse, exigia uma enorme destreza e, sobretudo, um treino intenso e constante.

A funda atravessou os tempos, no período que nos interessa, Baixa Idade Média, do início do milénio até ao final do século XIV, existem registos bibliográficos que atestam a sua presença. Na crónica do rei de Aragão D. Jaime I "O Conquistador", reinou entre os anos de 1213 e 1276, no capítulo CCLXXV no final da página 372, podemos ler: "Habíamos *nosotros repartido* ***hondas*** *a los hombres de nuestra hueste…*" (havíamos nós distribuído fundas aos homens da nossa hoste), de referir que a data em que D. Jaime reinou 1213/1276 (século XIII) se encontra dentro da janela cronológica da passagem da Ordem do Templo, tanto por Portugal, como pelo Reino de Aragão.

Encontramos também na obra de Fernão Lopes "crónica de D. João I" os seguintes registos: No Volume I, (civilização 1990), no capítulo CXXXV pág 267 referindo-se ao cerco de Almada diz: "*E quamdo foi o dia do combato, posesse elRei em aquell Cadafais e fez a toda a sua gemte combater o logar todo em rredor da parte da terra, porque do mar nom podia seer, por a gramde aspereza da altura do momte; e foi cõbatido com gemtes darmas e de pee, e troõs, e beestaria,* ***e fundas de mangueela****, e mamtas, e outras artelharias de combato des hora de terça ataa depois de meo dia*".

Pelos registos deixados pela bibliografia de Vegécio sabemos que os Lusitanos fabricavam as suas próprias fundas, de acordo com a sua estatura e comprimento do braço. As melhores fundas eram geralmente feitas de junco negro, muito batido, até se tornar uma espécie de ráfia, que depois era entrançado, ou colocado lado a lado com tendões de pescoço de cavalo, ou de boi, ou com cerdas retiradas das caudas dos cavalos.

Cada fundibulário transportava três fundas, de acordo com a distância que pretendia atingir e com a envergadura do projéctil. A mais curta era enrolada à volta da testa, segurando os cabelos. As outras duas eram transportadas em redor da cintura.

Os projécteis de pequena ou média envergadura eram normalmente feitos de chumbo, barro endurecido ou em massa feita de pedra moída. Para os projécteis pesados qualquer pedra escolhida no local podia servir.

Como era usada a funda

O destro enrolava a ponta de uma das tiras num dedo de sua mão direita, ou a prendia ao seu pulso direito, a tira passando por cima da palma da mão. A ponta da outra tira era dobrada para trás e segurada pela mesma mão. O fundibulário colocava uma pedra no centro da funda. Com sua mão esquerda estendida para a frente, segurava a pedra em sua posição correta. Daí, soltando a mão esquerda, girava a sua direita para baixo, em direção contrária à dos ponteiros dum relógio. A medida que a funda chegava a certo nível atrás dele, ele girava-a para a frente, horizontalmente, também na direção oposta à dos ponteiros do relógio, fazendo um círculo completo sobre a cabeça. Exatamente no momento certo, soltava a tira solta, assim lançando a pedra para a frente. Alguns fundibulários amiúde não giram a funda sobre a cabeça, mas faziam o arremesso simplesmente por um forte movimento do braço para baixo.

Inventário nº 164 e 543

Designação: Funda, arma de lançamento de projecteis (pedras) para lançamentos a longa distância. Também chamada, atiradeira, baleadeira, baladeira, bodoque, normalmente feita com base em couro.

Material: Couro, junco negro e crina de cavalo. O modelo presente; couro e corda atual.

Inventário nº 412

Designação: Original de “Glande oblonga” Pedra de funda.

Material: Pedra n/e, provavelmente Quartzo.

Inventário nº 413

Designação: Original de “Glande oblonga” pedra de funda.

Material: Pedra n/e, provavelmente Quartzo.

Inventário nº 429

Designação: Bola de funda em terracota.

Material: Cerâmica.

Inventário nº 427

Designação: Pedra de funda.

Material: Pedra n/e.

Inventário nº 528

Designação: Pelouro – bala de pedra ou metal empregue em antigas peças de artilharia, também eventualmente no canhão de mão.

Material: Pedra n/e, provavelmente quartzo ou granito.

Engenhos de Guerra

Engenhos de Guerra

Síntese Histórica

Poder-se-á dividir os engenhos de guerra em três tipologias; os Engenhos de aproximação, os engenhos de guerra de destruição e os engenhos de guerra de proteção.

Nos primeiros salientam-se as Torres de Assalto já presentes no século IX a.C em várias iconografias militares de origem oriental, o seu uso prolongou-se até à Idade Média, sendo um dos mais importantes engenhos na guerra de cerco. Em Portugal a primeira referência à utilização de uma torre de assalto é do ano de 1057 no cerco de Lamego. As Torres de Assalto proporcionavam a aproximação e o encosto às muralhas e assim facilitavam o acesso ao castelo. Por vezes a torre de assalto proporcionavam não só o assalto, como a proteção e, por vezes, eram equipadas com ariete, portanto, também, era um engenho de destruição. Por norma eram construídas no local, em madeira e protegidas com revestimento de couros ou peles, para que dificultasse o seu incendiamento e, sempre mais altas do que a cércea das muralhas do castelo, nunca poderiam ser mais baixas do que a altura das muralhas pois, assim, seriam totalmente inúteis.

Internamente as torres de assalto dividiam-se normalmente em pelo menos três patamares distintos (dependendo da altura das muralhas a assediar), os vários patamares eram interligados entre si por escadas de madeira. Quando equipada a torre de assalto com ariete este era colocado no primeiro patamar, para abrir brechas na muralha e provocar o desmoronamento da muralha. Toda a rectaguarda era aberta para proporcionar a entrada das tropas de assalto. Estas por norma ocupavam o segundo patamar. O último patamar, o adarve era provido de uma ponte levadiça, feita normalmente por duas vigas de madeira e revestidas de vime, que descia através de cordas e correntes este último patamar levava um contingente de archeiros e besteiros havendo casos de transportar trabucos ou trabuquetes, cuja missão era dar cobertura às tropas de assalto.

A partir do ano de 1160, com a experiência trazida das cruzadas do próximo Oriente, o Templário Gualdim Pais, que iniciou a construção do castelo de Tomar adaptou na sua construção o “Alambor ou talude” (rampa) normalmente construído em pedra, sistema que não deixava aproximar as torres de assalto às muralhas do castelo, tendo estas, aos poucos, indo perdendo a sua importância.

Nos engenhos de proteção saliente-se a “Gata”, também chamadas “Mantas”. Estas eram construídas, como todos os engenhos de guerra, no local do cerco/castelo, levando-se por norma as parte metálicas; pregos para fixação das tábuas, couros, peles, cabeças de ariete, etc. A Gata por norma era utilizada para derrubar a porta de madeira de acesso ao interior do castelo. Com o revestimento de couro, peles, ramos de vegetação etc., o que protegia a estrutura contra impactos de pedras e alguma resistência ao fogo. A Gata não equipada com ariete servia de proteção e albergar um maior número de combatentes e fazer aproximação ao castelo. Nesta circunstância por norma eram utilizados pelos sapadores que iam minar as fundações das muralhas escavando os alicerces deitando-lhe depois fogo, normalmente fazendo entrar porcos vivos que ao serem incinerados a sua gordura ia prolongar e incentivar o incêndio.

Como engenhos de destruição temos as catapultas e os trabucos que eram também fabricados no local e serviam para o lançamento à distância de pedras contra as muralhas afim de abrir-lhes brechas para proporcionar a entrada dos sitiantes.

Inventário nº 300

Designação: Gata.

Material: Madeira, couro e ferro.

História: A gata (esta engenho de proteção e destruição, aparece-nos a partir do século XII, sendo que a notícia mais atualizada, aparece-nos quase no terceiro quarto do século XIV, Assim; no cerco de Lisboa diz-nos Fernão Lopes; Cerco de Lisboa:

“O Meestre hordenou emtom de os combater; e mãdou fazer um artificio de madeira que chamam gata; que, como huua baixa cava que estomce o Castello tiinha fosse cheia, pudesse hir picar o muro e emtrar demtro. E diziam os de fora aos de castello, que o dessem. E diziam os de fora aos do castello que o dessem ao Meestre seu Senhor, senom que juravõ a Deos que poeriam em çima da gata Costança Affonso madre d’Affonso Eanes Nogueira, e irmãa da molher de Martim Affonso, Alcaide do Castello. “Crónica de D. João I, Fernão Lopes, Vol. I, Cap XLI”.

A “Gata” mais não era do que um abrigo destinado a proteger as operações exteriores de sapa. Basicamente era um reduto feito por grandes pranchões cobertos por vimes, couros de boi cru e lama cuja função era evitar que os combatentes fossem atingidos pelos projécteis vindos do alto ou por engenhos incendiários.

Geralmente o ariete, um enorme tronco que terminava numa ponta de ferro destinado a bater insistentemente a base dos muros, operava quase sempre debaixo de uma gata.

O presente modelo dá-nos uma imagem á escala de um ariete operando sob uma gata.

Inventário nº 301

Designação: Catapulta.

Materiais: Madeira, ferro e cordame.

Síntese história: A catapulta também conhecida por mangonela (de mangano) – a máquina em Árabe – ou onagro (na época romana imperial) foi um engenho muito utilizado durante a antiguidade clássica mas abandonado por dois motivos: a sua fraca potência e o facto das cordas de torção se alterarem com a humidade.

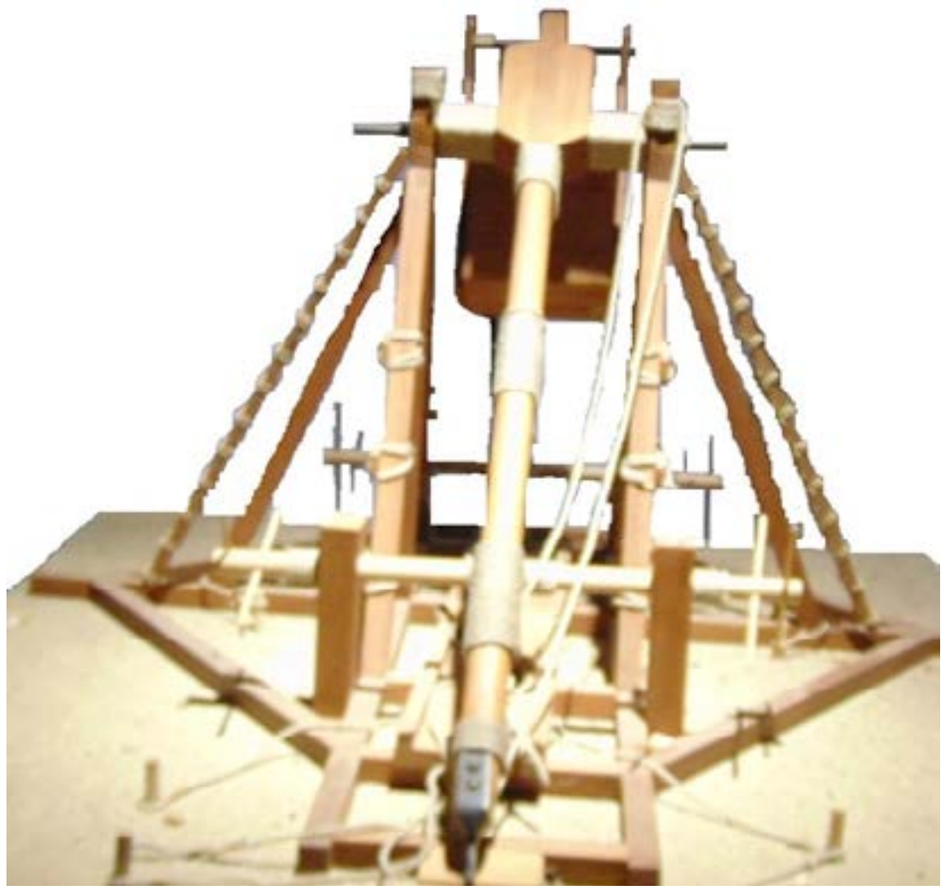
Estes factos acabaram por demonstar ser a catapulta um engenho incapaz de fazer frente às fortissimas muralhas dos castelos medievais – começou assim a ser posta de lado em favor dos trabucos muito mais potentes e eficazes.

Todavia Fernão Lopes alude-nos nas suas crónicas a uma "cabrita" que em nosso parecer mais não era de que uma pequena catapulta mais destinada a bater aglomerados humanos do que muralhas.

Inventário nº 302

Designação: Catapulta.

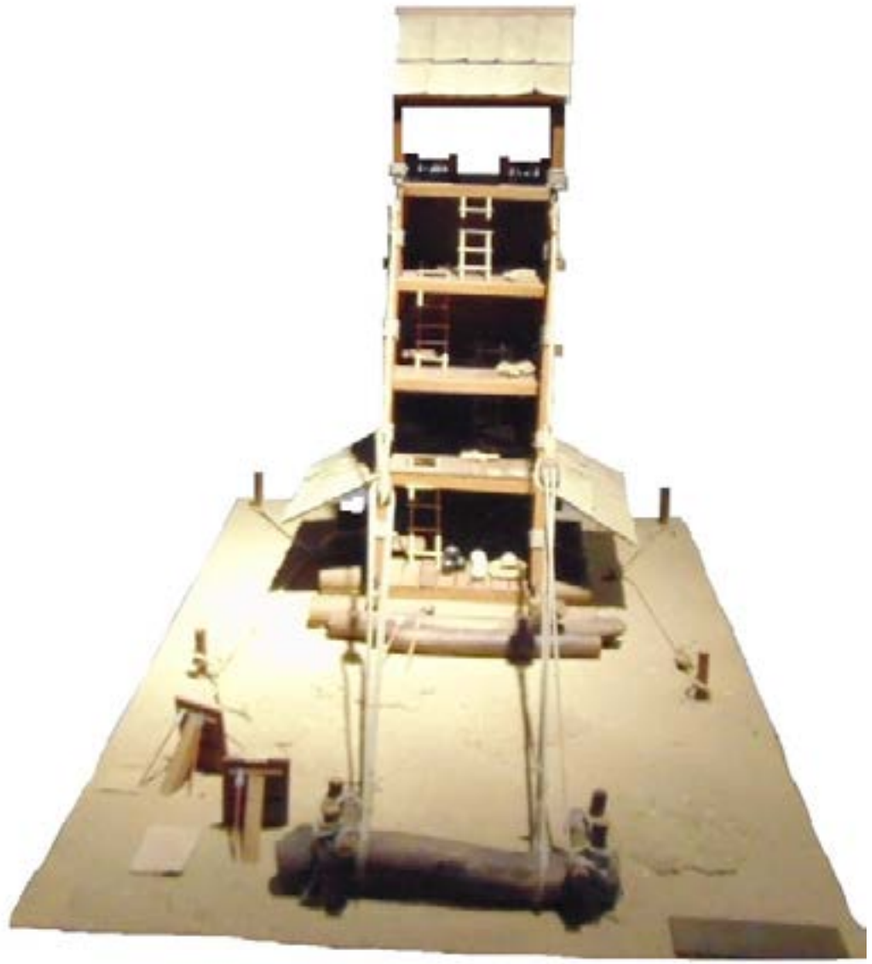
Materiais: Madeira, ferro e cordame.



Inventário nº 303

Designação: Torre de Assalto, Bastida.

Materiais: Madeira, couro, cordame.



Inventário nº 304

Designação: Torre de Assalto ou Bastida.

Cronologia: Desconhecida (modelo usado entre os séculos XII/XV).

Material: Madeira/Ferro/Cordame.

O Tesouro dos Templários em Portugal

Entre o mito e a realidade

Falar da Ordem dos Templários sempre foi, e por certo, continuará a ser, algo misterioso, por mais que se diga, por mais que se escreva, por mais que se investigue, por mais que se escave e procure; não nos referimos aos feitos militares, às inovações tecnológicas, em termos de armamento, que nos trouxeram, nem aos feitos políticos que a Ordem realizou. Tudo isto podemos encontrar (alguma informação) nos livros da especialidade. Agora, o que não se encontra são referências historicamente "saudáveis" sobre o "Tesouro dos Templários". E isto por uma única razão; é que os monges-guerreiros se apoderaram da imaginação da cultura popular e da história da Ordem do Templo e assim, se converteu-se no "mito dos Templários". E, é neste quadro que cumpre interrogar: o que há de real no, "até agora", mito do tesouro dos Templários!

Como sabemos os Templários eram uma Ordem Monástico-Militar que se dedicou inteiramente à defesa dos peregrinos cristãos a caminho de Jerusalém (e não só, veja-se o caso Português). A cidade tinha sido capturada na primeira cruzada, em 1099 e grupos de peregrinos começaram a chegar, viajando milhares de quilómetros através da Europa.

Esses peregrinos, nomeadamente os mais abastados, não podiam levar consigo grandes somas de dinheiro e bens valiosos, já que isso os tornaria alvo fácil para assaltantes. Os templários encontraram, então, uma solução: **A carta de crédito** – Assim, o peregrino em vez de transportar dinheiro ou outros bens consigo entregava-os aos Templários do seu País de origem e recebia em troca um comprovativo em forma de "carta de crédito". Ao chegar ao destino final (ou não), Jerusalém, entregava a carta de crédito e era-lhe entregue o dinheiro e bens que havia depositado à partida. Tratava-se de um sistema bancário muito avançado para a época, mas que não era inédito. Diversos países já tinham adoptado este tipo de serviço, como na Dinastia Tang, na China, que usava o "*Feinquan*" – "dinheiro voador" um documento de duas vias que permitia a comerciantes depositarem os seus proveitos num "escritório" regional e depois recebiam-nos, na capital, ou noutro sítio anteriormente determinado. Esse sistema era operado pelas entidades governantes e por isso controlado e seguro. Mas o sistema dos templários funcionava como um banco privado, e era organizado pelos monges da Ordem, que tinham feito voto de pobreza.

Todavia, os templários não se limitavam apenas a transferir dinheiro para longas distâncias, eles ofereciam uma série de outros serviços, reconhecidamente avançados para a época, como o sistema de empréstimo – mesmo a Reis, Príncipes ou Alta Nobreza, como também a

comerciantes, aceitando como contrapartida (para a segurança do empréstimo) Joias, ouro, prata e outras riquezas que iam acumulando.

Assim, ricos e poderosos os Templários não precisavam de se submeter mais às moedas, nem às regras impostas pelos soberanos dos seus países. Por outras palavras: ficaram fora do controle dos Reis.

A dimensão dos tesouros acumulados pelos Templários, fosse qual fosse o seu país de origem devia ser qualquer coisa de gigantesca. Temos, no entanto, que distinguir o espólio (entesouramento) local, havendo, provavelmente, um centro financeiro que seria França(?).

Depois, tudo se extinguiu com Filipe IV o "Belo" e a cumplicidade do Papa Clemente V, com a prisão e o desmantelamento da Ordem e a morte, na fogueira dos principais (e não só) membros franceses da Ordem. Estes factos são sobejamente conhecidos pelo que nos iremos abster de os aprofundar.

Na realidade, os Templários desapareceram. E o seu Tesouro? Desapareceu, encontra-se escondido algures, foi roubado por Filipe IV "o Belo"? ou pelos diversos soberanos europeus?... E se existe onde está?

É esse o enigma que nos propomos ocupar.

Por Terras de Portugal

A vinda dos Templários para Portugal, reveste-se de contornos, ainda hoje de difícil explicação. Terão vindo da Borgonha pela mão do Conde D. Henrique. Sabe-se que, em 1122 já se encontravam Templários no norte do país; ("documento de compra de propriedade –1122 - 31 de maio – D. Sicuva Aires e seus filhos vendem uma herdade que tinham na cidade de Braga, por dois morabitinos, a "vobis Iherosolimitani Templi militibus" a Paio Gontemires e Martinho Pais, situada junto de um poço do hospital que os freires tinham"). In, CTQ nº16 p.54). Mas, foi em 1128, isto é, dez anos após a sua criação na Terra Santa que, oficialmente D. Teresa e os grandes Barões de Portugal e da Galiza os receberam em Braga e lhes fizeram diversas doações. Por outras palavras reconheceram a Ordem do Templo e permitiram a sua entrada no Condado de Portugal, antes desta ter nascido oficialmente. O que é extraordinário em tudo isto é que a existência da Ordem dos Templários no Condado Portucalense está comprovada nove meses antes da Ordem ter sido oficialmente formada e estatuída no concilio de Troyes no ano de 1129.

Para entendermos este "fenómeno histórico", temos de nos debruçar sobre a realidade do condado num território ainda sem fronteiras definidas e entalado entre fortes e determinados inimigos, em guerra permanente: A sul os muçulmanos cuja fronteira mais longínqua bordejava Coimbra. Daí para baixo era perigoso qualquer cristão se aventurar. A Oriente os fortíssimos reinos de Leão e Castela e, a Noroeste, a Galiza, cujas pretensões ao condado eram nítidas.

A única forma possível era recorrer a soldados profissionais, muitos deles já com larga experiência de guerra, mas, sobretudo, dotados de uma incrível disciplina e de um entusiasmo religioso absoluto. Se atendermos que naquela época os exércitos eram de pouca eficácia e despidos de disciplina, assim, uma força dotada de uma tremenda operacionalidade e sobretudo eficácia, não podia ser ignorada. Foi essa a razão, estamos em crer, que D. Teresa em 1128 e os barões portucalenses abraçaram de imediato tão fantástica força, tendo-lhes concedido os meios necessários à sua subsistência com doações várias. É, no ano seguinte, depois da batalha de S. Mamede em que afasta sua mãe do controle do Condado, dois meses depois do concilio provincial de Troyes, em 1129, que o Infante Afonso Henriques, confirmou aquelas doações, mormente o castelo de Soure, abraçando os Templários e intitulando-se, ele mesmo, Irmão Templário (lê-se na carta de doação desse castelo: "*Confirmação da doação do Castelo de Soure, dada pelo "**irmão"** da Ordem dos Templários, D. Afonso Henriques, (ANTT Gav 7, Maço 13, nº 5*". A Infanta Sancha Henriques (irmã de Afonso Henriques) casa, em segundas núpcias, com Fernando Mendes II "O Bravo" – o Bragança – após a morte do primeiro marido, Sancho Nunes de Barbosa 6º conde de Celanova que faleceu em 1130 em batalha. Pensamos que este segundo casamento se terá efectuado antes da batalha de Ourique, o que fez alargar as fronteiras do Condado Portucalense toda a parte Transmontana/Nordestina que ligava aos limites do condado, dando-lhe assim uma consistência territorial para quem almejava crescer o território para Sul. dá-se em 25 de julho do ano de 1139 a batalha de Ourique e em 1147 (entre 1 de julho e 25 de outubro) a tomada de Lisboa. Onde vamos encontrar Fernando Mendes II o Bragança e os seus irmãos.

Em **1169** Afonso Henriques com o intuito de fixar as fronteiras leste do Condado, tenta conquistar Badajoz onde é derrotado tendo "britado" a perna e a anca em vários sítios, ficando, por isso, incapacitado de voltar a montar. Impedido de continuar a reconquista, decide dotar as Ordens monástico-militares com meios para manter as fronteiras já defendidas. Em "Alafões" (Lafões) onde permanecia para cura. Aí recebe Gualdim Pais, Cavaleiro Templário de sua confiança, já com larga experiência em combate na Terra Santa, donde chegara quatro anos antes e criam a "Linha de Defesa do Tejo". E, logo ali, em Alafões, Afonso Henriques exara um documento fazendo doação aos templários dos Castelos da Cardiga, de Ozezere e de Tomar. Esta linha de defesa do tejo englobava uma extensão de território dominando o rio tejo, como entrada

de grande valor estratégico para a proteção de todas as terras a norte, mas, sobretudo dos territórios já conquistados – Coimbra, Santarém, Lisboa e Alcácer do Sal.

Começa aqui, verdadeiramente, a gesta do "Tesouro" Templário no nosso país. Os pressupostos eram nítidos: O reino crescera muito, o rei não tinha capacidade para dominar tão extensas áreas que, ou eram directamente concedidas aos templários que tinham à cabeça um grande nobre (Gualdim Pais), que, por sua vez, também ele senhor de território vastíssimo, necessitavam de meios humanos e materiais para os administrar e manter.

Uma das grandes famílias dos barões do Condado Portucalense eram, como já foi referido noutro espaço deste artigo os "Braganções" a quem Afonso Henriques concedera a Tenência dos imensos territórios do Nordeste Transmontano. Esses territórios que se estendiam de todo o Trás-os-Montes até ao sul do rio Douro eram das zonas mais povoadas de "Portugal" de então. O mapa dos forais concedidos por D. Afonso Henriques, no Nordeste Transmontano deixam-nos antever, de imediato esta realidade. Por outras palavras era uma região rica.

Mas o papel dos Templários nesta zona não se irá resumir à guerra. A sua actuação será mais longa e produtiva. Contribuiu para a fixação de moradores, o assento de novas povoações, a valorização das terras, em suma, um acréscimo da riqueza. Talvez por isso não seja infundado pensar-se que, sendo o Nordeste Transmontano densamente povoado, o cofre dos Templários, estaria por certo cheio. A acrescer à riqueza gerada localmente, os despojos de guerra trazidos do médio Oriente pelas "gentes" que ali regressavam e se fixavam, leva-nos a crer que rapidamente as arcas templárias se foram enchendo de preciosidades. E, tudo isto, sem contarmos com a actividade bancária no seio da Ordem.

Dentro de todas as hipóteses possíveis, realçamos documentação que nos permite comprovar a existência do Tesouro Templário em "Portugal". E, esse facto é extremamente importante, porque já não é um mito é a realidade, conforme iremos ver.

Onde acaba a realidade e começa o mito…. Gama Barros no seu Tomo I, dá-nos conta na página 363 – …. "*Para o fim do século XII era a defensão dos cavalleiros do Templo a quem estavam confiados os castelos e seus termos de Soure, Ega, Redinha, Pombal, Cera, Idanha-a--Velha, Zezere, Almourol; Valhelhas entre outros e sob a proteção da Ordem a população existente por esses logares*": e continua; "*O favor extraordinário de que os Templários continuaram em Portugal a gozar dos monarcas, não deixou, porém, de sofrer revezes. Experimentaram-nos com* ***Sancho I, e Afonso III que se apoderam dos Thesouros amontoados pela ordem dos Templários, mas que, antes da morrerem os devolveram à Ordem." (****pois era escolher entre o céu e o inferno, dizemos nós****).***

Chegou, portanto, agora a altura de agarrar as pontas soltas de tão intrincado mistério e, a partir daí tentar encontrar uma lógica que preencha uma página ainda em branco na nossa história.

Como era constituído esse Tesouro? Não sabemos e, muito provavelmente, nunca iremos saber, mas podemos fazer uma abordagem superficial que nos dê ideia da sua dimensão.

Durante os cento e cinquenta e quatro anos, tempo que os Templários permaneceram no médio oriente, a riqueza acumulada devia ter uma dimensão hoje difícil de calcular. Não será pouco descabido aceitar-se como verdadeiro no já mencionado manuscrito de "Gerard de Sede" que noticia a existência do Tesouro e o seu embarque para terras ainda hoje desconhecidas.

Há assim razão para se aceitar a existência de um tesouro de enormes dimensões do qual infelizmente e até novas informações, mais dados não temos dos que já mencionamos, tal como ele seria no século XII/XIII/XIV. Constatamos uma realidade que, talvez, nos possa dar uma pista importante, isto a partir de **22 de março de 1312, data da extinção oficial da Ordem por Bula do Papa Clemente V. Pensemos no grande "entesouramento Francês" e noutros locais:**

Pela Terra Santa, a única hipótese de transportar "tão grande Tesouro" era através do mar Mediterrâneo, mas... o Mediterrâneo também ele estava quase todo dominado pelos inimigos da fé dos Templários.

Pensarmos em caravanas para Oriente seria inverosímil já que se tornaria impossível atravessar a massa imensa de deserto.

A partir de Chipre a norte do Mediterrâneo dominavam os Turcos e a sul os Egípcios. Mais à frente o Papa Clemente V, opositor, embora não convicto dos Templários, mas sempre aberto ao ouro que pudesse entrar nos seus cofres. A Sul, os Muçulmanos da atual Líbia. Um pouco mais para Ocidente tínhamos a Norte as Terras de França onde dominava Filipe IV "O Belo", o tristemente célebre "algoz" da Ordem do Templo. E a Sul a Argélia e Marrocos eram áreas muçulmanas.

Em suma, desembarcar desta forma, tão grande Tesouro, fosse para onde fosse, tornava--se totalmente inverosímil, se não mesmo impossível. Por exclusão de partes e pela lógica o único pais da orla Atlântica/Mediterrânica onde esse tesouro poderia ser desembarcado era Portugal. A ideia tão divulgada recentemente da Escócia, Inglaterra ou Pais de Gales, não faz, a nosso ver, qualquer sentido.

Para além de ficar em horizontes mais longínquos, a Ordem estava lá pouco representada. Tinham participado em cruzadas, é certo, mas não mais do que isso.

Torna-se assim altamente provável que o Tesouro da Ordem do Templo tivesse sido desembarcado em Portugal. Nessa altura, a sede dos Templários no nosso País já não era Tomar, era em Castelo Branco. Terá sido para aí que, a aceitarmos o desembarque de Tesouro em Portugal, que tesouro foi? Não sabemos! Mas uma coisa é certa: existem como já vimos, documentos coevos que provam a existência de entesouramento enorme da Ordem do Templo no Nordeste Transmontano.

Num manuscrito conservado na biblioteca do Vaticano, no arquivo IV, da autoria de Guillaume de Vichiers, incumbido por Filipe IV "o Belo" de "espiar" os Templários é mencionado que a armada ter-se-ia dirigido para Ocidente. Este Guillaume de Vichiers cuja biografia estava guardada nos arquivos de S. Martial de Limoges e que atualmente se encontra no museu do Louvre em Paris, começou por ser templário, mas depois tomou o partido do Rei Filipe IV "o Belo", vivendo ainda muitos anos rodeado de luxo.

Há ainda o testemunho de outro templário Charles de Vitry que, em manuscrito refere que a frota partiu em direção à Terra Santa, mas nunca lá chegou a aportar.

O que é que haverá de verdade em tudo isto?! Haverá um único tesouro, ou vários? Pensamos que em todos os países onde a Ordem estava representada faria o seu entesouramento, se bem que calculamos que o grande centro financeiro estaria situado em França. Terá vindo para cá? Pensemos nos nossos descobrimentos e nas suas enormes necessidades financeiras para a sua execução. Talvez, ainda o maior tesouro tenha sido o tesouro que tenham legado, fosse o tesouro do "conhecimento". Mas isso daria um novo e longo artigo.

Como sabemos La Rochelle, sempre foi a zona portuária da Ordem dos Templários:

Paris – La Rochelle (onde estavam aportados e donde saiu a frota Templária!):
420 kms – Paris – Le Havre: 60 kms – Para quê fazer 420 km se tinha o porto de Havre a pouco mais de 150 km – A lógica é a ida para Sul, mas… é mera suposição.
Questionada a "Inteligência Artificial" a resposta foi que esta é a tese mais provável.
Mapa: *Google Earth*

Inventário nºs 449 a 508

Designação: As peças apresentadas; dezenas de moedas, dezenas de barras de ouro e dezenas de joias, são hipotéticas.

Cronologia: Desconhecida (a maior parte das peças são réplicas, adquiridas recentemente).

Material: Valor das peças desconhecido.

Inventário nº 416

Designação: Pedra com o símbolo Templários.

Cronologia: Desconhecida, provavelmente séculos XII/XIV.

Material: Lítico desconhecido, “aro em ouro”.

Inventário nº 447

Designação: Pedras preciosas.

Material: Pedras drusas, quartzo fogo.

Inventário nº 446

Designação: Pedras preciosas.

Material: Moldavita.

Inventário nº 541

Designação: Anel com pedras a orlar e símbolo templário no centro.

Numisma

A Numisma Portuguesa

Desde o período anterior à primeira dinastia e de D. Afonso Henriques até D. Dinis

As primeiras moedas cunhadas em Portugal aparecem no reinado de D. Afonso Henriques, (provavelmente, na década 40 do século XII, após a batalha de Ourique), entretanto coexistiam em circulação com moedas romanas, denários e áureos, assim como moedas leonesas e muçulmanas, estas últimas principalmente de prata e ouro, os dirheme e o dinar e muitas outras. Não há a certeza se no reinado do nosso primeiro rei foi batido algum Morabitino em ouro, como faziam os muçulmanos com os dinares.

A moeda mealha, donde provém a palavra mealheiro existiu até ao reinado de D. Afonso II, todavia manteve-se de forma sub-repticiamente em circulação, pois a mealha tinha o valor de metade do dinheiro em bolhão (liga de cobre e prata) e ao precisarem dela para trocos, cortavam o dinheiro em duas metades. Essas moedas de bolhão tinham numa das faces a Cruz da Ordem do Templo. Não temos, contudo, nenhuma referência física à moeda mealha.

De certeza temos que a primeira cunhagem de um morabitino em ouro se fez no reinado do seu filho Sancho I. O seu filho D. Afonso II, como o seu neto D. Sancho II, continuam a produzir o Morabitino em ouro, mas nestes dois últimos casos num modelo mais reduzido, continuando-se com o batimento do dinheiro em bolhão.

No reinado de D. Dinis, por haver um grande incremento comercial com as feiras aumentou a circulação das numismas, criando este rei uma moeda em prata o Tornês, decorado no anverso com uma cruz feita com cinco escudetes e no reverso pela cruz dos Templários, que neste reinado foram integrados na Ordem de Cristo, nascida por iniciativa de D. Dinis.

O interesse da Numismática para o estudo das ciências

O termo numismática provém de numus ou numisma, que significa em latim “moeda”.

A numismática é uma ciência próxima desta temos o estudo da nota da medalhística e a tesserologia (o estudo das pseudo moedas) que estuda a moeda de todos os povos e de todos os tempos, classificando-as, interpretando-as e descrevendo-as sobre vários aspectos.

A moeda faz parte da história da vida do homem, pois desempenha um papel preponderante nas relações comerciais havendo necessidade de enquadrá-la no meio histórico social e estudá-la como um produto que é do viver dos povos a que pertence.

Na moeda está plasmada a importância para o estudo de todas as ciências históricas, artes, na iconografia na epigrafia da história da arte, da epigrafia, da heráldica da geografia aspectos cronológicos, nas situações políticas, económicas e financeiras, por exemplo, quando nos detectamos em qualquer período de governação cunhagem de moedas de menor valor facial ou a oscilação do reflexo das ligas metálicas aplicadas, ou seja, refletem períodos de florescimento, abundância ou escassez.

Por norma, no reverso das moedas comemoram-se feitos, iconografia e acontecimentos nacionais, por isso as moedas são monumentos para a documentação da época, por forma uma forma memorável da vida política dos antigos povos.

A mitologia e a numismática estão, intimamente ligada. No museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros, coronel Albino Pereira Lopo, está em exposição uma moeda romana na qual está inscrita a lenda da criação de Roma por Rómulo e Remo.

Sendo também importante para a arqueologia. Não é, todavia, por vezes, muito fiável para a cronologia de determinado sítio arqueológico, pois tem que se levar em conta o entesouramento.

Exemplo de moedas cunhadas antes do início do reinado de D. Afonso Henriques

Inventário: 614

Designação: Réplica de Moeda do **Rei Celta Brennvs** da tribo Sênones.

Cronologia: Século IV a.C. (dificilmente poderá ter chegado ao século XII, mas temos que aceitar algum fenómeno de entesouramento – temos por exemplo a recolha de uma moeda Visigótica de Egica-Vitiza (ano 700) no povoado medieval (Século XIV) de Comunhas/Macedo de Cavaleiros.

Nota histórica: Após a tomada de Roma os romanos concordaram em pagar um resgate para libertar a cidade. De acordo com o "conto", durante uma discussão sobre o peso do ouro usado no resgate, Breno atirou sua pesada espada de ferro para a balança e pronunciou a célebre frase: "Vae victis", que significa: "aí dos vencidos".

Moedas cunhadas no reinado de D. Afonso Henriques (1109-1185)

Inventário nº 604

Dizeres da Moeda

Anverso: ALFONSVS; No centro temos uma estrela de cinco pontas formando um pentagrama, associado ao satanismo. O pentagrama visto ao contrário com duas pontas para cima (o pentagrama invertido), é uma clássica representação a **Baphomet**, divindade pagã também associada ao ocultismo e satanismo.

Por estas razões estamos do lado da apreciação que o Museu da Moeda do Banco de Portugal faz sobre esta moeda. Isto é, o nosso primeiro rei nunca iria adoptar esta imagem numa numisma, pensamos nós sem nenhum fundamento.

Verso: REX POR. Cruz latina entre o alfa e o ómega, pensamos nós.

Anverso

Verso

Nota: Cópia de Dinheiro em bolhão de D. Afonso Henriques. Primeira moeda portuguesa a ser cunhada? O Museu da Moeda do Banco de Portugal tem dúvidas se esta moeda chegou a circular no Condado Portucalense.

Inventário nº 617

Designação: Réplica da moeda Mealha de D. Sancho I. Valor metade do dinheiro em bolhão. Redondo irregular, técnica martelagem.

Legenda da Moeda

Anverso: Escrito em Latim; Legenda: REX SANCIO.

Reverso: Legenda; PORTVGAL; Variantes: PORTVGALI; PORTVGALENS.

Inventário nº 613

Designação: Dinheiro Sancho II.

Material: Bolhão, (liga de cobre e prata).

Legenda da Moeda

Anverso: REX SANCII, quatro escudetes.

Reverso: PO-RT-VG-AL, cruz cortando a legenda que é orlada de pontos pela parte interna.

Inventário nº 608

Designação: Dinheiro em Bolhão de Sancho I.

Material: Bolhão, (liga de cobre e prata).

Legenda da Moeda

Anverso: REX SANCIS; Escudo com quatro pontos.

Reverso: PORTVGAL. Cruz floreada, cortando a legenda, cantonada por duas estrelas e dois pontos; na orla notam-se vestígios de grenétis.

Moedas cunhadas no reinado de Afonso II (1185-1211)

Inventário nº 605

Designação: Morabitino Afonso II

Legendas

O Anverso, mostra a imagem do rei montado num cavalo preparado para a guerra, trazendo uma coroa na cabeça e segurando uma espada longa na mão direita.

***Legenda*:** Refere a fórmula na qual se invoca a Santíssima Trindade "EM NOME DO PAI DO FILHO E DO ESPÍRITO SANTO

O Verso deste morabitino mostra um escudo formado por cinco escudetes carregados com quatro besantes em aspa. Estes escudetes surgem cantonados por quatro motivos iconográficos: uma cruz de braços equilaterais, (cruz Pátea da Ordem dos Templários e três estrelas de sete pontas. Com os seguintes dizeres em legenda:

DOMINI ALFONSI / + REGIS PORTVGALENSIVM ("Moeda do senhor Afonso / + rei dos portugueses")

Anverso

Verso

Moedas cunhadas no reinado de D. Sancho II (1223-1248)

Inventário nº 613

Designação: Numisma: Dinheiro em Bolhão. Sancho II.

Material: Bolhão (liga de cobre e prata).

Legenda da Moeda

Anverso: Portvgal; cruz cortando a legenda e orlada de pontos.

Verso: REX SANCII; Quatro escudetes.

Anverso

Verso

Moedas cunhadas no reinado de D. Afonso III (1248-1279)

Inventário nº 616

Designação: Dinheiro em Bolhão.

Material: Bolhão (liga de cobre e prata).

Legenda da Moeda

Anverso: ALFONSO RX – Cruz equilateral, (Cruz Pátea – Templária) cantonada por duas estrelas e dois crescentes, dentro de um círculo de pontos.

Verso: PO-TU-VG-AL, Quinas cortando a legenda, nos cinco escudetes com cinco pontos.

Anverso

Verso

Moedas cunhadas no reinado de D. Dinis (1279-1325)

Inventário: 621

Designação: Dinheiro em Bolhão.

Material: Bolhão (liga de cobre e prata).

Legenda da Moeda

Anverso: D. Rex Portvgl (D. Dinis), e cruz, cantonada por duas estrelas e dois crescentes.

Verso: AL-GA-RB-II; Quinas cortando a legenda, contendo cada uma cinco pontos (escudetes).

Anverso

Verso

Duas moedas muçulmanas recuperadas no campo onde se travou a Batalha de Ourique 1139

Inventário nº 600 e 601

Designação: Moeda muçulmana encontrada no campo onde se travou a batalha de Ourique – Alentejo.

Cronologia: 1106-1143.

Nota histórica: Dinar em ouro que foi cunhado durante o império Almorávida, quando reinava o Califa Ali Ibne Iúçufe.

Provável Paralelo
Califado de Córdoba Hisam II. Dirham

Inventário nº 601

Designação: Moeda muçulmana encontrada no Campo onde se travou a batalha de Ourique – Alentejo.

Cronologia: 1106-1143.

Nota histórica: Dinar de ouro que foi cunhado durante o império Almorávida, quando reinava o Califa Ali Ibne Iúçufe.

Tecidos Medievais

Os Tecidos e Roupas Medievais

Síntese Histórica

Era a moda, as tradições culturais e os materiais disponíveis que definiam o uso das vestimentas medievais, como hoje.

Quando nos interrogamos o que vestiriam o homem ou a mulher, temos de pensar... era Nobre? Camponês? Comerciante? Clérigo? onde morava? a que propósito vestia num determinado momento esse conjunto de roupa?

Claro que muitos tecidos sintéticos e mistos que hoje se usam não existiam na idade média. Existia a lã pesada, estopa e peles de animais que variavam muito em qualidade, claro que quanto mais fino o tecido fosse, mais macio e mais caro seria.

Era raro e caro o tafetá, o veludo o damasco e também a seda, o algodão e linho. Poucos destes artigos, para além de serem caríssimos, chegavam a Portugal, na época em questão séculos XII/XIV.

O mais usual na Idade média era a lã tricotada, mas, provavelmente, que também fosse tecida. O linho tão comum como a lã, feito da planta do linho estava teoricamente disponível para todas as classes, aliás seriam as classes mais baixas a fabricá-lo. Temos no nosso museu de arqueologia a existência de peças de tear provenientes de arquiossitios de cronologia romana.

A seda era sem dúvida o luxo e por isso cara, usada somente pelas classes mais abastadas.

O cânhamo menos caro que o linho, também foi usado para criar tecidos para serem usados no dia a dia, mormente usado em aventais e roupas íntimas, para além de cordas.

O couro, já existente em tempos pré-históricos perdurou pelos tempos, era usado para a confecção de sapatos, cintos, armaduras, equipamentos para cavalos e grande variedade de utensílios de uso doméstico, tingido ou pintado era trabalhado para várias formas de ornamentação.

Por fim as peles eram usadas para luvas e roupas exteriores, usando-se peles de vários animais: castores, raposa, arminho, marta etc.

Durante a idade média as roupas íntimas usadas por homens e mulheres consistiam mormente numa camisa ou túnica, meias e algum tipo de cueca ou calções nos homens. Não há evidência que as mulheres usassem calcinhas regularmente o que não é surpreendente, as mulheres podem ter usado cuecas, dependendo da sua posição social e da natureza das suas roupas que usavam e das suas preferências.

Dá-se conta do uso de chapéus de palha de abas largas, bonés e coberturas de cabeça, toucas de linho ou cânhamo amarradas sob o queixo como um gorro, as mulheres usavam véus e toucas.

As iconografias mostram-nos pessoas na cama com trajes diferentes, algumas estão nuas, mas muitos usavam vestidos ou camisas simples, provavelmente as mesmas peças que usavam durante o dia, dependendo da sua classe social.

A roupa era uma maneira rápida e fácil de identificar imediatamente o estatuto social de muitas pessoas. O monge com a sua batina, o servo com o seu libré, o camponês com a sua túnica simples, distinguiam-se facilmente do cavaleiro equipado com a sua armadura ou com a dama envergando o seu belo vestido. As leis Suntuárias definiam o que podia ser usado por cada camada social. O "Cânone 68" do quarto concilio de Latrão, em 1215, estipulou que os judeus e os muçulmanos deveriam usar vestuário distintivo; evitar o contato sexual entre as populações, foi a razão dada. Um dos objectivos da lei suntuária saída do concilio de Latrão era tornar os judeus e outras populações de não-cristãos identificáveis pelo uso da estrela amarela ou do chapéu judeu cônico, tendo este último sido inicialmente uma forma voluntária de distintivo importado do mundo islâmico.

Há muito poucas peças de vestuário medieval, somente aquelas que foram encontradas em túmulos jacentes normalmente em mau estado, mas que nos permite caracterizar. É sobretudo pela iconografia, pelas pinturas, também, por exemplo, na tapeçaria de Bayeux etc. que se retratam os trajes medievais. Infelizmente a investigação sobre esta temática – o vestuário em tempos medievais, mormente entre os séculos XII e XIV, o período que nos interessa ainda está na sua meninice.

Apresentamos nesta unidade museológica alguns fragmentos de estopa e linho como também um raro fragmento de paramento eclesiástico, exumado aquando da abertura do túmulo de um arcebispo de Braga que viveu no final do século XII e início do século XIII.

Inventário nº 700

Designação: Fragmento de tecido não identificado.

Material: Provavelmente Linho ou Cânhamo.

Inventário nº 701

Designação: Fragmento de tecido medieval.

Material: Provavelmente Linho ou Cânhamo.

Inventário nº 702

Designação: Fragmento de tecido medieval.

Material: Provavelmente em estopa.

Inventário nº 704

Designação: Tecido medieval.

Material: Cânhamo, estopa ou cânhamo.

Inventário nº 703

Designação: Fragmento têxtil medieval; Fragmento de estola de alfaia de bispo, séculos XII/XIII de Braga. Retirado após a abertura do tumulo jacente, a 24 de setembro de 1992, de D. Gonçalo Pereira 1280/1348, (Pai de Álvaro Gonçalves Pereira, Avô de Nuno Álvares Pereira), oferta da Doutora Teresa Alarcão.

Material: Tecido de veludo em vários tons verdes, bordado a fio de ouro e prata.

Síntese histórica: Estola é uma longa tira de tecido geralmente seda ou com trama dourada ou prateada, com forro com cerca de 15 a 25 cm de largura que pende do pescoço com cerca de 2,5 m de comprimento. Estola Pastoral normalmente usada pelo Papa, cardeais, Bispos, na pregação e administração dos sacramentos. É geralmente mais ornamentada que a estola comum.

in, Thesaurus, vocabulário de objectos do culto católico, p.157, Fundação da Casa de Bragança, 2004

Túmulo com jacente do arcebispo dom Gonçalo Pereira.
Na capela da glória da Sé de Braga. (escultor Lisboeta Telo García)
Notando-se as fracturas verificadas na tampa, provavelmente aquando da sua abertura
fotografia de José custódio vieira da silva - Instituto de História da Arte FCSH-UNL

Inventário nº 705

Designação: Tecido medieval. Provável véu de ombros dos catecúmenos.

Síntese histórica: Véu de ombros usado nas catedrais pelos diáconos ou subdiáconos para transportar a reserva dos Santos Óleos dos Catecúmenos nas cerimónias de Quinta-feira Santa. Normalmente fabricado em linho, seda ou cânhamo, em várias cores e sem grande ornamentação.

Três Véus de ombro para Óleo dos Catecúmenos, usados nas catedrais pelos diáconos ou subdiáconos para transportar a reserva de óleos dos Catecúmenos nas cerimónias da Quinta-feira Santa.
– Exemplos da Catedral de Sant'Ágata. *In*; Thesaurus, vocabulário de objectos do culto Católico, p.160.

Inventário nº 706

Designação: tecido medieval. Provável véu de ombros dos catecúmenos.

Síntese histórica: Véu de ombros usado nas catedrais pelos diáconos ou subdiáconos para transportar a reserva dos Santos Óleos dos Catecúmenos nas cerimónias de Quinta-feira Santa. Normalmente fabricado em linho, seda ou cânhamo, em várias cores e sem grande ornamentação.

Inventário nº 707

Designação: Véu de Cálice, com cruz Pátea.

Cronologia: Réplica contemporânea.

Material: Poliéster.

Medidas: 50 cm x 50 cm.

Proveniência: Polónia.

Síntese histórica: Véu de Cálice constitui-se de objeto litúrgico utilizado na Igreja Católica para cobrir o cálice e a patena. O véu de cálice tem um propósito sagrado, é um sinal de respeito e reverência ao mistério da Eucaristia. o véu envia--nos para o Santo dos Santos, a parte mais sagrada do templo no Antigo Testamento, onde somente o Sumo Sacerdote poderia entrar e que era separado por um véu. Os véus são frequentemente ornamentados com símbolos cristãos, como cruzes. Esta é uma cruz Pátea, associada à Ordem dos Templários.

A Forja Medieval

A Forja Medieval

Síntese da História

O termo forja provém do francês antigo “Forge” que nos indica o local onde se trabalha o metal, mormente o ferro, também provém do Latim “Faverge” que provém de “fábrica”, que nos pode sugerir oficina – ofício ou arte.

Os fornos para aquecer o ferro para se poder moldar eram alimentados com lenha, que não atingiam tão altas temperaturas como o carvão (vegetal ou mineral), substancialmente mais caros na época que a lenha.

Para se ativar o material combustível utilizava-se um insuflador, normalmente denominado por fole, que podia ser manual ou em tamanho maior que funcionava pendurado.

Na idade média havia três profissões que utilizavam a Forja; O Alfageme, O Ferreiro e o Ferrador, cada um com a sua panóplia de utensílios, que apresentamos nesta unidade museológica na sua quase totalidade.

No processo de forjamento por aquecimento, tal com processado na Idade média, o metal era aquecido, martelado e trabalhado sobre uma bigorna.

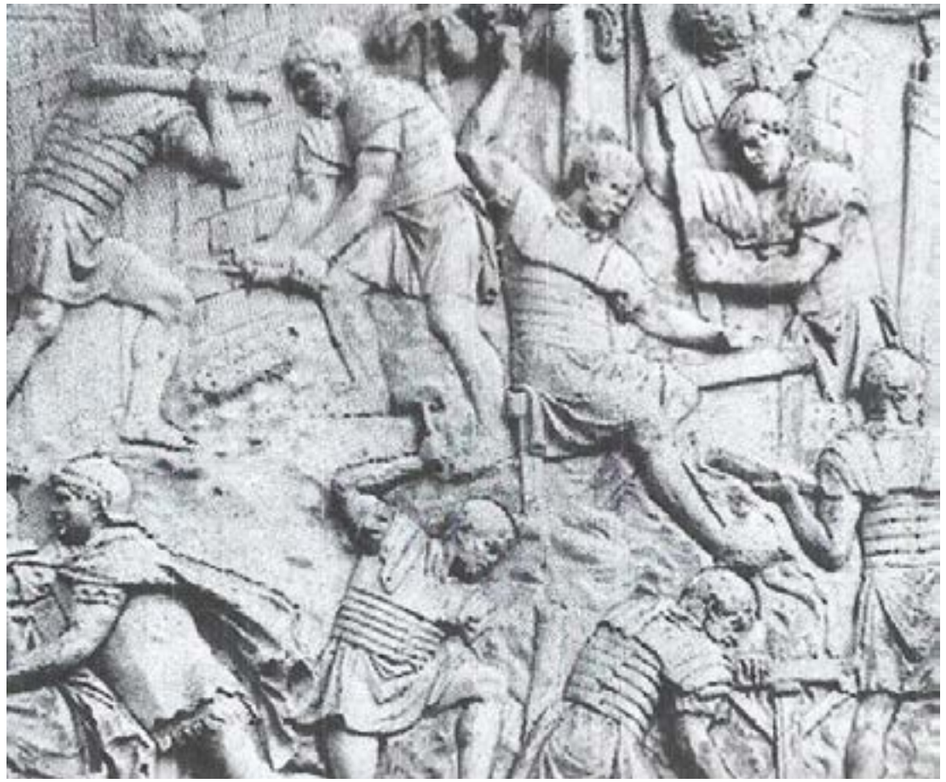
Quem não ouviu já falar no Alfageme de Santarém aquele que recuperou a espada de D. Nuno Álvares Pereira, antes da Batalha de Aljubarrota, portanto o Alfageme tinha como ofício (arte) recuperar o equipamento bélico portátil, como as espadas.

O ferreiro era o fabricante de vários utensílios tanto de alfaias agrícolas, como foices, machados, alabardas etc., como o mais diverso armamento militar: espadas, lanças, escamas de armaduras etc.

O Ferrador, ocupava-se da produção de ferraduras para calçar os animais que dela necessitavam. Eram de facto as três “artes” mais importantes da idade média.

Pretendemos com o diorama apresentado neste museu reabilitar estas três profissões tão importantes no dia a dia da época em análise.

Vários figurantes de profissões diversas, esculpidas na Coluna do Imperador Romano Marco Úlpio Nerva Trajano, (98/117 d.C.) em Roma.



Pormenor: Dois Alfagemes, a malhar (puxar) ferro numa base de ferro (Bigorna)

Inventário nº 033

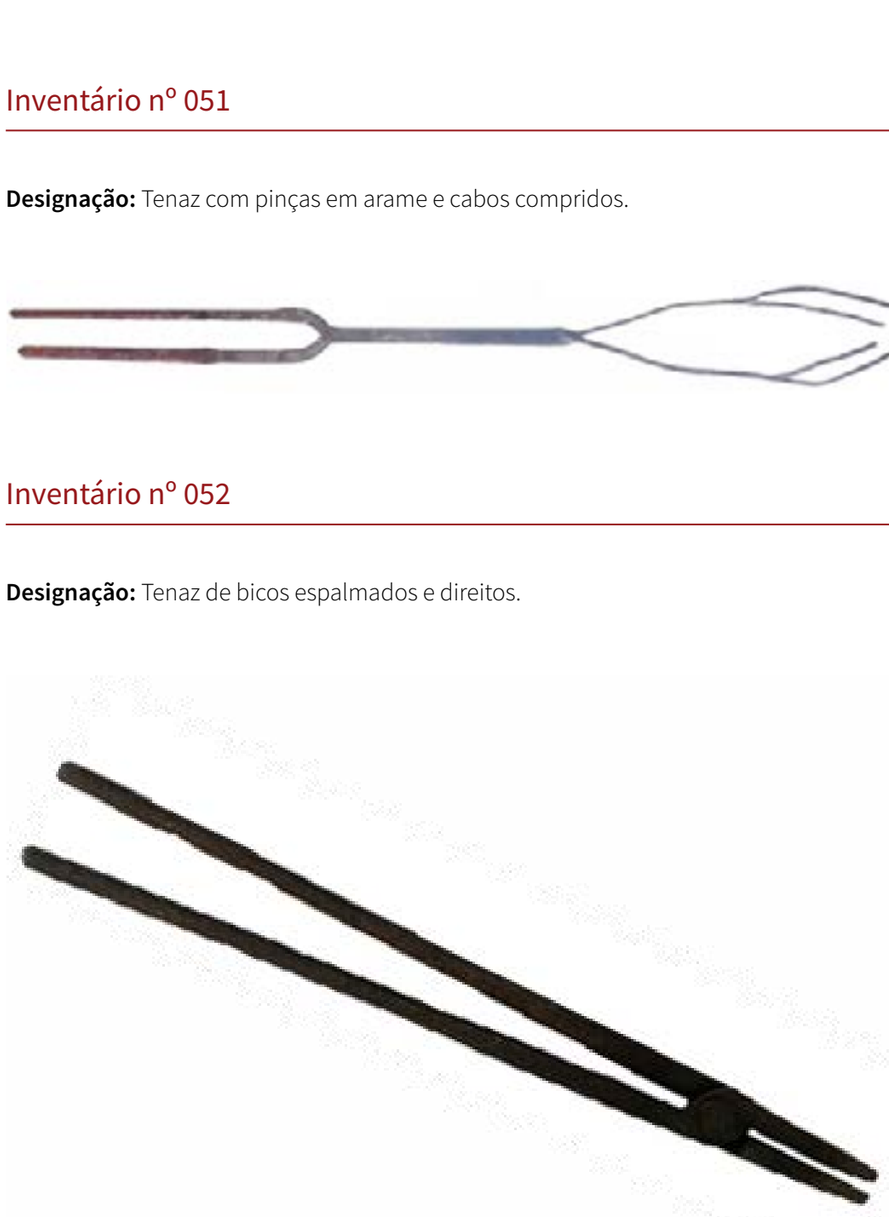
Designação: Alicate em ferro com bicos planos.

Inventário nº 051

Designação: Tenaz com pinças em arame e cabos compridos.

Inventário nº 052

Designação: Tenaz de bicos espalmados e direitos.



Inventário nº 053

Designação: Tenaz de bicos ligeiramente curvos e cabos redondos e achatados.

Inventário nº 054

Designação: Tenaz de pontas circulares e pegas em bolacha direita.

Inventário nº 055

Designação: Tenaz de pontas ligeiramente curvas e bicos em pá.

Inventário nº 129 a 141 e 056

Designação: Peças de ferreiro para vazar os buracos das ferraduras e vazador cónico.

Inventário nº 034

Designação: Avental de ferreiro.

Inventário nº 035

Designação: Bigorna pequena, com cruz templária?

Inventário nº 036

Designação: Bigorna pequena com base ligeiramente redonda.

Inventário nº 037

Designação: Bigorna com haste de encaixe em cepos de madeira base ligeiramente redonda e com buracos redondos para fazer vazamento de peças.

Inventário nº 049

Designação: Pequena Bigorna com base plana e bico plano e outro bico curto e cortado a direito.

Síntese história: As primeiras bigornas de que se tem notícia eram feitas de pedra e surgiram ainda na pré-história. As bigornas constituídas por metais surgiram, muito provavelmente, no Egipto entre 8.000 a.C e 1.200 a.C. Foi, provavelmente, na Idade Média que esse instrumento teve a sua maior importância na construção de armaduras e armas.

Inventário nº 046

Designação: Martelo de dois bicos em cunha.

Inventário nº 048

Designação: Martelo sem cabo com batente só de um lado com base redonda e achatada.

Inventário nº 050

Designação: Pua de rosca para madeira com cabo em madeira.

Síntese história: O ferro de pua (ou de furar) é uma antiga ferramenta manual utilizada para fazer furos na madeira. Desde 1.500 há notícias de arcos de pua. O ferro de pua é uma ferramenta que se pode considerar "rudimentar", pelo simples motivo de ter sido substituído pelo seu sucessor, a furadeira. Com a invenção da furadeira, o ferro de pua é raramente usado.

Inventário nº 038

Designação: Comparador de corpo ovalizado.

Inventário nº 039

Designação: Comparador/medidor com pontas em bolacha redondas.

Inventário nº 040

Designação: Marreta pequena sem cabo com os duas faces planas.

Inventário nº 041

Designação: Martelo com batente de base direita e a tardoz com batente ligeiramente arredondada.

Inventário nº 042

Designação: Martelo com batente de base direita e a tardoz em cunha comprida.

Inventário nº 043

Designação: Martelo com base de batente achatada e com tardoz em cunha curta.

Inventário nº 045

Designação: Martelo de tardoz em bola e batente ligeiramente curva.

Inventário nº 044

Designação: Martelo sem cabo de batente direita e curta com batente tardoz em bico e comprida.

Inventário nº 047

Designação: Martelo sem cabo com base de bater plana e bico tardoz comprido.

Inventário nº 046

Designação: Martelo dos dois terminais em cunha.

Inventário nº 048

Designação: Martelo sem cabo com batente só de um lado com base redonda e achatada.

Elementos Inocográficos e Estatuária diversa

Inventário nº 089

Designação: Fragmento desconhecido com inscrições n/e.

Material: Ferro.

Inventário nº 007

Designação: Cavaleiro muçulmano.

Cronologia: XII/XIII.

Matéria-prima: Ferro?

Síntese histórica: Estatueta de cavaleiro início século XII/XIII (Provável peça de jogo de xadrez).

Inventário nº 917

Designação: Imagética de figura de um cavaleiro e montada, em pedra; Peça de jogo do Xadrez.

Síntese histórica: O Jogo de Xadrez era um jogo destinado aos membros mais importantes da sociedade. Este jogo foi proveniente da Índia e introduzido na Europa no início da Idade Média.

Muitas peças de xadrez tinham formas abstratas porque o islão não aprova imagens tridimensionais, contudo várias peças sobreviveram, nomeadamente cavaleiros.

Inventário nº 539

Designação: Mão (luva) em bronze.

Cronologia: Desconhecida.

Inventário nº 418

Designação: Imagem Virgem Maria a chorar.

Cronologia: Séculos XII/XIV.

Material: Calcário.

Inventário nº 015

Designação: Fragmento de parte de armadura, com cruz Templária a ouro.

Material: Ferro.

Inventário nº 419

Designação: Medalhão/Camafeu/ou Anel.

Cronologia: Desconhecida, provavelmente medieval.

Materiais: Desconhece-se a gema desta peça. Todavia as pedras duras mais usadas no fabrico de anéis, medalhões ou camafeus eram: Cornalina, Sarda, Plasma, Calcedónia, Cristal de Rocha, Ametista, Girassol, Citrino, Ágata, Ónix, Sardónica, Nicola, Jaspe, Lápis-lazúli, Esmeralda, Hematita, Malaquita. De todas estas, a pedra mais usada foi, segundo se julga, a cornalina. *In*, Caderno Terras Quentes, nº 14.

Inventário nº 420

Designação: Medalhão/Camafeu/ou Anel.

Cronologia: Desconhecida, provavelmente medieval.

Materiais: Desconhece-se a gema desta peça. Todavia as pedras duras mais usadas no fabrico de anéis, medalhões ou camafeus eram a Cornalina, Sarda, Plasma, Calcedónia, Cristal de Rocha, Ametista, Girassol, Citrino, Ágata, Ónix, Sardónica, Nicola, Jaspe, Lápis-lazúli, Esmeralda, Hematita, Malaquita. De todas estas, a pedra mais usada foi, segundo se julga, a cornalina. In, Caderno TQ 14.

Inventário nº 544

Designação: Medalhão/Camafeu/ou Anel.

Cronologia: Desconhecida, provavelmente medieval.

Materiais: Desconhece-se a gema desta peça. Todavia as pedras duras mais usadas no fabrico de anéis, medalhões ou camafeus eram a Cornalina, Sarda, Plasma, Calcedónia, Cristal de Rocha, Ametista, Girassol, Citrino, Ágata, Ónix, Sardónica, Nicola, Jaspe, Lápis-lazúli, Esmeralda, Hematita, Malaquita. De todas estas, a pedra mais usada foi, segundo se julga, a cornalina. In, Caderno TQ 14.

Inventário nº 113; 114; 149; 152; 153; 154; 155, 156, 157 e 159

Designação: Pregos Medievais.

Material: Ferro.

O segundo sino mais antigo em Portugal

Inventário nº 921

Designação: Sino Stª Casa da Misericórdia da Azinhaga/Golegã – Sino do Século XIII. Contém a seguinte Inscrição: MENTE: SATA: SPOTANTA: HONORE: DEO: ETPARTE: LIBERACINEM: MCCCXXVIII. (1328/1290).

Tradução Livre: *Troçando da mente de satanás /honrando Deus para a libertação.*

Propriedade: Santa Casa da Misericórdia da Freguesia da Azinhaga/Golegã.

Nota Histórica: Estamos na presença do **segundo** sino mais antigo em Portugal, sendo que, em primeiro lugar, está o sino (supostamente, pois foi encontrado soterrado) da Igreja de S. Pedro de Coruche; datado de 1287, em terceiro lugar datado de 1292, está o sino do Convento de Almoster e em quarto lugar o sino da Igreja de Santa Cruz de Coimbra datado de 1294. A caligrafia utilizada no primeiro e no segundo sino (Coruche e Azinhaga) são iguais, sendo que o sino da Azinhaga se apresenta muito bem preservado, como se pode ver na imagem.

in, História da fundição de sinos em Portugal; p70; Sebastian, Luís; 2008

Sino completo da Azinhaga

Pormenor das letras do sino da Azinhaga

Sino de Coruche, letras muito desgastada

Inventário nº 916

Designação: Nossa Senhora Branca.

Cronologia: Finais séculos XII/XIII.

Proveniência: Imaginária de Nossa Senhora Branca proveniente do Castelo Templário di Pavone, Itália.

Matéria-prima: Pedra Calcária.

Síntese histórica: Foi o Concilio de Éfeso em 431 que se deu o impulso decisivo ao culto de Maria, Mãe de Deus. Depressa apareceu na liturgia Romana a primeira festa Mariana que se celebra a 1 de Janeiro (maternidade divina), para além desta data celebra-se, a 8 de Dezembro, a imaculada (desde o século XI). É nesta data que o Rei D. João IV, após a restauração em 1640 coroa-a como Rainha de Portugal, e a Assunção, a 15 de agosto. Mas a Virgem Maria e celebrada em, talvez milhares de locais sagrados, por exemplo Nossa Senhora de Fátima. Isto é, as invocações marianas variam, segundo os locais, a piedade popular ou os dogmas que nos revelam o Seu mistério e, por isso, assumem uma importância de máximo valor..., mas a Senhora é sempre a mesma. A imagem aqui apresentada que se encontrava no Castelo Templário de Pavone localizado em Pavone Canavese, na região de Piemonte, Itália. A Imagem foi doada mais tarde, ao Castelo da Cardiga (único castelo templário privado templários em Portugal). A Imagem que era conhecida em Itália com Virgem Maria Branca, mais tarde ficou também conhecida por Virgem Maria a Branca, por fim, ficou também conhecida por Virgem Maria das Neves. Estamos em crer que os Templários eram Marianos.

Inventário nº 542

Designação: Estatueta de cavaleiro. Provável peça de jogo de Xadrez.

Material: Pedra n/e.

Inventário nº 909

Designação: Imagética de figuração humana, Muçulmana.

Material: Metal não identificado.

Nota Histórica: Estatueta originária de Khirbat Al Mafjar, representa um guarda equipado com malha de ferro. O Palácio de Hisham, também conhecido como Khirbat al--Mafjar, é um importante sítio arqueológico islâmico na cidade palestina de Jericó, na Cisjordânia. Construído durante a dinastia omíada.

Inventário nº 907

Designação: Imagética de figura de um cavaleiro e montada, Provável peça de jogo de Xadrez.

Material: Em pedra/metal não identificado.

Inventário nº 910

Designação: Anel Omani – Al Shadad – Anel de Archeiro?

Material: Ferro.

Inventário nº 911

Designação: Paliya ou Khambhi (Pedra tumular de Gujarate).

O Paliya ou Khambhi é um tipo de memorial encontrado no oeste da Índia, especialmente nas regiões de Saurashtra e Kutch do estado indiano de Gujarat. Estes memoriais comemoram principalmente a morte de uma pessoa. São dedicados aos guerreiros se enquadram no termo pedra de herói.

Síntese Histórica: Gujarat tem registos arqueológicos desde o Paleolítico superior, passando por registos calcolíticos da Idade do Bronze, sofrendo influência da sua situação geográfica costeira, servindo como portos e centros comerciais nos impérios Nabda, Maurya, Satavhana e Gupta, bem como no período de Kshatrapas Ocidentais.

(S.A.I. Tirmizi), diz na sua obra que antes de 1300. Os muçulmanos tinham relativa influência em Gujarat, com visitas "pouco amistosas" de ordens cristãs ocidentais, devido à sua localização geoestratégica e à presença muçulmana.

Inventário nº 912 a 914

912 – **Designação:** Peça de suspensão de adaga muçulmana.

913 – **Designação:** Suspensão de punhal muçulmano.

914 – **Designação:** Peça não identificada.

Inventário nº 540

Designação; Fragmento de oliveira vermelha, trazida do monte das Oliveiras situado na parte Oeste de Jerusalém.

Síntese histórica: "Então Jesus enviou dois dos seus discípulos, dizendo-lhes: 'Ide a essa aldeia que está defronte de vós e logo achareis presa uma jumenta e um jumentinho com ela numa oliveira: desprendei-os, trazei-mos."

Mateus 21:1-3 …

"No dia seguinte, a grande multidão que viera para a festa, sabendo que Jesus vinha a Jerusalém, tomou os ramos de palmeira e saiu ao seu encontro, clamando: 'Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor e o rei de Israel.' Jesus, encontrando um jumentinho, montou nele…"

João 12:12-15) …

In, http://sergiomotta.com.br/o-monte-das-oliveiras-e-uma-colina-na-parte-oeste-de-jerusalem/

Monte das Oliveiras, à porta de Jerusalém, Hoje. *Wikipédia*

Inventário nº 425

Designação: Estatueta de cavalo.

Material: Terracota.

Cronologia: Idade Média? (atribuição pelo contexto onde foi recuperada).

Nota Histórica: Desde a Antiguidade remota que se encontram figuras tridimensionais, em cavalos e outros, animais. Por exemplo o Cavalo de Vogeiherd em marfim, que está datado de 13.000 a.C. Encontramos similares destas duas figuras que apresentamos na China datada do 1º Milénio a.C.

O cavalo de Vogeiherd datado 18.000BP

In, http://.pt.dreamstime:
cavalo, Chinesa final 1º milénio a.c.

Inventário nº 426

Designação: Estatueta de cavalo.

Material: Terracota.

Cronologia: Idade Média? (pelo contexto onde apareceu).

Inventário nº 442

Designação: Cadinho de ourives, Islâmico.

Cronologia: Século IX meados século XII (Paralelo ao de Mértola).

Síntese Histórica: Modelo igual ao existente no museu de Mértola, modelo de origem islâmica. Tem forma semi-ovóide, bico vertedor e base arredondada – Provavelmente utilizado para a fundição de prata – Ver catálogo de exposição, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2011, p.70.

Cadinho, Inv. nº 440

Cadinho de Mértola

Inventário nº 402

Designação: Taça de Alabastro Muçulmana.

Cronologia: Séculos XII/XV.

Matéria-prima: Alabastro.

Pinturas de parede
Artista:
Talentino de Lagos

Pinturas na parede direita da sala principal

Inventário nº 1000

Designação: Pintura conjectural de Fernando Mendes II – (Bragação) “o Bravo”.

Produção: Tolentino Abegoaria (Lagos).

Síntese histórica: Fernando Mendes II “O Bravo” também conhecido pelo Bragação, era casado com a irmã do nosso primeiro Rei D. Afonso Henriques. opção, que decerto foi-o acalentada por este. Pois, resultou que quase metade do território, que é hoje português, acima do Douro, acrescido duma fatia da Beira Alta mais oriental, passou, nessa altura, para a obediência ao infante, futuro 1º rei de Portugal, juntando-se ao primitivo condado Portucalense. Ao chefe desta linhagem,(Bragançãos) em Portugal, cabia, por via de regra, a tenência de Bragança. Entenda-se: não da atual cidade, mas sim das *terras* de Bragança, ou seja, *grosso modo*, o nordeste transmontano e assim foi-o até morrer. Os Nordestinos e os Monges-Militares da Ordem dos Templários estiveram no nascimento da “Nação Portuguesa” e com eles a “Nação” deu os seus primeiros passos, digamos, o seu primeiro século de existência. Entregou à Ordem dos Templários vários castelos, a sua influência ia até ao castelo de Marialva.

Sem o pundonor desta linhagem que soube resistir aos avanços do reino de Leão, de Castela e dos Muçulmanos, estando sempre ao lado do nosso primeiro Rei, quando era necessário, tanto na defesa do Nordeste como em S. Mamede mo grande fossado de Ourique e na tomada de Santarém e Lisboa, dificilmente se conseguiria o alargamento do território nacional. De facto, “Portugal” durante esse período estava geograficamente estava consolidado numa linha de defesa, do Douro para cima, o sul andava aos solavancos para baixo e para cima tendo mundificado o seu território em 1249.

Inventário nº 1001

Designação: Pintura conjectural de Cavaleiro século XIII, devidamente equipado.

Produção: Tolentino Abegoaria (Lagos).

Síntese histórica: Clero, Nobreza e Povo – Ou seja; "Os Oratóris, os Milites e os Laboratori" – eram as três estruturas estanques que nos séculos do início da nacionalidade eram consideradas e respeitadas. O estado da vida religiosa, opunha-se por natureza, à profissão das armas. Por isso, era totalmente impensável a ideia de criar um exército de monges, ou seja, um convento de soldados. Simplesmente porque eram posições incompatíveis, unir num só "estado" cavaleiros, guerreiros e monges parecia uma inovação absurda. Mas aconteceu... E assim nasceu a Ordem dos Templários, a Ordem dos Hospitalários e muitas outras.

Verifica-se uma mudança de paradigma – "A guerra seja alheada da vida do homem, mas que surge agora subordinada ao serviço de Deus, numa luta continuada contra o mal". A guerra continua presente como via de obter a paz e quando assim é, a guerra está plenamente justificada e é justa. – Era o pensamento da época.

Inventário nº 1002

Designação: Pintura conjectural de Cavaleiro Cristão/Muçulmano Abu-I-Qasim Ahmad ibn-al- Husayn **Ibn Qasi.**

Produção: Tolentino Abegoaria (Lagos).

Síntese histórica: Ibn Qasi era um líder "Sufi" (O sufismo é uma filosofia de autoconhecimento e contato com o divino que agrega pensamento das duas maiores correntes, mesmo hoje, do Islão Sunita e do Islão Xiita. IBN QASI foi aliado de Afonso Henriques, governou Mértola e Silves. Terá mesmo nascido em Silves em ano que não se precisa no século XII no seio de uma família Muladis (Antigos Cristãos) e converteu-se ao Islão após a conquista da Península Ibérica pelas tropas Muçulmanas e Berberes.

É uma figura importante em termos religiosos, um profecta que pretendia uma segunda via cristã. Conquista Mértola em 14 de agosto de 1144, obtendo o domínio de Beja e Silves. Com avanços e recuos, ora contra Almorávidas, ora contra os Almoadas. Recusa jurar fidelidade ao líder dos Almoadas e procura uma aliança com os cristãos, precisamente com Afonso Henriques que aceita esta aliança enviando-lhe como presente simbólico um cavalo branco, um escudo e uma lança. Por isso, os Almoadas, ... provavelmente liderados por al-Mundhir antigo aliado de Ibn Qasi, terão patrocinado o corte da cabeça de Ibn Qasi exibindo-a, cravada na lança que lhe foi oferecida por Afonso Henriques, acompanhada por gritos "Aqui está Omahdi (a promessa) dos cristãos" corria o verão do ano de 1151. Quem hoje visitar a cidade de Mértola, na sua praça principal, poderá apreciar a bela estátua erguida em honra de "**Ibn Qasi".**

Combatentes séc. XII/XIII

Estátua a Ibn Qasi na cidade de Mértola

Vista global das pinturas

Abu-I-Qasim Ahmad ibn al- Husayn Ibn Qasi

Fernando Mendes “O Bravo”

Bandeiras e Estandartes

Inventário nº 223

Designação: Bandeira Portuguesa. C. 1095 1139/1143.

O escudo do Condado Portucalense na era do conde D. Henriques, teria consistido numa simples cruz azul sobre fundo de prata (idêntico, curiosamente, ao brasão da cidade portuária de Marselha).

Inventário nº 225

Designação: Bandeira 1185 a 1245/1248.

Nota: O sucessor de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, substituiria a cruz azul por cinco quinas da mesma cor. Diz a tradição que, do escudo que D. Afonso Henriques recebera do pai, com uma cruz azul, à qual sobrepusera os besantes, nada mais restava que os pregos que representavam os dinheiros e pequenos pedaços de couro azul que eles pegavam, dando assim a impressão dos cinco escudetes de quinas que ainda hoje a bandeira possui.

Inventário nº 224

Designação: Bandeira 1245-1248 a 1383/1385.

De acordo com as práticas heráldicas da época, por não ser filho primogénito de D. Afonso II, ao herdar o trono de seu pai D. Sancho I por imposição do papa Inocêncio IV, D. Afonso III não poderia usar *armas limpas*, isto é, usar o brasão de seu pai sem introduzir alterações. Pensa-se que a introdução da bordadura vermelha castelada a ouro tivesse a ver com o facto de sua mãe Urraca de Castela, ser castelhana ou, em menor probabilidade, influenciado pelo seu casamento com Beatriz de Castela.

Inventário nº 226

Designação: Bandeira bicolor da ordem dos Templários, por norma utilizada em combate. Provavelmente, a parte branca pertencia às vestes dos Cavaleiros-Monges e o negro aos Sargentos e menos graduados.

Inventário nº 1003

Designação: Planta do Castelo de Balsemão inspirado no castelo de Belvoir (em hebraico: ודריה בבוכ, literalmente; ('Estrela do Jordão'). Situado no norte de Israel, numa colina na extremidade leste do Planalto de Issacar, na extremidade da Baixa Galileia.

Cronologia do Castelo de Balsemão: Ocupação humana do sítio; Idade do ferro à Idade Contemporânea.

Síntese Histórica do Castelo de Balsemão

O Monte do Carrascal Topónimo que corresponde à existência de um Castro) foi alvo de prospecção Arqueológica no ano de 2006 aquando a elaboração da carta arqueológica do concelho de Macedo de Cavaleiros, detetando-se dois elemento arqueológicos de registo.

O povoado fortificado de médias dimensões situado num relevo em esporão sobre um meandro do rio Azibo, do material recolhido e pelas informações da base de dados este arqueossítio ficou classificado cronologicamente na Idade do Ferro.

A Poente deparamos numa grande encosta onde se situava o Castelo de Balsemão. São visíveis em todo o local vestígios das muralhas de xisto que circundavam o povoado, bem como um forte torreão circular. Prováveis ruínas, entretanto, alindadas do perímetro do castelo e Balsemão entregue à Ordem dos Templários em 12 de maio de 1213.

Segundo as informações bibliográficas recolhidas, admite-se que aqui tenha existido uma vila medieval que evoluiu de um assentamento romano, mas que no século XVII encontrava-se já completamente abandonada. No seu cume desde o século XVIII, onde existia uma ermida ocupada pelos "Ermitas Barbadinhos", foi ampliada e construído em 1754 o Convento de Balsemão, pelo seu fundador O Pe. Frei Casimiro de S. José Wyszynski da Ordem dos Marianos da Imaculada Conceição Em obras de reabilitação no pátio interior foram encontradas, peças de cerâmica medievais assim como moedas e outras peças, que se encontram guardadas pelos actuais responsáveis pelo convento.

Método construtivo: (Arquitectura do Castelo de Belvoir): A sua construção demonstra uma natureza complexa da arquitectura militar, pois assemelha-se a um castro romano: O recinto interior era rectangular com torres nos cantos e uma grande portaria no meio da muralha na

parte oeste. Toda a sua planta é concêntrica, provavelmente o primeiro castelo a apresentar este aspecto arquitectónico. É totalmente simétrico com uma muralha exterior rectangular, reforçada em cada canto com torres de defesa/vigia e uma na muralha oeste. As abóbadas no lado interior de ambas as paredes proporcionavam armazenamento e proteção durante bombardeamentos. O castelo estava rodeado por um fosso de 20 metros de largura por 12 metros de profundidade. (*In*, Harvé Barbé).

Ruínas do Castelo de Belvoir, vista lateral

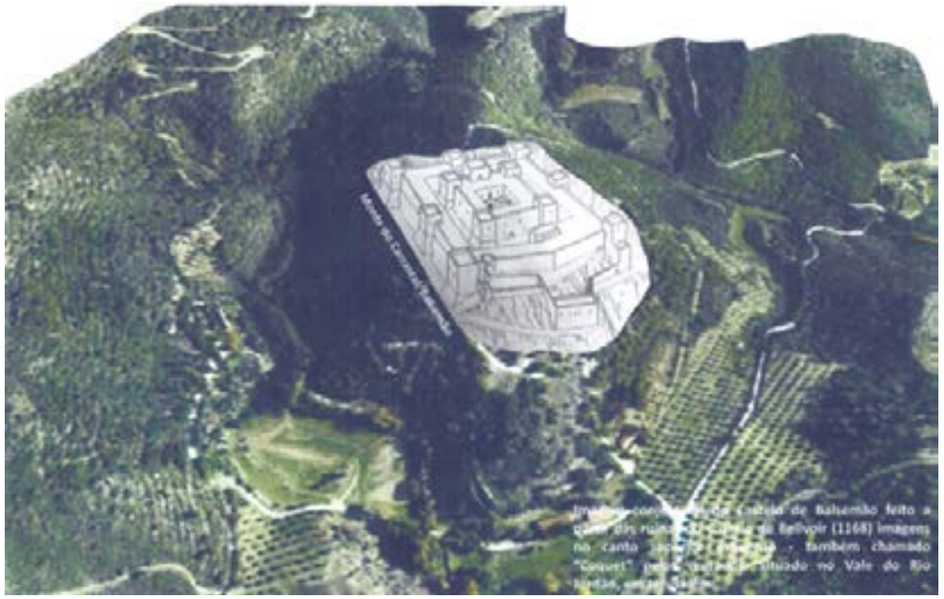


Imagem conjectural do Castelo de Balsemão no monte do Carrascal

FICHA TÉCNICA (Museu Municipal da Ordem dos Templários e da Identidade Nacional)

COMISSÃO DE HONRA
S.A.R. Infante Dom Afonso de Bragança
S.A.R. Dom Miguel de Bragança, 7º Conde de Viseu
Presidente do CIM de Trás-os-Montes
Presidente da CCDR-Norte
Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Desteque, Associação de Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana.
Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes"

COMISSÃO CIENTÍFICA
Prof Doutor Miguel Pereira Coutinho Sanches de Baêna
Mestre Carlos Alberto Santos Mendes

PROPRIETÁRIOS DAS PEÇAS (Exposta e em Reserva)
Associação de Defesa do Património "Terras Quentes"
Carlos Alberto Santos Mendes
Câmara Municipal de Golegã
Manuel Ferraz Vicente Madeira
Miguel Pereira Coutinho Sanches de Baêna
Museu Nacional Abade Baçal (empréstimo peças)
Rui Augusto de Vasconcellos e Souza d'Andrade
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga/C.M. Golegã

EQUIPA TÉCNICA E MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Carlos Alberto Santos Mendes
Carolina Pereira Mendes
Departamento de Carpintaria
Departamento de Electricidade
Departamento de Jardinagem
Departamento de Obras
Dina Abegoaria
Fernando Oliveira dos Santos
Frederico Carlos Reis Morais

José Casinhas
Junta de Freguesia de Vale da Porca
Liliana Rio
Lua Sanches de Baêna
Luis Manuel Mendes
Manuel José Serra Sousa Cardoso
Maria Belmira Cordeiro Mendes
Miguel Sanches de Baêna
Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes
Tolentino Abegoaria

REVISÃO DO TEXTO
Frederico Reis Morais
Luís Manuel Mendes

DESIGN E COMPOSIÇÃOGRÁFICA
Graficifra, Ldª
José Rocha
Carlos Mendes

IMPRESSÃO
Alêtheia Editores

DEPÓSITO LEGAL
Nº 212756/25

1ª EDIÇÃO
Caderno Terras Quentes nº 21

Bibliografia: usada e/ou consultada

AAVV; Lusitânia Romana, Origem de dois Povos, Catálogo, MNA, Lisboa, 2016.

ALMEIDA, Fortunato de; História da Igreja em Portugal, Tomo I, Coimbra, 1910.

ALVES, Francisco Manuel; Memórias Arqueológicas – Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I a Tomo XII, Porto, 1938.

AMARAL, Diogo Freitas do; D. Afonso Henriques, Biografia, Bertrand Editores, 2018.

ARAGÃO, A.C. Teixeira de; Moedas cunhadas em nome dos reis regentes, Tomos I-II-III, Lisboa Imprensa Nacional, 1875; 1877;1880.

AYALA, Juan de Contreras y López de; La Diplomacia en la Independência de Portugal, conferência del curso 1945-1946, Madrid, Imprenta del Ministério de Asuntos Exteriores, 1946, p. 235-246.

BAÊNA, Miguel; Armamento Medieval em Portugal, Proteções de Cabeça, Caderno Terras Quentes, nº 19, p. 139/176, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2023.

BAÊNA, Miguel; Armamento dos Lusitanos nas campanhas de Viriato, Caderno Terras Quentes, nº 9, p. 139/176, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2012.

BAÊNA, Miguel; Armamento ligeiro das legiões Romanas, Caderno Terras Quentes, nº 9, p. 87/119, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2012.

BAÊNA, Miguel; Uma visão sobre o Islamismo na Idade Média, Caderno Terras Quentes, nº 9, p. 111/126, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2012.

BAÊNA, Miguel; Uma visão sobre o Islamismo na Idade Média, Caderno Terras Quentes, nº 12, p. 127/138, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2012.

BAETA, João Manuel de Sousa; "D. João Lourenço, mestre da Ordem de Cavalaria de Cristo e leal servidor do rei D. Dinis: o seu papel na estruturação da nova ordem militar Dionisina", Lisboa, 2011.

BALVZIVS, Stephanvs; *Innocentii III Romani Pontificis*, Tomos Primvs, Parisiis, 1682.

BARBÉ, Harvé; Belvoir através de fontes textuais. Funções de um castelo franco na Terra Santa; (número temático Arquitectura do castelo de Belvoir) *in*, Medievalista nº 33 janeiro/junho 2023, Lisboa.

BARBER, Malcom; Cadernos História 16: Los Templários, Madrid 1996.

BARBOSA, João Morais; Estado e Pranto da Igreja (Status et Planctus Ecclesiae) prefácio Francisco da Gama Caeiro, Vol. I, II e VI, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, 1990 e 1996, Lisboa.

BARRANHÃO, Helena; **TERESO, João**; A Terronha de Pinhovelo na *civitas zoelarum* primeira síntese: Caderno Terras Quentes, nº 3, A. Terras Quentes, p. 7/26, Macedo de Cavaleiros, 2006.

BARROCA, Mário Jorge; Do Castelo da reconquista ao Castelo Românico (Séculos IX a XII), Portugália nova série Vol. ZI_XII, 1990/91.

BARROCA, Mário Jorge; Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, s/d.

BARROS, Henrique Gama; História da Administração Publica em Portugal nos séculos XIII a XV, Tomo III, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1914.

BEKER, James; O Tesouro Secreto dos Templários, Clube do Autor, Lisboa, 2020.

BORDONOVE, George;La vida cotidiana de los Templários el siglo XIII, Ediciones Temas de Hoy, Madrid, 1989.

BRANDÃO, D. Frei António; Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II, Livraria Civilização, Porto, 1945.

BURGTORF, Jochen; **Crawford, Paul F, and Nicholson, Helen J.**; The Debat on the Trial os Templars 1307-1314; Routledge, 2010.

CAMPOMANES, El Lic., Dom Pedro Rodriguez; Dissertaciones Históricas del Orden, Y Cavalleria de Los Templários, de sus princípios, fundacion; Officina Perez de Soto, Madrid, 1747.

CAPELO, José Manuel; Portugal Templário, A presença Templária em Portugal; Edições Zéfiro, Sintra, 2007.

CARVALHO, Hélder; Mamoa Santo Ambrósio Campanha 3 2005: Carvalho, Hélder, Caderno Terras Quentes nº 3, A. Terras Quentes, p. 39/44, Macedo de Cavaleiros, 2006.

CARVALHO, Maria Irene Bigotte de, (tradução), A História Secreta dos Templários, Lisboa, 2020.

CELAYA, Fernando Diez; Los Templários, Fuenlabrada, Madrid, 1996.

COELHO, Jacinto do Prado e LIND, George Rudolf; Prefaciadores de Fernando Pessoa; Universidade do Minho, Revista Estranhar Pessoa, nº 4, Braga, p. 201.

COSTA, Avelino de Jesus da; Transcrição do Testamento de D. Afonso II; Instituto de História económica e social, Coimbra, 1979 p. 263-340.

COSTA, Bárbara Patrícia Leite; Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média Portuguesa (Séculos XII/XIV), Dissertação, Porto, 2014.

COSTA, Fr. Bernardo da; História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, Officina Pedro Ginioux, Lisboa, 1771.

COSTA, Paula Costa e Lencart, Joana; As Igrejas das Ordens Religioso-Militares entre 1220 e 1327; das Inquirições Régias aos documentos normativos, Genius Loco – Lugares e significados, Places and Meanings Volume I, Porto, S/D.

COSTA, Paula Costa; **OLIVEIRA, Luís Filipe e Josserand Philip. e**; Três olhares sobre a Ordem do Templo em Portugal, Medievalista nº 32 Julho, Porto, 2022.

COSTA, Paula Costa; Templários no condado portucalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do século XII, Porto, 2013.

COSTA, Paula Costa; **JIMÉNEZ, Raquel Torres e LENCART, Joana**; The Patron Saints and Devotions of the Benedictine Military Orders (Portugal and Castile, 15-16th Centuries), JPH, Vol. 17, Porto, 2019.

CRAVO, António; A Cal, Caderno Terras Quentes nº 3, p. 95/100, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2006.

CURZON, Henri de; Régle du Temple, Société de l'histoire de France, Librairie Renoud, Paris, 1886.

D'ALBON, Marquis le; Cartulaire Général de L'Ordre du Temple, 1119-1150, Paris, 1913.

DAEHNHARDT, Rainer; Homens, Espadas e Tomates, Zéfiro, Sintra, 2010.

DIAS, João José Alves; As Comendas de Almourol e Cardiga das Ordens do Templo e de Cristo na Idade Média; U.N.L. 1991.

DUARTE, Luís; A actividade mineira em Portugal durante a idade média; Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d.

ECO, Umberto; IL pendolo di Foucault, grupo Bompiani, Milano, 1988 .

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa; A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção) Dissertação de Doutoramento FLUP, Porto 2009. (Com errata).

FERREIRA, Alexandre; Suplemento Histórico ou Memórias e notícias da Célebre Ordem dos Templários, Tomo I e II; Officina Joseph António da Sylva, 1735.

FERREIRA, Nathalie Antunes; **MENDES, Carlos**; Necrópole do Sobreirinho – Comunhas, Caderno Terras Quentes nº 4, p. 73/83, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2007.

FERREIRA, João Paulo Martins; Inés Calderón Medina; Beyond the Border The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230), Universidade do Porto, 2014.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues Ferreira; A Normativa das Ordens Militares Portuguesas, séculos XII/VI, Volume II, Porto, 2004.

FERREIRO, Lic. D. António López; História DE LA Santa A. M. Iglésia de Santiago, Tomo I, Santiago, 1898.

FIGUEIREDO, Sofia; As gravuras da Fraga da Pegada; Caderno Terras Quentes nº 4, p. 51/64, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2007.

FRALE, Barbara; Os Templários e o pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano, História/ /Ordens Secretas, Madras, 2004.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de; O Estado em Portugal (Séculos XII/XVI), Alétheia Editores, Impressão VRI, 2021

GALHOFAS, Maria; Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no concelho de Montemor-o- -Novo; Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Évora, 2016.

GIRARDI, **Leonardo**; *O Espelho dos Reis de Frei Álvaro ou Pelayo* (1275/1352): alguns apontamentos sobre identidade, história e cultura; Universidade Federal do Paraná, Brasil, s.d.

GOZALO, Miriam; El poblado do Cramanchão campanha 2005: , Caderno Terras Quentes nº 3, A. Terras Quentes, p. 45/52, Macedo de Cavaleiros, 2006.

GOZALO, Miriam; **MENDES, Carlos**; O resultado da campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do Cramanchão: Caderno Terras Quentes nº 4 p. 65/72, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2007.

GUEDES, Natália Correia (Coord); Thesaurus, Vocabulários de Objectos do Culto Católico, Fundação da Casa de Bragança, Universidade Católica Portuguesa, Vila Viçosa, 2004.

GUIMARÃES, **J. Vieira da Silva**; A Ordem de Cristo. Empreza da História de Portugal, Lisboa ,1881.

GUIMARÃES, **J. Vieira da Silva**; Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo, Academia das Sciências de Lisboa, 1916.

HAAG, Michael; Os Templários, verdades e mitos, Editorial Presença, 2021.

HENRIQUES, Pedro Nuno de Medeiros; Os Portugueses e as cruzadas (séculos XII/XIV), mestrado em história Medieval, Porto, 2011

HERCULANO, Alexandre; História de Portugal Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III, 3ª Edição, Tomo I/II/III/IV/V/VI/VII/VIII, Lisboa 1863 a 1915.

HERCULANO, Alexandre; História de Portugal, Tomo I, Direção de David Lopes, FLUL, Lisboa, 1914.

LANCART, Joana; Os forais Templários: Esteios na fixação da Fronteira do Território Português. Universidade do Porto, S/D.

LOPES, Lídio; Os Templários em Portugal e nas Cruzadas, Zéfiro, Sintra, 2020.

LORED, Evelyn; A Maldição dos Templários, Ascensão e queda da Ordem mais poderosa da Idade Média, Edições Desassossego, Porto Salvo, 2023.

LOURENÇO, Márcio; Objectos do quotidiano de Bracara Augusta; Relatório de estágio 2º ciclo em Arqueologia, Universidade do Minho, 2012.

LUIS, Elsa; Cerâmica do 3º milénio a.C. em Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 10, p. 89/100, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2013.

MAIA e COSTA, Horácio; Estudo das Escória recolhidas nos povoados de "Terronha", "Cramanchão" e "Bovinho", Caderno Terras Quentes nº 6, p. 65/68, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

MARTÍNEZ, Carlos Pereira; Los Maestres de la Ordem del Temple en los reinos de Galicia, León e Castilla, Revista V Feira Franca Medieval, Betanzos, Corunha, Galicia, 2003.

MARTÍNEZ, Carlos Pereira; Frontera Y Órdenes Militares en la Edad Media Castellano-Leonesa (Siglos XII/XIII), Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2006.

MARTINS, Carla, (Coord); Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental; CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória, Porto, 2010.

MARTINS, Miguel Gomes; **Fernandes, Hermenegildo**; *Et alli*; Cadernos Culturais Nabantinos, Revista Cultural do Município de Tomar, Vol. III 2023.

MARQUES, Jorge; Contributos para o estudo do Povoamento da Região de Viseu, Máthesis 5; p. 205/211, s.l.1996.

MASOT, Núria; A Sombra do Templário, Colecção enigmas da História, Gráfica Newco S.I., Espanha, 2007.

MATOS, Daniela; A exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, Caderno Terras Quentes, nº 8, p. 47/54, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2011.

MENDES, Carlos; Traçado da via XVII no Concelho de Macedo de Cavaleiros: Mendes, Carlos, Caderno Terras Quentes nº 3, A. Terras Quentes, p. 27/38, Macedo de Cavaleiros, 2006.

MENDES, Carlos; Povoado mineiro do Bovinho campanha 2-2005: Caderno Terras Quentes nº 3, A. Terras Quentes, p. 53/60, Macedo de Cavaleiros, 2006.

MENDES, Carlos; **LUÍS, Elsa**; **REPREZAS, Jéssica**; A Actividade arqueológica no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Uma retrospectiva histórica; Caderno Terras Quentes, nº 10; A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2013.

MENDES, Carlos; **BÂENA Miguel**; **BARBOSA, Pedro**; A Ordem dos Cavaleiros Templários no Nordeste Português – Macedo de Cavaleiros um Concelho Templários, Caderno Terras Quentes, nº 16, p. 9 a 147; Ed. Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros, 2021.

MENDES, Carlos; **AMARAL, Augusto Ferreira do**; **BAÊNA, Miguel**; A Formação da Identidade Nacional: O Contributo Nordestino – Caderno Terras Quentes, nº 17. Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2022.

MENDES, Carlos; A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros; Caderno Terras Quentes nº 19, p. 52/107, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2023.

MENDES, Carlos; A vida do Mestre da Ordem dos Templários, Fr. D. Pedro Alvites, Caderno Terras Quentes, nº 20, p. 137/268, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2024.

MENDES, Carlos; **BAÊNA, Miguel**; **MENDES, Daniel**; Rodriguez Diaz de Vivar. Um Herói Espanhol, mas também Português, Caderno Terras Quentes, nº 20, p. 59-108, Ed. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2024.

MOLIST, Jorge; O Anel, A Herança do último Templário; Gráfica Newco, S.I. 2006.

MORAIS, Rui; As gemas e os camafeus da antiguidade à época moderna; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos; Humanitas, p. 373/386 s.d.

MOREIRA, Filipe Alves; Afonso Henriques a Primeira crónica Portuguesa, estratégias Criativas, Lisboa, 2008.

NOBRE, Rui Manuel Figueiredo; A Ordem do Templo em Portugal, Homens, Património e Poderes, Tese Doutoramento, Coimbra, 2021.

OLISIPONENSIS, IVSSV ACADEMIAE ASCIENTIARVM; *Monvmenta* Histórica; *A Saecvlo Octavo posta Christvm vsqve ad qvintvmdecimvm, Inqvirsitione*s, Volmem I, Pars II, Vascicvlvs VIII, 4ª Alçada; MDCCCCLXI.

ORTIGÃO, Ramalho e Queiroz, Eça; As Farpas, crónicas de jornal; Ed Luso Livros, 1885, Lisboa.

PAIS, Álvaro;Espelho dos reis *(Speculum regum*). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1963. Por Pedro Calafate.

PEREIRA, Luís; **MENDES, Carlos**; **LOPO, Albino Pereira;** O homem a Obra, o militar, O arqueólogo; Caderno Terras Quentes nº 12; p. 7/32, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2015.

PESSOA, Fernando (Arquivo Pessoa); Não sei quem sou, que alma tenho, (Páginas íntimas e de Autointerpretação, Lisboa 1966.

PERES, Damião; Como Nasceu Portugal, Vertente, Porto, 1992.

PERNOD, Régine; Los Templarios; Ediciones Rialp, Madrid 2021.

PINHO, António Brandão de; A cruz da Ordem de Malta (Hospitalários); Editora Chiado, Lisboa, 2017.

PONTE, Salete da; Retrospectiva sobre fíbulas proto-históricas e romanas em Portugal; Impactum Coimbra, p. 199/213, Conimbriga XLIII, University Press, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

QUADROS, António; Portugal Razão e Mistério p. 168-187, Portugal Templário, Alma dos Livros, Lisboa, 2020.

RAFAEL, Lígia, *et alli*; Os elementos de adorno na necrópole medieval e moderna da Alcáçova do Castelo de Mértola; S.L.; s.d.

REBELO, Costa; Os recipientes do sítio do Alto da Madorra, Caderno Terras Quentes, nº 8, p. 55/62, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2011.

REPREZAS, Jéssica; Existe uma "Idade do ferro" em Trás-os-Montes Oriental? O exemplo da Fraga dos Corvos; Caderno Terras Quentes, nº 10, p. 123/128, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2013.

RIBEIRO, João Pedro; Observações Históricas e Críticas para servirem de memórias ao sistema da diplomática Portuguesa, Parte I, Universidade de Coimbra, Lisboa, 1793.

RIBEIRO, José; **COIXÃO, António**; A Tecnologia Têxtil; Côavisão, Cultura e Ciência, nº 13, ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2011.

RODRIGUES, Ana Maria S.A.; Moneda, armas y objectos suntuários: el tesoro de los reyes de Portugal en los primeiros dos siglos de su existência, FLUL, Anales de História del Arte, Vol. 24 (439-460) Lisboa, 2014

SANTOS, **José António**; Monumentos das Ordens Militares, do Templo de Cristo em Tomar, Typ. Da Biblioteca Universal, Lisboa, 1879.

SANTOS, Cézer; As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da quinta do rouxinol, dissertação de mestrado em arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SARMENTO, Guilherme; O povoamento tardo-romano na localidade de Casais Velhos, Areia; Dissertação de mestrado em arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

SEBASTIAN, Luís; Subsídios para a História da Fundição sineira em Portugal; Câmara Municipal de Coruche, Coruche, 2008.

SECO, Fr. Pedro Álvares; **(Juana Lencart)**; Livro da regra e definições da Ordem de Cristo com privilégios, indulgências e graças atribuídos pelos pontífices e Reis; Porto, 2018.

SENNA-MARTINEZ, João; **VENTURA, José**; **CARVALHO, Hélder**; **FIGUEIREDO, Elin**; A Fraga dos Corvos Campanha 3-2005: Caderno Terras Quentes nº 3, p. 61/86, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2006.

SENNA-MARTINEZ, João; **VENTURA, José**; **CARVALHO, Hélder**; A Fraga dos Corvos: Um sítio de habitat da primeira idade do bronze em Trás-os-Montes Oriental, Caderno Terras Quentes nº 4, p. 84/111, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2007.

SENNA-MARTINEZ, João; **LUÍS, Elsa**; A Fraga dos Corvos, Um sítio de habitat da Primeira Idade do Bronze, Campanha6, Caderno Terras Quentes, nº 6, p. 69/80, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

SENNA-MARTINEZ, João; Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na primeira Idade do Bronze; Caderno Terras Quentes, nº 7, p. 15/28, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2010.

SENNA-Martinez, João; **LUIS,** Elsa; Fraga dos Corvos; resultados da Campanha de 2009; Caderno Terras Quentes, nº 7, p. 29/40, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2010.

SENNA-MARTINEZ, João; **CARDOSO, Manuel**; A horse! A horse! My Kingdom for a horse, Caderno Terras Quentes, nº 7, p. 41/46, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2010.

SENNA-MARTINEZ, João; **LUIS, Elsa**; A Fraga dos Corvos, Um sítio de habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental, campanha 8, 2010; Caderno Terras Quentes, nº 8, p. 33/46, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2011.

SENNA-MARTINEZ, João; **LUIS, Elsa**; **REPREZAS, Jéssica**; A Fraga dos Corvos, A Campanha 9, 2011, Reflexões acerca de um património Histórico resgatado da oralidade, Sectores A e M – 1ª Idade do Bronze/Bronze Final; Caderno Terras Quentes, nº 9, p. 15/54, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2012.

SENNA-MARTINEZ, João; **LUIS, Elsa**; **REPREZAS, Jéssica**; Resultados preliminares da campanha 10, 2012; Caderno Terras Quentes, nº 10, p. 75/88, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2013.

SENNA-MARTINEZ, João; **LUIS, Elsa**;O sítio da Fraga dos Corvos, Vilar do Monte, a campanha 11, 2013, Caderno Terras Quentes, nº 12, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2015.

SILVA, Ana; A Terras Sigillata Hispânica Tardia da Terronha de Pinhovelo: Comércio e Povoamento: Caderno Terras Quentes nº 4, p. 6/50, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2007.

SILVA, Pedro; História e Mistérios do Templários; Rio Ediouro, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Arménia Maria de; A *realeza cristã ibérica no Espelho dos reis de frei Álvaro Pais (século XIV)*; *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 189-215, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

TEIXEIRA, Garcez; O Espólio do Castelo de Almourol, S/L e S/D

TERESO, João; Estudo Paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo, Caderno Terras Quentes nº 6, p. 81/90, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

TIRMIZI, S.A.I.; The Paradoxes of Partition, vol. I Edited by S.A.I. Tirmizi, Hamdard Institute of Historical Research, University, New Delhi, 1998

TORRE DO TOMBO – Cópia do Testamento da Rainha Stª Mafalda feito da era de Cezar 1294, Anno de Christo 1256 (sic); MSNAR Gav 3 M 03-02 m0001 a 0040 derivada, Lisboa.

TORRE DO TOMBO – Ordem de Jesus Cristo, Gav. 5,7 e 8.

VELOSO, Maria Teresa; A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Revista Portuguesa de História, Tomo XVIII, Coimbra 1980.

VENTURA, José; **CARVALHO, Hélder**; **PINHEIRO, Patrícia**; Xaires: Um sítio de habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental, Caderno Terras Quentes, nº 6, p. 91/96, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

VENTURA, José; **HÉLDER, Carvalho**;**PINHEIRO, Patrícia**; Um habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental – O Arqueossítio de Xaires. Caderno Terras Quentes nº 7, p. 7/14, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2010.

VENTURA, José; **HÉLDER, Carvalho**; **PINHEIRO, Patrícia**; Um sítio de habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental, campanha 3, 2010 – O Arqueossítio de Xaires. Caderno Terras Quentes nº 8, p. 25/32, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2011.

VENTURA, José; **LUIS, Elsa**; **HÉLDER, Carvalho**; **PINHEIRO, Patrícia**; Xaires, Macedo de Cavaleiros, Uma primeira aproximação artefactual, 2010. Caderno Terras Quentes nº 10, p. 101/120, A. Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2013.

VENTURA, LEONTINA E OLIVEIRA, ANTÓNIO RESENDE DE; Chancelaria de D. Afonso III, Vol II e III, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

VIDIGUEIRA, Conde da; Manuscrito sobre armaria, TT MSS Caixa 14, nº 2, 1771

VITRIACO, Jacobi de; Acconensis Episcopi; História de Hierosolymitana, Extrat in: Bongarssi, MDCXI – 1047-1124, digitalização da Yale University Library.

VITRIACO, Jacobi de; História de Hierosolymitana, Manuscript on velum (by an Italian scribe), 1459.

VITRIACO, Jacobi de; Primvm Acconensis, História de Hierosolymitana, Libri Dvo, Officina Typographica Balthazaris, 1591.

VITRIACO, Jacobi de; *Primvm Acconensis*, História de Hierosolymitana, Libri Dvo, Officina Typographica Balthazaris, 1597.

WHYTE, Jack; Cavaleiros do Preto e Branco – Templários; Alêtheia Editores; Lisboa, 2007.

Índice

Nota de Abertura 3
Momentos da História, da Nossa História 4
Macedo de Cavaleiros 4
O Contributo Nordestino, na criação da nossa Identidade, mormente Macedo de Cavaleiros e da Ordem dos Templários 8
O conceito de reino 9
Uma linhagem que participou na fundação de Portugal 10
Linhas de defesa da fronteira do norte/nordeste transmontano, cerca de 250 km de fronteira constituída por 22 unidades defensivas 11
A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português – Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário – (CTQ nº16) 12
Frei Álvaro Pais: pensamento sobre a guerra nos séculos XIII/XIV 12
O princípio da nossa história (Macedo de Cavaleiros) 12
Absolvição da excomunhão (D. Afonso II) 20
Protagonistas desta história: 22
Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário 22
Pela mão do Mestre Fr D. Pedro Alvites 22
Salmo adoptado como "Divisa" pela Ordem dos Templários 24
O espólio musealizadoou em reserva 27
Protagonista desta História 29
Documentos em Pergaminho e em Velino 41
Pergaminho e Velino 43
Síntese Histórica 43
Pergaminho 43
Velino 43
Simbólica relacionada com a Ordem dos Templários 55
A "Simbólica Templária" 57
Síntese Histórica 57
Extinção da Ordem dos Templários e o Nascimento da Ordem de Cristo 86
Da bulla Fundationis emitida pelo Papa João XXII 87
Equipamento Bélico 91
Armamento 93
Síntese histórica 93
Granada de mão, ou "Zheit" 96
Síntese histórica 96
A Besta 100
Síntese histórica 100
A Besta de arco composto 104
Pontas de Setas 119
A Flecha/Setas 121
Síntese Histórica 121
Ponteiras das flechas dos arcos medieval: Tipologia e metodologia classificativa 121
Uma pequena síntese histórica do arco e seta Muçulmana 125

Pontas de Lança 131
A Lança 133
Síntese Histórica 133
Pontas de Lança 135
As Espadas 145
A Espada 147
Síntese histórica 147
As Espadas 177
A Espada Muçulmana – SAYF 179
Pequena síntese histórica 179
As Espadas 187
Maça de Armas 191
Síntese histórica 191
As Espadas 195
Proteções de Cabeças 205
O Elmo Fechado 207
Proteções de Cabeças 215
Equipamento de proteção Pessoal e Animal 217
Os Fundibulários 231
Fundas – os Fundeiros e Fundibulários 233
Síntese Histórica 233
Os Fundibulários 233
Como era usada a funda 235
Os Fundibulários 235
Engenhos de Guerra 245
Síntese Histórica 245
O Tesouro Templário 253
O Tesouro dos Templários em Portugal 255
Entre o mito e a realidade 255
Por Terras de Portugal 256
Numisma 269
A Numisma Portuguesa – Desde o período anterior à primeira dinastia e de D. Afonso Henriques até D. Dinis 271
O interesse da Numismática para o estudo das ciências 271
Exemplo de moedas cunhadas antes do início do reinado de D. Afonso Henriques 273
Moedas cunhadas no reinado de D. Afonso Henriques (1109-1185) 274
Moedas cunhadas no reinado de Afonso II (1185-1211) 278
Moedas cunhadas no reinado de D. Sancho II (1223-1248) 279
Moedas cunhadas no reinado de D. Afonso III (1248-1279) 280
Moedas cunhadas no reinado de D. Dinis (1279-1325) 281
Duas moedas muçulmanas recuperadas no campo onde se travou a Batalha de Ourique 1139 282
Tecidos Medievais 285
Os Tecidos e Roupas Medievais 287
Síntese Histórica 287
A Forja Medieval 301
Síntese da História 301
Elementos Inocográficos e Estatuária diversa 329
O segundo sino mais antigo em Portugal 341
Pinturas de parede Artista: Talentino de Lagos 357
Pinturas na parede direita da sala principal 359
Vista global das pinturas 365
Bandeiras e Estandartes 367
Síntese Histórica do Castelo de Balsemão 373
Ficha Técnica 377
Bibliografia: usada e/ou consultada 379
Índice 387

Original de Escudo
tipo Francês
Século XIII

Original de Espada Cristã
Séc. XII/Séc. XIII

Original de Espada Muçulmana
Séc. XII/Séc. XIII

MACEDO DE CAVALEIROS

Solar do Morgado Oliveira

τφ
Associação Terras Quentes

GEOPARK TERRAS DE CAVALEIROS

unesco